



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO UFMA
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE SÃO LUÍS MA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH**

MATHEUS MARQUES RODRIGUES DA COSTA

**A FUNDAÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA E
EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DO BEHAVIORISMO RADICAL**

SÃO LUÍS MA

2026

MATHEUS MARQUES RODRIGUES DA COSTA

**A FUNDAÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA E
EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DO BEHAVIORISMO RADICAL**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Filosofia - PPGFIL da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia

Linha de pesquisa: Linguagem e Conhecimento.
Orientador: Prof. Dr. Cesar Frederico dos Santos.

SÃO LUÍS MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Marques Rodrigues da Costa, Matheus.

A FUNDAÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA : uMA ANÁLISE
ONTOLÓGICA E EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DO BEHAVIORISMO
RADICAL / Matheus Marques Rodrigues da Costa. - 2026.
105 p.

Orientador(a): César Frederico dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Filosofia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís Ma,
2026.

1. Psicologia Científica. 2. Behaviorismo Radical. 3.
Problema das Outras Mentes. 4. Análise do Comportamento.
5. Terapias Contextuais. I. Frederico dos Santos, César.
II. Título.

MATHEUS MARQUES RODRIGUES DA COSTA

**A FUNDAÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA E
EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DO BEHAVIORISMO RADICAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
pós-graduação em Filosofia - PPGFIL da
Universidade Federal do Maranhão como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Filosofia

Data de aprovação: 23/03/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Frederico dos Santos
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Joedson Marcos Silva
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho à minha família, que sustentou meus sonhos mesmo quando eles ainda eram apenas projetos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, sabedoria e serenidade concedidas ao longo desta caminhada. Foi Sua presença que sustentou minhas decisões, fortaleceu meus propósitos e iluminou o percurso até a conclusão deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. César Frederico dos Santos, pela orientação rigorosa, pelas discussões teóricas instigantes e pelo incentivo constante à pesquisa filosófica e científica. Sua dedicação, disponibilidade e sensibilidade intelectual foram fundamentais para o amadurecimento desta dissertação.

Ao Prof. Ederson Safra Melo, por ter iniciado comigo esta pesquisa ainda nas etapas iniciais do mestrado, contribuindo com ideias, reflexões e incentivo que serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e pela formação sólida que oferece aos seus discentes.

Aos Prof. Dr. Márcio Kleos Freire Pereira e Prof. Dr. Joedson Marcos Silva, pela participação na banca examinadora e pelas valiosas contribuições que enriqueceram o debate, aperfeiçoaram o texto e ampliaram as perspectivas desta pesquisa.

Ao Prof. Me. Raimundo Nonato Portela Filho e à Profa. Carmen Portela, pela amizade, incentivo e inspiração intelectual, que serviram de motivação constante para o desenvolvimento deste trabalho e para minha trajetória acadêmica.

Ao NELF – Núcleo de Estudos em Lógica e Filosofia Analítica (UFMA), pela interlocução intelectual, pelos encontros, grupos de estudo e ambiente de debate que favoreceram a reflexão e o diálogo filosófico durante toda a minha formação.

Aos demais docentes do programa, pelas aulas, leituras e reflexões que contribuíram de modo significativo para o aprofundamento teórico desta pesquisa. Aos colegas de mestrado, pelo diálogo constante, pela troca de ideias, estímulos e apoio mútuo ao longo da jornada acadêmica.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo, paciência e compreensão nas etapas mais desafiadoras deste percurso. Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho — meu sincero agradecimento.

“Às vezes me perguntam: “Você pensa a seu respeito da mesma forma que pensa a respeito dos organismos que estuda?” A resposta é sim. Até onde sei, meu comportamento em qualquer momento tem sido nada mais que o produto de minha herança genética, da minha história pessoal e do contexto atual.”

(Skinner, 1983)

RESUMO

A consolidação da Psicologia como ciência sempre esteve atravessada por dificuldades epistemológicas relacionadas à natureza de seu objeto de estudo, tradicionalmente concebido como constituído por estados mentais privados, subjetivos e inacessíveis à observação pública. Entre esses desafios, destaca-se o problema das outras mentes, que questiona a possibilidade de conhecer cientificamente os estados mentais de terceiros, uma vez que apenas a própria experiência consciente é diretamente acessível. Diante desse cenário, a presente dissertação tem como objetivo defender a cientificidade da Psicologia a partir da abordagem analítico-comportamental, tomando o behaviorismo radical como eixo teórico central. Para isso, realiza-se uma análise filosófica e conceitual do conceito de ciência, das dificuldades históricas da Psicologia em se afirmar como disciplina científica e das implicações do dualismo mente-corpo para o estatuto epistemológico da área. Em seguida, examinam-se os fundamentos do behaviorismo radical, especialmente a redefinição da mente como comportamento — público ou encoberto — e a rejeição do mentalismo como explicação causal. Por fim, discutem-se as implicações dessa abordagem para a pesquisa e a prática clínica, com ênfase na Terapia Analítico-Comportamental, na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e na Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP). Argumenta-se que, ao deslocar o foco da interioridade inacessível para as relações funcionais entre organismo e ambiente, a Análise do Comportamento permite contornar metodologicamente o problema das outras mentes e sustentar critérios de objetividade, previsibilidade e controle, compatíveis com os das ciências naturais. Conclui-se que a abordagem analítico-comportamental fornece uma base filosófica e científica consistente para a Psicologia, preservando sua cientificidade mesmo diante de dilemas filosóficos tradicionais.

Palavras-chave: Psicologia científica; Behaviorismo radical; Problema das outras mentes; Análise do comportamento; Terapias contextuais.

ABSTRACT

The consolidation of Psychology as a science has historically been challenged by epistemological difficulties related to the nature of its object of study, traditionally conceived as consisting of private, subjective, and unobservable mental states. Among these challenges, the problem of other minds stands out, questioning the possibility of scientifically knowing the mental states of others, since only one's own conscious experience is directly accessible. In this context, this dissertation aims to defend the scientific status of Psychology from the perspective of the analytic-behavioral approach, with radical behaviorism as its central theoretical framework. To this end, a philosophical and conceptual analysis is conducted of the notion of science, the historical difficulties faced by Psychology in establishing itself as a scientific discipline, and the implications of mind-body dualism for the epistemological status of the field. Subsequently, the foundations of radical behaviorism are examined, particularly the redefinition of mind as behavior — public or covert — and the rejection of mentalism as a causal explanation. Finally, the implications of this approach for research and clinical practice are discussed, with emphasis on Analytic-Behavioral Therapy, Acceptance and Commitment Therapy (ACT), and Functional Analytic Psychotherapy (FAP). It is argued that by shifting the focus from inaccessible inner states to the functional relations between organism and environment, Behavior Analysis makes it possible to methodologically circumvent the problem of other minds while preserving criteria of objectivity, predictability, and control consistent with the natural sciences. The conclusion is that the analytic-behavioral approach provides a philosophically and scientifically robust foundation for Psychology, allowing it to maintain its scientific character despite traditional philosophical dilemmas.

Keywords: Scientific psychology; Radical behaviorism; Problem of other minds; Behavior analysis; Contextual therapies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CIENTIFICIDADE DA PSICOLOGIA	14
2.1	O conceito de ciência	14
2.2	O que é a mente?	19
2.3	Solipisimo	33
2.4	<i>Qualia</i>	37
2.5	Considerações finais	40
3	FUNDAMENTOS DO BEHAVIORISMO	43
3.1	Condicionamento	45
3.1.1	Condicionamento clássico	46
3.1.2	Condicionamento operante	48
3.2	O behaviorismo em Debate: Críticas e Contra-Argumentos	55
3.2.1	Chomsky e a pobreza do estímulo	58
3.2.2	Respostas behavioristas à crítica de Chomsky	62
3.3	Tornar a psicologia uma ciência	68
3.4	Considerações finais	71
4	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E CIENTÍFICOS DA PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL	74
4.1	Terapias comportamentais e cognitivas	75
4.2	Terapia de Aceitação e Compromisso	81
4.3	Aceitação da experiência	84
4.4	Evidência científica	86
4.5	A Psicoterapia Analítico-Funcional e o problema da intersubjetividade	90
4.6	Considerações finais	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da Psicologia como ciência sempre esteve atravessada por dificuldades epistemológicas profundas, relacionadas sobretudo à natureza de seu objeto de estudo. Desde sua constituição como disciplina autônoma, no final do século XIX, a Psicologia herdou da tradição filosófica moderna uma concepção de mente marcada pelo dualismo, segundo a qual os fenômenos psicológicos seriam essencialmente internos, privados e acessíveis apenas à introspecção do próprio sujeito. Essa herança não foi meramente conceitual, mas estruturante: ela moldou os métodos, os critérios explicativos e as pretensões científicas da Psicologia desde seus primórdios.

Diferentemente das ciências naturais clássicas, como a física ou a Biologia, cujo objeto é público, mensurável e acessível à observação intersubjetiva, a Psicologia passou a ocupar-se de estados mentais subjetivos — pensamentos, emoções, sensações e intenções — cuja investigação parece escapar aos critérios tradicionais de cientificidade, tais como objetividade, verificabilidade, previsibilidade e controle. Essa tensão colocou a Psicologia, desde o início, em uma posição epistemologicamente instável: ao mesmo tempo em que aspirava ao estatuto de ciência empírica, mantinha-se vinculada a pressupostos metafísicos que comprometiam a possibilidade de validação intersubjetiva de seus enunciados.

No cerne desse impasse encontra-se o chamado problema das outras mentes, um problema clássico da filosofia da mente que diz respeito à possibilidade de conhecer cientificamente os estados mentais de outros indivíduos. Se apenas a própria experiência consciente é diretamente acessível ao sujeito, então todo conhecimento acerca da mente alheia dependeria de inferências indiretas, realizadas a partir do comportamento observável. Esse problema não se limita a uma curiosidade filosófica abstrata, mas afeta diretamente a legitimidade epistemológica da Psicologia: se o objeto central da disciplina é constituído por eventos privados, inacessíveis à observação pública, em que sentido ela pode reivindicar critérios de objetividade e cientificidade?

A formulação moderna desse problema está intimamente associada ao dualismo cartesiano. Ao distinguir radicalmente entre *res cogitans* e *res extensa*, Descartes concebe a mente como uma substância imaterial, privada e introspectivamente acessível apenas ao próprio sujeito, enquanto o corpo é entendido como entidade material, espacialmente localizada e publicamente observável. Essa privatização radical da mente inaugura uma dificuldade estrutural para qualquer

ciência que tome os estados mentais como causas explicativas do comportamento. Se a mente é, por definição, inacessível ao observador externo, então o conhecimento psicológico parece condenado à especulação, à inferência não controlável ou à dependência de relatos subjetivos cuja validação intersubjetiva é problemática.

Historicamente, diversas tentativas foram feitas para contornar esse impasse. Algumas abordagens buscaram refinar métodos introspectivos; outras recorreram a modelos teóricos que postulam entidades mentais internas como mecanismos causais subjacentes ao comportamento; outras ainda apelaram à mediação neurobiológica como forma de ancorar os estados mentais em processos físicos observáveis. Contudo, apesar de suas diferenças, muitas dessas propostas mantêm intacta a pressuposição fundamental de que a mente, concebida como entidade ou processo interno, constitui o núcleo explicativo da Psicologia. Com isso, o problema das outras mentes permanece latente, reaparecendo sob diferentes formas e comprometendo, em maior ou menor grau, a pretensão científica da disciplina.

É fundamental destacar que, neste trabalho, o problema das outras mentes não é tratado como um pseudoproblema nem como uma dificuldade meramente aparente. Trata-se de uma questão filosófica legítima, profundamente enraizada em debates ontológicos e epistemológicos sobre a natureza da mente, da consciência e do conhecimento. Não se pretende, portanto, oferecer uma solução ontológica definitiva, nem demonstrar que o problema possa ser completamente dissolvido dentro da filosofia da mente. Pelo contrário, reconhece-se explicitamente que o problema das outras mentes permanece em aberto no plano filosófico.

A tese central defendida nesta dissertação é distinta: sustenta-se que a irresolução ontológica do problema das outras mentes não constitui um obstáculo decisivo para a constituição de uma Psicologia científica. Em outras palavras, argumenta-se que a relevância epistemológica desse problema depende diretamente da concepção de objeto e de explicação adotada pela Psicologia. A exigência de resolver o problema das outras mentes como condição prévia para a cientificidade da Psicologia decorre de uma ontologia mentalista específica, segundo a qual os estados mentais privados desempenham o papel de causas fundamentais do comportamento. Uma vez questionada essa ontologia, o peso metodológico do problema é substancialmente reduzido.

É nesse contexto que se insere a proposta da Análise do Comportamento, especialmente em sua formulação no behaviorismo radical, associado principalmente à obra de B. F. Skinner. Em oposição às abordagens mentalistas, o behaviorismo radical propõe uma reformulação

conceitual profunda: o objeto da Psicologia deixa de ser a mente concebida como entidade interna e passa a ser o comportamento, entendido como a relação funcional entre o organismo e o ambiente. Essa redefinição inclui tanto comportamentos públicos quanto eventos privados, mas recusa a atribuição a estes últimos de um estatuto causal privilegiado ou epistemicamente inacessível.

Importa ressaltar que essa proposta não implica a negação da experiência subjetiva, nem a eliminação conceitual de eventos privados, como pensamentos, sentimentos ou sensações. O que se recusa é o papel desses eventos como explicações últimas do comportamento. Ao serem tratados como comportamentos encobertos, sujeitos às mesmas leis funcionais que organizam o comportamento público, os eventos privados deixam de ocupar uma posição ontológica especial. Com isso, o problema das outras mentes não é resolvido em termos ontológicos, mas perde sua centralidade metodológica: a investigação psicológica não depende mais do acesso privilegiado à interioridade alheia para produzir conhecimento científico.

Nesse sentido, o behaviorismo radical promove um deslocamento fundamental do problema. Em vez de perguntar como podemos conhecer os estados mentais privados de outros indivíduos, a Psicologia passa a investigar regularidades observáveis nas relações entre comportamento e ambiente, regularidades estas que são públicas, intersubjetivamente acessíveis e passíveis de controle experimental. O problema das outras mentes, embora filosoficamente relevante, torna-se metodologicamente irrelevante para uma ciência que não toma a mente privada como fundamento explicativo central.

A partir dessa perspectiva, pode-se sustentar que a fragilidade epistemológica historicamente associada à Psicologia não reside na complexidade de seus fenômenos, mas no modo como seu objeto foi tradicionalmente concebido. Ao abandonar a ontologia dualista e a dependência de inferências sobre estados mentais privados, a Análise do Comportamento oferece uma base conceitual que permite à Psicologia alinhar-se aos critérios empíricos e naturalistas que caracterizam as ciências naturais, sem recorrer a entidades metafisicamente problemáticas.

Diante disso, o objetivo central desta dissertação é defender a cientificidade da Psicologia a partir da abordagem analítico-comportamental, tomando o problema das outras mentes como eixo filosófico crítico. Sustenta-se a tese de que o behaviorismo radical, ao redefinir o objeto da Psicologia e adotar uma epistemologia empírica, pragmática e funcional, fornece instrumentos conceituais e metodológicos suficientes para contornar os impasses epistemológicos associados à noção tradicional de mente, sem a necessidade de resolver definitivamente dilemas ontológicos

clássicos.

Para desenvolver essa argumentação, o trabalho está organizado em três capítulos. O Capítulo 2 examina o conceito de ciência e os principais critérios de cientificidade discutidos na filosofia da ciência, analisando como tais critérios se aplicam — e em que medida entram em tensão — no caso específico da Psicologia. Nesse contexto, são discutidas as dificuldades históricas enfrentadas pela disciplina para afirmar-se como ciência empírica, com especial atenção ao problema das outras mentes enquanto desafio epistemológico.

O Capítulo 3 apresenta os fundamentos do behaviorismo radical e da Análise do Comportamento, abordando seus principais conceitos, pressupostos ontológicos e implicações metodológicas. Discute-se a crítica behaviorista ao mentalismo, a redefinição da mente como comportamento — público e encoberto — e o modo como essa abordagem responde às objeções clássicas, incluindo críticas oriundas do cognitivismo e de concepções mentalistas contemporâneas.

O Capítulo 4 analisa as implicações filosóficas e científicas da abordagem analítico-comportamental para a Psicologia, com ênfase em sua aplicação no campo clínico. São discutidas a Terapia Analítico-Comportamental e as terapias contextuais, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e a Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP), destacando-se como essas práticas preservam coerência com os fundamentos epistemológicos do behaviorismo radical, inclusive no tratamento de questões relativas à intersubjetividade.

Por fim, as considerações finais retomam criticamente os principais argumentos desenvolvidos ao longo da dissertação, reafirmando a tese de que a abordagem analítico-comportamental permite à Psicologia manter seu estatuto científico sem depender da solução definitiva de problemas filosóficos clássicos, como o problema das outras mentes. Argumenta-se que, ao redefinir seu objeto e seus critérios explicativos, a Psicologia pode constituir-se como uma ciência empírica rigorosa, conceitualmente consistente e filosoficamente fundamentada.

2 A CIENTIFICIDADE DA PSICOLOGIA

A Psicologia é uma ciência. Essa afirmação, à primeira vista simples, oferece amplo material para reflexão — especialmente quando considerada sob a perspectiva do behaviorismo e da Análise do Comportamento. É justamente sobre isso que este capítulo se debruça: pensar sobre o estatuto científico da psicologia. Aqui, essa reflexão será feita de forma introdutória e geral, pois os aspectos conceituais e técnicos serão tratados com maior profundidade nos capítulos seguintes.

No contexto behaviorista, afirmar que a psicologia é uma ciência significa comprometer-se com uma abordagem naturalista, experimental e objetiva do comportamento. A Análise do Comportamento, por exemplo, não se limita à descrição de eventos mentais ou subjetivos; ela se baseia na observação sistemática do comportamento como um fenômeno natural, passível de análise, previsão e controle com base em leis funcionais.

Portanto, refletir sobre a psicologia como ciência, neste contexto, envolve discutir questões epistemológicas — como a natureza do objeto de estudo (o comportamento), os critérios de cientificidade, os métodos de investigação e a relação com outras ciências, como a biologia e a neurociência. Mais do que um debate teórico, trata-se de fundamentar a prática analítico-comportamental a partir de pressupostos coerentes com uma visão científica e filosófica robusta.

2.1 O conceito de ciência

A questão sobre o que é ciência constitui um dos problemas mais persistentes e complexos da filosofia. Aparentemente simples, a pergunta torna-se intrincada quando se busca estabelecer critérios rigorosos que permitam distinguir a atividade científica de outras formas de produção de conhecimento. É comum pensar que ciência corresponde a domínios como a física, a química e a biologia, em oposição à religião, à arte ou à filosofia especulativa. Contudo, essa resposta é apenas aparente: ela não explica o que torna aquelas práticas efetivamente científicas. Em outras palavras, o problema fundamental é compreender o que caracteriza a cientificidade de um campo de saber (Chalmers, 1993). Essa questão, denominada problema da demarcação, atravessa toda a epistemologia moderna e permanece sem solução definitiva.

Se a observação e a explicação racional fossem suficientes para definir ciência, práticas como a astrologia ou a alquimia poderiam ser classificadas como científicas, já que também se

propõem a explicar fenômenos do mundo por meio de dados empíricos. Entretanto, a diferença entre ciência e pseudociência não se encontra na mera coleta de informações, mas nos critérios metodológicos e epistemológicos que sustentam as teorias. Como destaca Popper (2004), a marca da ciência não está na possibilidade de verificação absoluta, mas na exposição das teorias ao risco da refutação. Uma teoria é científica não porque possa ser provada de forma definitiva, mas porque se submete à crítica e pode ser abandonada diante de evidências contrárias.

Essa perspectiva popperiana desloca a questão da ciência como corpo de verdades para a ciência como prática crítica. Assim, a confiabilidade científica decorre de sua abertura ao erro e à revisão, o que a diferencia das pseudociências, que tendem a proteger-se da refutação por meio de estratégias dogmáticas. Ainda assim, mesmo o critério da falsificabilidade mostrou-se insuficiente, uma vez que a prática científica real não se resume a testes de refutação. Kuhn (2020), em sua análise histórica, demonstrou que as ciências se desenvolvem dentro de paradigmas — estruturas teóricas e metodológicas que orientam a investigação. A ciência normal, segundo o autor, consiste em resolver problemas dentro de um paradigma aceito, e apenas em momentos de crise ocorre uma revolução científica, em que um paradigma é substituído por outro. Esse modelo implica que a ciência não avança de maneira cumulativa, mas por discontinuidades que transformam profundamente a forma como os fenômenos são compreendidos.

A posição de Kuhn tem consequências importantes para a compreensão do progresso científico. Enquanto Popper defendia que as teorias podem aproximar-se cada vez mais da verdade, Kuhn entendia a ciência como uma sucessão de paradigmas distintos, cada um com seus próprios conceitos, métodos e critérios de validação. Assim, uma teoria nova não substitui a anterior simplesmente por estar “mais próxima da verdade”, mas porque passa a oferecer respostas mais satisfatórias aos problemas científicos de sua época. Nesse sentido, Kuhn afirmava que não é possível comparar diretamente teorias pertencentes a paradigmas diferentes, como a física aristotélica e a física newtoniana, pois elas organizam e interpretam a realidade de maneiras distintas. Essa perspectiva gerou debates, pois parece enfraquecer a ideia de que a ciência descreve o mundo de forma objetiva e cumulativa. Putnam (1992), por exemplo, criticou essa interpretação e argumentou que, embora as teorias não representem a realidade de maneira absoluta, elas ainda podem oferecer descrições coerentes e úteis do mundo.

Lakatos (1965), por sua vez, buscou conciliar os aspectos críticos de Popper com a dimensão histórica de Kuhn ao propor a metodologia dos programas de pesquisa científica. Para ele, uma teoria não deve ser descartada imediatamente diante de uma refutação empírica,

já que todo programa possui um núcleo duro protegido por hipóteses auxiliares. O critério de cientificidade, portanto, não está em falsificações pontuais, mas na capacidade de um programa de gerar avanços progressivos, seja pela formulação de novas previsões, seja pela expansão de sua aplicabilidade. Nesse sentido, a ciência é vista como um empreendimento competitivo, no qual programas rivais disputam legitimidade, sendo avaliados pelo seu poder heurístico.

Se, por um lado, Popper, Kuhn e Lakatos representam esforços distintos para resolver o problema da demarcação, por outro, Feyerabend (1977) questionou a própria possibilidade de se estabelecer critérios universais de cientificidade. Em sua obra “Contra o Método”, o autor defende que a história da ciência demonstra que não há regras fixas que orientem a prática científica. Ao contrário, o desenvolvimento científico sempre se deu por meio de estratégias criativas, muitas vezes em contradição com princípios metodológicos considerados fundamentais. Sua tese do “*anything goes*” não significa que tudo seja igualmente válido, mas que a rigidez metodológica sufoca a diversidade de caminhos pelos quais a ciência de fato progride. Essa crítica desconstrói a visão normativa da ciência como empreendimento neutro e padronizado, enfatizando sua pluralidade e contingência.

A dificuldade em definir ciência decorre, em parte, do fato de que ela não é apenas uma atividade intelectual abstrata, mas uma prática social concreta. Como demonstraram Latour e Woolgar (1997), os fatos científicos não emergem apenas da aplicação mecânica de métodos, mas são produzidos em contextos institucionais, atravessados por disputas de poder, interesses econômicos e escolhas discursivas. Isso significa que a ciência está inserida em redes sociais e culturais que moldam sua produção e sua recepção. Essa dimensão social é particularmente evidente nas ciências humanas, em que teorias e modelos impactam diretamente políticas públicas, práticas sociais e decisões cotidianas.

Um exemplo notável está na economia. Modelos econômicos que assumem o agente racional como maximador de utilidade — como os da tradição neoclássica — foram largamente utilizados para orientar políticas globais. Contudo, pesquisas da economia comportamental mostraram que os agentes reais estão longe de agir de forma estritamente racional, revelando limitações fundamentais desses modelos. A crise financeira de 2008 expôs como pressupostos inadequados podem conduzir a desastres econômicos, uma vez que instituições financeiras confiaram em modelos que subestimavam riscos (Chalmers, 1993). Isso mostra que a filosofia da ciência não se restringe a debates teóricos, mas possui implicações concretas para a sociedade, pois teorias científicas moldam ações políticas e econômicas.

Essa constatação reforça que a ciência nunca é completamente objetiva, já que envolve escolhas seletivas sobre quais aspectos da realidade investigar e quais relações priorizar. Como aponta Bunge (1987b), ainda que a ciência seja uma forma de conhecimento racional e sistemático, ela permanece falível e inacabada. A objetividade científica é sempre relativa, marcada por juízos de valor e por contextos de aplicação. Isso não invalida a ciência como forma privilegiada de conhecimento, mas relativiza pretensões absolutistas de neutralidade. O reconhecimento dessa dimensão seletiva é crucial para compreender tanto a força quanto as limitações da atividade científica.

Portanto, responder à pergunta “o que é ciência?” implica lidar com múltiplos níveis de análise: metodológico, histórico, epistemológico e social. A ciência não pode ser reduzida a uma definição única, mas deve ser compreendida como um processo dinâmico de investigação que busca explicações racionais e sistemáticas, ao mesmo tempo em que permanece aberto à revisão crítica. O conceito de ciência, longe de ser uma essência fixa, é uma construção histórica que reflete tanto a busca por objetividade quanto a inevitável presença de contingências culturais e sociais. É precisamente essa tensão — entre rigor e falibilidade, entre objetividade e contexto — que confere à ciência sua singularidade e a torna, ainda hoje, objeto central da reflexão filosófica.

A partir dessa compreensão ampliada do que se entende por ciência, percebe-se que sua definição não se limita a um conjunto rígido de regras metodológicas, mas envolve também debates epistemológicos, históricos e sociais sobre seus fundamentos. Nesse cenário, quando se volta o olhar para a psicologia, surgem desafios particulares. O estatuto científico dessa disciplina esteve desde sua origem sob constante questionamento, uma vez que seu objeto de estudo — os processos mentais, as emoções, a subjetividade — parece escapar aos critérios clássicos de objetividade e observação direta que marcaram as ciências naturais. O recurso frequente à introspecção, a dificuldade de mensuração dos fenômenos psíquicos e a própria invisibilidade do objeto investigado colocaram a Psicologia diante de dilemas epistemológicos complexos. Assim, as dificuldades de sua consolidação como ciência não se reduzem a limitações metodológicas, mas se vinculam diretamente ao problema das outras mentes e ao desafio de se pensar a subjetividade dentro dos parâmetros científicos vigentes.

A psicologia, desde sua constituição como campo autônomo no final do século XIX, enfrentou intensas dificuldades em afirmar-se enquanto ciência nos moldes das disciplinas já consolidadas, como a física ou a biologia. Parte desse desafio decorre da natureza de seu objeto de estudo: os fenômenos psíquicos, marcados pela invisibilidade, pela intangibilidade e pela

complexidade das experiências internas. Enquanto as ciências naturais tradicionalmente se apoiavam em objetos observáveis e mensuráveis, a Psicologia lidava com processos subjetivos, cuja apreensão metodológica parecia escapar aos critérios clássicos de verificabilidade e objetividade. Conforme destaca Chalmers (1993), a credibilidade científica de uma disciplina está vinculada à clareza com que define seu objeto e aos métodos que utiliza para investigá-lo, e nesse aspecto a Psicologia sempre esteve em posição delicada.

Outro obstáculo que dificultou a consolidação científica da Psicologia foi a forte presença da introspecção como método de investigação em seus primórdios. A tradição inaugurada por Wundt, embora buscasse rigor experimental, ainda se apoiava em relatos subjetivos de experiências internas, o que gerava questionamentos sobre sua confiabilidade e replicabilidade. Popper (2004) já havia assinalado que métodos baseados em observações privadas não atendiam ao princípio da falseabilidade, considerado por ele condição fundamental para o estatuto científico. Assim, a Psicologia viu-se frequentemente acusada de depender de práticas próximas à especulação filosófica, distanciando-se das exigências de objetividade características do paradigma positivista que dominava a ciência no século XIX e início do XX.

Além disso, o problema epistemológico conhecido como “problema das outras mentes” reforçou a dificuldade da psicologia em afirmar-se cientificamente. Como a mente não é diretamente observável e só pode ser inferida a partir de manifestações externas, como comportamentos, expressões ou linguagem, qualquer conhecimento sobre os estados mentais de outra pessoa é necessariamente indireto. Esse problema colocou a psicologia diante de uma tensão: por um lado, a necessidade de explicar fenômenos internos; por outro, a exigência de produzir conhecimentos objetivos e verificáveis. Segundo Bunge (1987b), a ciência requer critérios de intersubjetividade, de modo que o conhecimento produzido possa ser testado e compartilhado por diferentes observadores. Nesse sentido, a psicologia situou-se, desde o início, em uma posição fronteiriça, entre a tentativa de compreender fenômenos não diretamente observáveis e a necessidade de atender às exigências de objetividade e sistematicidade próprias da ciência.

Agora discutiremos as dificuldades enfrentadas pela Psicologia em seu percurso de consolidação enquanto ciência. Se anteriormente foi possível delinear os critérios gerais que conferem cientificidade a um campo de investigação, torna-se necessário analisar como tais critérios se apresentam quando aplicados a uma disciplina cujo objeto é, em grande medida, invisível e subjetivo. A Psicologia, desde seus primórdios, esteve às voltas com dilemas metodológicos e epistemológicos que colocaram em xeque sua legitimidade científica, especialmente pela

dependência da introspecção, pela complexidade inerente à experiência subjetiva e pelo desafio de estabelecer formas de verificação intersubjetiva. Esse contexto histórico-epistemológico evidencia que a consolidação da Psicologia como ciência não ocorreu de maneira linear, mas permeada por tensões, críticas e reformulações teóricas constantes.

2.2 O que é a mente?

O contexto histórico desse problema remonta à filosofia antiga, embora o conceito de mente então empregado fosse bastante diferente do atual. Na Antiguidade, a noção de *psique* referia-se sobretudo à alma ou ao princípio vital, ao passo que, hoje, a ideia de mente está associada a processos cognitivos e emocionais definidos em um contexto científico e cultural específico.

Em *A República e Sofista*, Platão concebe a alma como distinta do corpo e, em certo sentido, aprisionada nele. Para o filósofo, a alma é o princípio da vida e do movimento, sendo a sua parte superior imortal. O corpo, por sua vez, não possui movimento por si mesmo, mas recebe da alma esse princípio vital. Essa concepção opõe-se à ideia de que a relação entre alma e corpo possa ser explicada apenas como uma harmonia entre partes.

A distinção platônica entre alma e corpo também contrasta com algumas concepções da filosofia pré-socrática. Em autores como Tales de Mileto e Anaximandro, a própria *physis* era concebida como dotada de dinamismo e movimento. Assim, não era necessário recorrer a um princípio externo à matéria para explicar a vida ou o movimento (Guthrie, 1971).

Posteriormente, essa concepção foi frequentemente descrita pela categoria de “hilo-zoísmo”, isto é, a ideia de que a matéria possui vida. Contudo, o uso desse termo exige cautela, pois pressupõe uma distinção entre matéria viva e matéria não viva que provavelmente não existia de forma clara para os próprios pré-socráticos. Desse modo, a categoria pode ser útil como instrumento interpretativo, mas também corre o risco de introduzir leituras anacrônicas sobre a maneira como esses filósofos compreendiam a vida e o movimento (Burnet, 1908).

Platão não oferece uma definição precisa da alma, mas destaca certas propriedades como sendo mais relevantes do que outras. Por exemplo, o princípio do movimento e do pensamento (Platão, 2011). A alma está ligada às ideias, ao divino, ao seu próprio movimento. Ela é imortal e tripartida, composta por três componentes: *epithumia* (“apetite”, sede do desejo e paixão), *thumos* (o elemento irascível, agressivo e corajoso) e *logistikon* (o elemento “racional” ou espiritual).

Em latim, os termos *anima* e *animus* possuem significados próximos, embora frequente-

mente distintos. Em geral, *anima* refere-se ao princípio vital, isto é, àquilo que dá vida ao corpo, enquanto *animus* designa a dimensão racional, volitiva e afetiva da vida psíquica. Como sintetiza uma fórmula latina recorrente, *anima est quo vivimus, animus quo sapimus*: a *anima* é aquilo pelo qual vivemos; o *animus*, aquilo pelo qual pensamos. Essa distinção, contudo, não era rigorosa entre os autores clássicos, que muitas vezes empregavam ambos os termos de maneira intercambiável. Apenas em tradições filosóficas e religiosas posteriores essas diferenças tornaram-se mais nítidas, sobretudo quando a alma passou a ser associada a concepções espirituais e teológicas (Guthrie, 1971).

Platão e Aristóteles, por exemplo, conceberam a alma como composta tanto pela razão quanto pelo princípio vital, sem uma distinção clara entre esses aspectos. O espírito, ou *logos*, era compreendido como o princípio racional que governa o *kósmos* grego, frequentemente associado à razão que dirige o pensamento humano. Nesse sentido, seja no caso de um espírito particular ou do *logos* universal, o espírito detém o monopólio do sentido; ele é, por definição, lógico (Taylor, 2019; Platão, 2011). No pensamento antigo, o *logos* era visto como a causa do universo, um princípio de ordem e harmonia que contém em si a razão de todas as coisas e é autossuficiente. O “espírito”, quando entendido como presença de mente, manifesta-se como uma inteligência ativa capaz de interpretar situações com flexibilidade e profundidade. Essa capacidade, como já sugerido por Bergson (2020), pode inclusive tornar-se uma fonte de humor – uma resposta refinada à complexidade do mundo, fruto da rápida apreensão de significados inesperados.

Em Aristóteles não há uma versão estritamente dualista nem monista do problema corpo-alma. Diferente do monismo materialista presente no atomismo antigo e na concepção estoica, que consideravam a alma como composta de matéria ou de corpos sutis, Aristóteles propõe uma abordagem que enfatiza a unidade essencial entre corpo e alma. No contexto de sua teoria da forma e da matéria – posteriormente denominada hilemorfismo –, ele concebe os seres vivos como substâncias compostas, nas quais a alma é a forma que atualiza a matéria corpórea (Gonçalves, 2004).

A alma, segundo Aristóteles, não é um ente separado do corpo, mas sim o princípio organizador e vital que confere estrutura e funcionamento ao organismo (Ferreira, 2021). Dessa forma, a relação entre alma e corpo não se reduz a uma oposição entre substâncias independentes, como no dualismo platônico, mas tampouco é uma mera redução materialista. Essa concepção aristotélica influenciaria profundamente a tradição filosófica posterior, sendo retomada por comentadores como Tomás de Aquino, que reforça a ideia da alma como princípio substancial

do ser humano (Coutinho, 2002).

Neste sentido, Aristóteles formula uma hierarquia das diferentes partes ou faculdades da alma, concebendo-a como a primeira entelúquia de um corpo orgânico, ou seja, o princípio que confere vida e movimento ao organismo. A alma, ao animar o corpo, não apenas o move, mas, em certas faculdades, também interage com ele, como ocorre na alma receptiva ou no *nous* receptivo, que participa do processo cognitivo e se aperfeiçoa com a experiência (Iskandar, 2011).

Aristóteles entendia a alma como aquilo que torna o organismo vivo e organizado, atuando simultaneamente como causa formal, isto é, como a estrutura que define o que aquele ser é, e causa eficiente, pois impulsiona o movimento e os processos vitais. Para ele, toda forma de vida vegetal, animal ou humana possui uma alma própria, mas cada uma com capacidades diferentes: a alma vegetal apenas nutre e faz crescer, a animal adiciona percepção e mobilidade, e a humana inclui ainda a razão discursiva.

No *De Anima*, Aristóteles se dedica a demonstrar que a alma não pode ser entendida como uma substância separada do corpo, à maneira de Platão, como destaca Iskandar (2011). Ao contrário, ele argumenta que a alma é a “forma” do corpo, de modo que, sem um corpo, ela não existe efetivamente nem poderia exercer suas faculdades — assim como um leque não pode ser chamado de leque sem o papel e o bastão que lhe conferem concreto funcionamento. Dessa perspectiva, o pensamento humano e a percepção sensorial não ocorrem em um “fantasma” que habita o corpo, mas em uma atividade conjunta entre a matéria corpórea e a forma viva.

Além disso, Aristóteles expõe a alma humana em dois níveis de atividade: o pensamento passivo, que recebe imagens sensoriais ainda associadas ao corpo, e o pensamento ativo, que abstrai inteligíveis. É justamente essa capacidade de abstração que ele considera imortal e separável em certo sentido — mas mesmo essa atividade não se dá em um vazio: requer as condições corporais de percepção e memória para iniciar seu trabalho.

Ao situar a alma dentro da própria *physis* e reconhecer nela causas múltiplas (formal, material, eficiente e final), Aristóteles não apenas refuta o dualismo platônico, mas inaugura um modelo holístico em que vida, consciência e matéria formam um contínuo. Essa concepção vai influenciar profundamente a filosofia medieval, sobretudo Tomás de Aquino, e abrir caminho para discussões modernas sobre mente-corpo, identidade pessoal e o status da consciência na ciência contemporânea.

Ao longo da história, o conceito de alma foi interpretado de diferentes maneiras por

diversas tradições filosóficas e religiosas. No cristianismo, Tomás de Aquino propôs uma definição influente: para ele, a alma é a forma substancial do corpo, ou seja, aquilo que confere identidade e vida ao ser humano. Além de ser o princípio vital do corpo, Aquino considerava a alma humana como portadora de razão e moralidade — características que a distinguem das outras formas de vida. Aquino também afirmava que a alma possui uma origem divina, uma vez que nela residem o intelecto e a vontade, elementos que não podem ser reduzidos à matéria. Essa dimensão espiritual é o fundamento da imortalidade da alma humana e de sua capacidade de se relacionar com Deus.

Com o advento da modernidade e o avanço das ciências naturais, a noção de alma foi sendo substituída pela ideia de mente. No contexto do materialismo contemporâneo e do reducionismo biológico, a mente passou a ser entendida como resultado do funcionamento cerebral — um fenômeno emergente das complexas interações entre neurônios. Dessa forma, a mente é vista não como algo separado do corpo, mas como um produto da atividade neural.

As concepções de alma desenvolvidas por Aristóteles e Tomás de Aquino ainda exercem influência no pensamento contemporâneo. Essas ideias continuam relevantes, especialmente nos debates sobre a natureza da mente, tanto na psicologia quanto na filosofia da mente. Em particular, a noção de alma como princípio organizador do corpo (e como fundamento da racionalidade e da moralidade) tem sido reinterpretada para contribuir com a compreensão moderna da mente.

Apesar disso, a relação entre os conceitos de alma e mente permanece problemática. Ainda hoje, não há um consenso claro sobre como essas noções se conectam, e esse impasse continua a desafiar tanto as ciências quanto a filosofia. Trata-se de uma questão que acompanha o ser humano em sua tentativa de compreender a si mesmo.

Com base no exposto, a concepção de alma passou por um considerável número de interpretações durante a história da filosofia. Além disso, como mencionado anteriormente, a alma era inerentemente conectada ao corpo. Por exemplo, Aristóteles considerava que a alma como um princípio vital que organiza o corpo humano e lhe dá movimento. Contudo, a posição de Descartes e a ascensão de outras interpretações da filosofia moderna, ou melhor, do racionalismo, sugere uma visão diferente.

A questão é motivada pela concepção dualista da mente de René Descartes, que entende a mente como uma entidade privada, distinta do corpo, onde cada indivíduo tem acesso direto apenas aos próprios estados mentais. Essa visão, ao sustentar que os estados mentais dos outros são fundamentalmente inacessíveis, levanta o problema de como podemos ter certeza de que

outras pessoas possuem experiências conscientes como as nossas.

Na perspectiva cartesiana, a mente é entendida como uma substância pensante, imaterial e separada do corpo, que por sua vez é composto por matéria e sujeito às leis da física. Essa distinção radical implica que os estados mentais de um indivíduo são acessíveis apenas a ele mesmo, sendo invisíveis e inacessíveis aos outros. Diante disso, surge uma questão fundamental: se só temos acesso direto aos nossos próprios pensamentos e experiências, como podemos ter certeza de que outras pessoas também têm uma experiência consciente semelhante à nossa?

Descartes concebe a mente como uma esfera privada, acessível de modo imediato apenas ao próprio sujeito. Essa concepção levanta uma questão fundamental: como podemos saber que os outros também possuem experiências conscientes semelhantes às nossas? Trata-se de um dos problemas centrais da filosofia da mente e da epistemologia modernas, como observa Skirry (2005).

A partir dessa distinção, costuma-se atribuir estados mentais — como crenças, desejos e intenções — aos seres humanos, enquanto objetos inanimados, como cadeiras ou automóveis, são considerados desprovidos de qualquer interioridade psíquica. Entretanto, essa divisão não resolve todos os casos. A situação de outros animais, por exemplo, permanece controversa, pois não é evidente em que medida eles possuem experiências conscientes ou estados mentais comparáveis aos humanos.

Esse debate aparece de forma paradigmática em Descartes, que negava aos animais a posse de uma *res cogitans*, isto é, de uma substância pensante, considerando-os autômatos ou máquinas naturais. Segundo ele, o comportamento animal poderia ser explicado inteiramente por mecanismos corporais, sem a necessidade de recorrer a pensamentos, crenças ou consciência. Essa posição foi posteriormente criticada por diversos filósofos, que apontaram a complexidade do comportamento animal como indício de alguma forma de vida mental. Ainda hoje, a discussão sobre os estados mentais em outros animais constitui uma dimensão importante do chamado “problema das outras mentes”.

As bases desse problema podem ser encontradas no método da *dúvida metódica* desenvolvido por Descartes nas *Meditações sobre a Primeira Filosofia*. Ao buscar uma base absolutamente certa para o conhecimento, Descartes parte daquilo que pode ser conhecido de modo imediato pelo próprio sujeito, o que torna mais difícil justificar o conhecimento das experiências mentais de outros seres.

Ao aplicar a dúvida metódica, Descartes suspende todas as crenças que possam ser postas

em dúvida, inclusive a existência do mundo exterior, do corpo e das outras mentes. No entanto, ele encontra um ponto de certeza inabalável: o fato de que está pensando. A partir disso, formula sua célebre conclusão — “penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*). Essa certeza da própria mente, contrastada com a incerteza quanto à existência de tudo o mais, reforça a separação entre mente e corpo e isola o sujeito pensante como a única base segura para o conhecimento. Já a existência de outras mentes permanece uma hipótese não verificável diretamente, tornando-se uma das questões filosóficas mais complexas que emergem do projeto cartesiano. Ele escreve:

Mas eu me convenci de que nada existia no mundo, que não havia céu algum, terra alguma, espíritos alguns, nem corpos alguns; logo, não me convenci também de que eu não existia? Com certeza, não; sem dúvida eu existia, se é que me convenci ou só pensei ser alguma coisa. Mas existe alguém, não sei quem, enganador muito poderoso, que dedica todo o seu empenho em enganar-me sempre. Não há então, alguma dúvida de que existo se ele me engana; e por mais que me engane, nunca poderá fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De maneira que, depois de haver pensado bastante nisto e analisado cuidadosamente todas as coisas, se faz necessário concluir e ter por inalterável que esta proposição, eu sou, eu existo, é obrigatoriamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito (Descartes, 2000, p. 258)

Essa certeza da própria existência, porém, não se estende imediatamente à existência de outras mentes. Descartes não discute diretamente esse problema nesse trecho, mas a forma como ele estrutura a relação entre mente e corpo — e o fato de que só se pode ter acesso direto à própria consciência — acaba abrindo caminho para um dos dilemas centrais da filosofia da mente: como justificar a crença de que os outros também possuem estados mentais? O problema das outras mentes tem, assim, uma de suas origens conceituais no dualismo cartesiano. Embora não seja o único ponto de partida possível, é nesse contexto que ele surge com particular clareza: sei que tenho uma mente, mas com que fundamentos posso afirmar que os outros também têm?

De acordo com a perspectiva dualista, mente e corpo são coisas diferentes, ou seja, o corpo é um objeto físico, ele tem um lugar no espaço; é composto de átomos conhecidos pela química; ele tem um peso e altura; pode ser visto, tocado e sentido. A mente, no entanto, é um objeto não físico, ela não tem lugar no espaço; não consiste nos conceitos conhecidos pela química e nem pela física; ele não tem peso nem altura; ele não pode ser visto nem tocado.

Como nossa mente, ou seja, nossos pensamentos e ações se relacionam com nosso corpo? Os estados mentais têm sua própria área de ser ou estão relacionados às atividades naturais do cérebro? Estas são as questões com as quais a filosofia da mente lida. Mas o problema mente-corpo não é apenas um tema da filosofia, mas também um tema das ciências, tais como as

neurociências, psicologia, psiquiatria e psicossomática. Estas são apenas algumas das muitas áreas de pesquisa que continuam a lidar com este tema.

Descartes é fundamental nesse contexto, não apenas como filósofo, mas também pelo seu grande interesse nas ciências naturais. Para compreender o problema mente-corpo, é necessário primeiro definir esses termos. Embora mente e corpo sejam frequentemente considerados conceitos distintos na filosofia cartesiana, para fins de nossa análise, trataremos desses conceitos de forma interligada, reconhecendo a distinção entre ambos, mas focando em sua interação no sistema filosófico de Descartes. Essa abordagem nos ajudará a esclarecer como ele concilia a ideia de uma substância pensante (a mente) e uma substância material (o corpo) dentro de seu dualismo.

Descartes descreveu os motivos para seu dualismo de substância de corpo e alma em suas obras *Discurso do Método* e nas *Meditações*. Em especial a questão no que aconteceria com seu espírito após a morte estava em sua mente. Para muitas pessoas a ideia de não existir mais após a morte é motivo de medo. Descartes viu uma saída para esta situação na visão de que a alma permanece viva mesmo após a morte, ou seja, continuará a existir. No entanto, só pode fazer isso se for diferente do corpo.

De acordo com Descartes, os estados mentais abrangem todos os fenômenos da consciência, incluindo sentimentos, ideias, faculdades de pensamento e atitudes intencionais, como crenças e desejos. Ele descreve a substância mental como *res cogitans*, uma substância pensante e imaterial. Em contraste, há a *res extensa*, que se refere à substância material, representando o mundo físico, causalmente fechado e completamente descritível, composto por objetos espacialmente estendidos. Descartes, em suas *Meditações sobre a Primeira Filosofia* (Descartes, 2000), apresenta dois argumentos principais para sustentar seu dualismo substancial. No primeiro, ele defende que há habilidades humanas que nenhuma máquina pode possuir, como a capacidade de falar ou agir de maneira inteligente. Para Descartes, essas habilidades não podem ser explicadas apenas por processos físicos, sugerindo a presença de algo além do material, ou seja, uma substância espiritual — a alma. Segundo ele, as máquinas, que carecem dessa substância espiritual, não têm capacidade de raciocínio, falta-lhes autoconfiança e ideias próprias.

O segundo argumento de Descartes baseia-se na seguinte premissa: o que é imaginável é possível. Cada pessoa pode imaginar-se claramente e distintamente existindo sem o seu corpo, mas não consegue imaginar-se sem pensar. Como tudo o que se pode conceber claramente é possível, conclui-se que é possível existir como uma substância puramente pensante, isto é,

existir sem a propriedade de extensão. O segundo argumento pretende fornecer evidências de que corpo e mente são diferentes um do outro.

Em contraste, o problema das outras mentes abordadas por filósofos como Locke (1997), Berkeley (2020) e Hume (2024) é a questão de como podemos justificar a crença de que outras pessoas têm mentes semelhantes à nossa, já que temos apenas experiência direta com nossa própria mente e corpo. Esses empiristas abordam o problema das outras mentes com a ajuda do argumento por analogia: ao ver o comportamento das outras pessoas, podemos afirmar por analogia que, como nós, eles têm uma mente. No entanto, essa visão implica que o conhecimento da mente está vinculado à percepção sensível. Portanto, se compararmos os dois pontos de vista, podemos ver a tensão aqui, a saber, enquanto Descartes discute a mente de um ponto de vista separado do corpo e da percepção sensível, os empiristas discutem a mente por meio da percepção, sustentando que pode-se conhecer outras mentes pela percepção sensível e analisar essa mente pela analogia com a nossa.

Uma vez admitida a existência dessa limitação no processo de aquisição do conhecimento, a questão central passa a ser a seguinte: como determinar se outra pessoa possui uma mente, se os estados mentais alheios não são diretamente acessíveis? A resposta clássica da tradição empirista consiste em observar o comportamento dos outros. As ações de outras pessoas apresentam semelhanças significativas com as nossas e, como sabemos, a partir da experiência do nosso próprio comportamento, que ele é motivado por estados mentais como crenças, desejos e intenções (Hume, 2024), inferimos, por analogia, que os demais também possuem tais estados. Esse raciocínio apoia-se em uma versão do princípio segundo o qual causas semelhantes produzem efeitos semelhantes.

Vários filósofos empiristas trataram, de formas distintas, o problema da justificação da crença na existência de outras mentes — ou seja, a questão de como podemos saber, com base em nossa própria experiência, que outras pessoas também têm estados mentais como os nossos. John Locke argumenta que essa crença se apoia na observação do comportamento alheio: ao aprendermos o mundo por meio das sensações e percebermos padrões de ação semelhantes aos nossos, inferimos que os outros também possuem pensamentos, desejos e percepções (Locke, 1997). George Berkeley, embora parta de uma posição idealista, coloca em dúvida a própria existência da matéria e, com isso, também problematiza o acesso a qualquer mente além da nossa, pois todo conhecimento estaria restrito ao conteúdo da própria experiência mental (Berkeley, 2020). David Hume aprofunda a questão ao observar que a crença na existência de outras mentes

— assim como a crença na causalidade — depende de inferências indutivas, que, embora comuns, não oferecem garantias racionais absolutas (Hume, 2024). Assim, a partir do empirismo, o problema das outras mentes se mostra como uma dificuldade persistente: só temos acesso direto à nossa própria mente, e o que sabemos sobre as demais depende de observação e inferência — métodos que, segundo esses autores, têm limitações fundamentais.

Wittgenstein (2009b) sugere que a linguagem acerca dos estados mentais não se refere a um “teatro privado” de experiências internas, mas se fundamenta em práticas públicas e na expressão do comportamento. Em outras palavras, conhecemos a mente dos outros por meio de suas ações e expressões, e não pela tentativa de acessar um conteúdo interno invisível. Desse modo, a compreensão dos estados mentais alheios apoia-se na observação de reações e comportamentos publicamente acessíveis.

Gilbert Ryle, em *The Concept of Mind*, também rejeita a ideia de que a mente seja uma entidade oculta, acessível apenas ao próprio indivíduo. Segundo Ryle (1949), conceitos mentais como acreditar ou sentir não designam acontecimentos internos e privados, mas disposições para agir, reagir e comportar-se de determinadas maneiras em certos contextos. Assim, conhecer os estados mentais de outra pessoa não requer acesso a um conteúdo interno invisível, mas depende da interpretação de comportamentos e circunstâncias observáveis. Para Ryle, a concepção de que a mente constitui uma entidade separada do corpo decorre de uma confusão categorial, que dá origem ao mito do “fantasma na máquina”.

É o que faz o dogma do Fantasma na Máquina. Mantém que existem corpos e mentes; que se produzem processos físicos e processos mentais; que há causas mecânicas dos movimentos corporais e causas mentais dos movimentos corporais. Argumentarei que estas e outras conjunções análogas são absurdas; deve no entanto notar-se que isto não quer dizer que qualquer das proposições ilegítimamente conjuntadas seja absurda em si mesma. Não nego, por exemplo, que existem processos mentais. Fazer contas de dividir é um processo mental, tal como contar uma piada. Mas digo que a frase “existem processos mentais” não significa a mesma espécie de coisa que é expressa por “existem processos físicos”, e portanto não faz sentido fazer uma conjunção ou uma disjunção das duas (Ryle, 1949, p. 23).

Ryle dirige sua crítica ao que ele chama de “dogma do fantasma na máquina”, que é a visão dualista cartesiana de que a mente e o corpo são entidades separadas, com processos e causas próprias. Segundo essa visão, a mente seria uma entidade não física, com processos mentais que causam movimentos no corpo de forma independente das causas mecânicas e físicas. Esse dualismo sustenta que, assim como existem causas físicas no corpo, também existem causas mentais na mente, e ambas operariam em paralelo, mas de maneira separada.

Ryle sustenta que essa concepção constitui um erro categorial, pois trata corpo e mente como se fossem duas entidades distintas pertencentes ao mesmo tipo de realidade e capazes de interagir entre si. Segundo Ryle (1949), o equívoco não consiste em admitir a existência de processos mentais, mas em concebê-los como processos análogos aos físicos, apenas ocorrendo em uma substância diferente. Ryle não nega a existência de pensamentos, crenças ou sentimentos; sua crítica dirige-se à ideia de que tais processos pertençam a uma entidade separada, a mente, que funcionaria paralelamente ao corpo.

Para ele, essa conjunção é absurda porque resulta da tentativa de aplicar conceitos físicos e mecânicos a uma esfera (a mente) onde tais conceitos não fazem sentido. Em vez de conceber a mente como uma entidade ou substância distinta, Ryle propõe que os conceitos mentais referem-se a disposições e comportamentos observáveis, que não necessitam de uma explicação "fantasmagórica". Dessa forma, ele defende que os estados mentais podem ser entendidos no contexto de ações e interações que já são parte do mundo físico e social, sem que precisemos postular uma mente imaterial separada.

O ponto principal de Ryle, então, é que o dualismo cartesiano cria problemas desnecessários ao tratar a mente como uma substância oculta. Ele sugere que termos mentais como pensar, desejar e sentir se referem, na realidade, a padrões de comportamento e capacidades para a ação, e não a processos internos misteriosos. Assim, a mente não é uma "coisa" separada que habita o corpo; ela se manifesta e é compreendida por meio do comportamento e da interação no mundo.

Ryle identifica uma das principais fragilidades do dualismo cartesiano ao criticar a ideia de que mente e corpo sejam duas substâncias separadas. Segundo Ryle (1949), o erro consiste em tratar a mente como uma coisa" distinta do corpo, pertencente ao mesmo tipo de realidade e capaz de interagir com ele. Para Ryle, muitos dos problemas filosóficos nessa área decorrem de um erro categorial: a mente não é uma entidade paralela ao corpo, mas uma maneira de descrever disposições, capacidades e formas de comportamento. Entretanto, Ryle não nega a existência da experiência mental. Sua crítica dirige-se apenas à interpretação metafísica segundo a qual pensamentos, crenças e sentimentos pertenceriam a uma substância separada. Já John Searle, a partir de uma perspectiva naturalista, desenvolve uma crítica distinta. Segundo Searle (1992), a mente não é uma substância separada, mas tampouco pode ser reduzida a padrões de comportamento ou a descrições puramente físicas. Para Searle, a consciência é um fenômeno biológico real, produzido pelos processos cerebrais. Embora dependa inteiramente da atividade do cérebro, ela apresenta propriedades próprias e irreduzíveis. Por isso, Searle

caracteriza a consciência como um fenômeno emergente”: algo que resulta da organização e do funcionamento do cérebro, mas que não pode ser explicado apenas pela descrição de seus componentes físicos isolados.

Em *The Rediscovery of the Mind*, Searle critica tanto o dualismo quanto as formas reducionistas de materialismo, argumentando que ambas são insuficientes para explicar a natureza da consciência. Sua posição procura, assim, uma via intermediária: a mente faz parte do mundo físico, mas não pode ser compreendida apenas em termos de mecanismos físicos ou comportamentais.

Searle rejeita o materialismo reducionista, isto é, a posição segundo a qual os fenômenos mentais poderiam ser inteiramente explicados em termos de processos físicos ou neurobiológicos. Segundo Searle (1992), embora a consciência seja produzida pelo cérebro e dependa de sua atividade, ela possui propriedades próprias, ligadas à experiência subjetiva, que não podem ser plenamente descritas apenas por meio da linguagem da física ou da neurociência.

Nesse contexto, Searle também rejeita a ideia de que a consciência seja um epifenômeno. Um epifenômeno é um fenômeno secundário produzido por outro processo, mas que não exerce qualquer influência causal sobre ele. Assim, se a consciência fosse um epifenômeno, ela seria apenas um efeito passivo da atividade cerebral, sem interferir nas decisões, nos pensamentos ou nas ações. A experiência consciente acompanharia os processos cerebrais, mas não desempenharia nenhum papel efetivo neles.

Searle discorda dessa interpretação. Para ele, a consciência é um fenômeno biológico real e causalmente eficaz: ela emerge da atividade cerebral, mas participa efetivamente da produção das ações e decisões humanas. Por isso, embora a consciência não constitua uma substância separada, tampouco pode ser reduzida a uma simples função mecânica do cérebro ou a um efeito sem importância causal. Searle caracteriza a consciência como um “fenômeno emergente”: algo que resulta da organização complexa do cérebro e apresenta propriedades novas, não inteiramente redutíveis às propriedades físicas de suas partes.

Essa posição busca conciliar os avanços da neurociência com a realidade da experiência subjetiva. A mente permanece inserida em uma explicação naturalista, mas a consciência é reconhecida como um aspecto autônomo da vida mental, ainda que dependente do cérebro. Dessa forma, Searle procura superar tanto o dualismo cartesiano quanto as versões reducionistas do materialismo.

Evidentemente, Searle (1983) concorda com Ryle em sua crítica ao dualismo, mas afirma

que, embora a mente não seja uma substância separada, ela não é redutível ao comportamento observável. Sua posição está em algum lugar na raiz do naturalismo, mas ocorreu-lhe que, embora um cérebro seja, de fato, uma causa de um acontecimento mental, a experiência consciente de qualquer mente não poderia ser inteiramente compreendida em termos desses processos cerebrais (Searle, 1992).

Searle critica o materialismo reducionista por não reconhecer adequadamente o status ontológico da consciência. Segundo ele, embora a consciência seja um produto da atividade biológica do cérebro — e, portanto, tenha uma base física — ela não pode ser totalmente explicada em termos impessoais ou de terceira pessoa, como exigem as abordagens estritamente materialistas (Searle, 2004). Para Searle, a consciência não é uma substância, mas uma propriedade biológica emergente, com características ontológicas próprias. Os materialistas, segundo ele, tendem a tratar a consciência como algo sem importância causal, quase como um subproduto irrelevante, o que ele considera um erro. Em vez disso, Searle argumenta que a consciência, embora dependente dos processos cerebrais, possui efeitos causais reais e não pode ser reduzida simplesmente a seus componentes físicos (Searle, 2015). Sua posição busca, assim, preservar tanto a dimensão biológica quanto a singularidade da experiência subjetiva consciente.

O objetivo de Searle (2004) é desenvolver uma posição intermediária entre o dualismo cartesiano e o reducionismo materialista, sustentando que a consciência é, ao mesmo tempo, um fenômeno natural e uma propriedade emergente do cérebro. Sua abordagem fundamenta-se na evolução biológica da mente e na ideia de que a consciência ocupa um lugar singular no mundo natural. Para ilustrar essa tese, Searle utiliza a analogia da água: embora a água seja formada pela combinação de hidrogênio e oxigênio, ela possui propriedades, como a liquidez, que não se encontram isoladamente em nenhum desses elementos. Do mesmo modo, a consciência emerge da atividade cerebral sem poder ser reduzida aos seus componentes físicos.

Embora Searle compartilhe com Ryle (1949) a crítica ao dualismo cartesiano, sua concepção é incompatível com o behaviorismo lógico associado a Ryle. O behaviorismo lógico sustenta que os termos mentais não se referem a estados internos ou experiências subjetivas, mas apenas a disposições para o comportamento. Assim, afirmar que alguém sente dor, acredita em algo ou deseja alguma coisa significaria apenas descrever a maneira como essa pessoa tende a agir ou reagir em determinadas circunstâncias. Nessa perspectiva, a mente não constitui uma realidade distinta do comportamento observável, mas apenas uma forma de descrever padrões de ação.

Searle rejeita essa interpretação porque considera que ela elimina precisamente aquilo

que caracteriza a consciência: sua dimensão subjetiva. Para ele, a experiência consciente não pode ser reduzida a comportamentos, disposições ou funções observáveis, pois envolve um aspecto qualitativo e vivido em primeira pessoa. Ao mesmo tempo, Searle também rejeita a versão mais estrita do materialismo, que identifica integralmente os fenômenos mentais com processos neurobiológicos. Sua teoria procura evitar tanto o dualismo quanto o reducionismo, oferecendo uma alternativa naturalista que reconhece a realidade ontológica da experiência consciente.

Searle (1992) argumenta que a mente, embora dependa da estrutura e do funcionamento do cérebro, não pode ser reduzida aos seus processos físicos. Sua defesa da consciência como fenômeno emergente baseia-se em uma distinção entre níveis ontológicos e níveis explicativos. Assim como a liquidez da água emerge da interação entre moléculas de H_2O , sem estar presente em cada molécula isoladamente, a consciência emerge da complexa organização neuronal sem poder ser explicada apenas pelos elementos físicos do cérebro. Além disso, Searle distingue entre a dimensão ontológica da consciência, entendida como um fato biológico real, e sua dimensão epistemológica, que exige uma descrição em primeira pessoa. Essa distinção fundamenta sua crítica tanto ao reducionismo materialista, que tende a ignorar a subjetividade, quanto ao dualismo, que postula a existência de substâncias separadas. Sua proposta busca, portanto, manter a consciência no interior do mundo natural, sem eliminá-la conceitualmente nem isolá-la em um domínio metafísico.

A complexidade do problema é ilustrada pelo fato de que a pergunta filosófica “O que é a mente?” ainda não tem uma resposta consensual. A relação entre mente e corpo continua sendo uma questão aberta e debatida tanto na filosofia quanto nas ciências cognitivas. Desde o dualismo proposto por Descartes — que separava a substância pensante da substância extensa —, essa divisão vem sendo questionada por diversos pensadores. Ryle, por exemplo, criticou fortemente o dualismo cartesiano ao cunhar a expressão “o fantasma na máquina” e denunciar o que chamou de “falácia do substantivo”, ou seja, o erro de tratar a mente como uma entidade separada do comportamento observável.

Outros autores, como Searle, propuseram alternativas materialistas, como a teoria da funcionalidade biológica, defendendo que os estados mentais são causados por processos neurobiológicos, embora não possam ser reduzidos a eles. Apesar desses avanços, ainda não há consenso sobre uma definição satisfatória da consciência. Na psicologia, a abordagem dominante passou a ser a análise dos processos mentais por meio de comportamentos observáveis e inferências

cognitivas, mas a experiência subjetiva da consciência continua sendo um desafio conceitual e empírico.

Apesar dos avanços das neurociências na compreensão do cérebro, como a observação de atividades neuronais associadas a diferentes funções cognitivas, a verdadeira natureza da experiência consciente ainda é em grande parte um mistério. Isso ocorre porque mesmo as teorias emergentes – por exemplo, funcionalismo ou materialismo – não resolvem o “problema difícil” (Chalmers, 1997). Chalmers argumenta que, embora possamos entender muitos aspectos do funcionamento do cérebro, isso ainda não explica como surge a experiência subjetiva — ou seja, a consciência. Por isso, ele afirma que as explicações atuais são insuficientes. Embora saibamos que a mente é uma função do cérebro, não sabemos com certeza o que acontece quando a consciência acontece. Assim, a mente continua a ser uma caixa preta, onde a subjetividade e a percepção se misturam com processos biológicos que, embora observáveis, não nos proporcionam muita resposta.

Além disso, a crítica contemporânea à ideia de uma mente separada do corpo, como a de Ryle, que chamou a atenção para a "falácia do fantasma na máquina", expõe um problema central: como explicar a mente sem recorrer a entidades imateriais? Se a mente é entendida como uma função do cérebro, como afirma Searle, então a pergunta se desloca para como processos neurobiológicos podem gerar experiências tão complexas como o pensamento e a percepção. Dennett sugere que a mente não é um "lugar" onde a consciência reside, mas sim o resultado de processos distribuídos e interativos dentro do cérebro (Dennett, 1993). Porém, essa perspectiva também não resolve completamente o enigma da subjetividade.

O dilema da existência de outras mentes continua sendo uma questão importante tanto na filosofia quanto na psicologia. A principal pergunta é: como podemos saber se outras pessoas ou seres têm experiências conscientes como nós? A psicologia cognitiva, por exemplo, estuda esse problema por meio da teoria da mente, especialmente no desenvolvimento infantil. Pesquisas mostram que as crianças, ao longo do tempo, aprendem a reconhecer a si mesmas e aos outros como agentes com intenções e pensamentos. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento da empatia, da moralidade e da vida em sociedade. No entanto, isso não resolve o problema filosófico: mesmo que possamos observar comportamentos e reações em outras pessoas ou animais, não temos acesso direto à experiência subjetiva delas. Como Wittgenstein sugeriu, com sua famosa analogia — "se uma árvore cai na floresta e ninguém está por perto, ela faz som?" — ele nos convida a refletir se a existência de algo (como a consciência de outra pessoa) depende

de nossa percepção direta.

Portanto, o problema das outras mentes vai além do conhecimento científico ou psicológico. Ele toca aspectos profundos da experiência humana e da intersubjetividade. Ainda assim, a vida social e moral depende da suposição de que os outros também têm mentes conscientes — algo que começamos a construir desde a infância, mas que permanece como uma questão em aberto na filosofia.

A procura por uma explicação unificada da mente é ainda uma questão filosófica e científica em aberto. À medida que a psicologia e a neurociência continuam a investigar os processos envolvidos com a cognição, tanto do comportamento quanto da percepção, o papel da filosofia na procura pela compreensão da consciência continua a ser vital. A sua integração pode um dia fornecer novas formas de compreender a mente; mas até lá, ainda teremos de tentar compreender a forma como o cérebro, uma máquina física, gera a rica e complexa experiência de consciência. Mas talvez, em vez de procurar uma solução, a investigação tanto filosófica quanto científica sobre a mente possa levar-nos a repensar a própria natureza da experiência humana, entender a complexidade e a profundidade do que significa ser um sujeito consciente.

Na próxima seção, iremos explorar o solipsismo – uma teoria filosófica que desafia a nossa compreensão da realidade e da própria existência. O solipsismo, como teoria, se baseia no conceito de que o único conhecimento verdadeiro e seguro que se pode ter é o da própria mente; portanto, tudo o que percebemos, inclusive o mundo exterior e outras consciências, é apenas uma construção ou projeção da própria mente. Por essa razão, esse grupo de ideias questiona a noção de que podemos conhecer a realidade de maneira objetiva ou que existam outras mentes que não sejam a própria. Veremos como o solipsismo pode ser relacionado aos conceitos discutidos anteriormente sobre a nossa mente e a consciência em si. Isso significa que, até o fim, levaremos o questionamento mais além – ao questionamento da natureza da mente humana e do próprio conhecimento.

2.3 Solipsismo

A investigação filosófica sobre a natureza da consciência e da existência percorre duas questões interligadas: a garantia da experiência pelo próprio indivíduo e a possibilidade de reconhecimento da existência e da experiência no outro. O solipsismo, ao sustentar que apenas a própria mente pode ser diretamente “experimentada” pelo sujeito, questiona o acesso à realidade externa e à esfera de experiência alheia.

Esta seção examinará o solipsismo em profundidade, iniciando com uma análise de suas bases históricas e metodológicas, passando pela crítica às abordagens tradicionais e seus desafios. Por fim, explorará uma perspectiva contemporânea, com ênfase na abordagem de Thomas Nagel, especialmente sua concepção da “não-transmissibilidade” do ponto de vista subjetivo.

O solipsismo, uma doutrina que afirma o primado da própria mente na constituição da realidade, tem sido investigada desde os primórdios da filosofia cética. O cético, começando com Pirro de Élis, enfatizou a dúvida como uma ferramenta primária para questionar a certeza de nossas percepções sensoriais e da existência do mundo exterior. Como apontam estudiosos da tradição cética, essa postura crítica estabeleceu as bases para um ceticismo mais radical sobre a natureza da realidade e do conhecimento, levando à argumentação de que a crença no mundo exterior poderia, em última instância, ser infundada (Burnyeat; Sedley, 1983; Stroud, 1984). Diversas obras sobre filosofia cética discutem esse tema, explorando suas implicações epistemológicas e metafísicas.

Mais tarde, no início da modernidade, com a ascensão do racionalismo, teóricos como René Descartes levaram a dúvida a um novo patamar por meio da chamada dúvida radical. Em suas *Meditações*, Descartes argumenta que, ao duvidar de tudo, o único conhecimento verdadeiramente indubitável é o de que alguém está pensando. Essa ideia — de que até mesmo os sentidos podem nos enganar — levou à sua famosa afirmação: *Cogito, ergo sum* (“Penso, logo existo”). Essa formulação destaca a centralidade da mente e lança as bases para temas que mais tarde seriam associados ao protossolipsismo, como a subjetividade e a realidade percebida.

Embora o solipsismo raramente tenha sido defendido como uma doutrina prática, ele desempenha um papel crucial como experimento mental dentro da filosofia. Ao levar a dúvida ao seu limite máximo, o solipsismo nos força a considerar a possibilidade radical de que tudo o que conhecemos — o mundo, os outros, até mesmo o próprio corpo — pode ser apenas uma construção da mente individual. Essa hipótese extrema, embora pouco plausível como crença cotidiana, é importante justamente por nos obrigar a questionar pressupostos que frequentemente aceitamos sem crítica, como a existência objetiva do mundo externo. Ao explorar essa possibilidade, os filósofos investigam os limites da percepção, da consciência e da capacidade de conhecer algo além de si mesmo. Essa linha de questionamento também abre espaço para debates sobre intersubjetividade: até que ponto nossas experiências são realmente compartilháveis? Como podemos garantir que o que percebemos como realidade é comum a outros sujeitos? Ao tensionar essas questões, o solipsismo contribui para o desenvolvimento de teorias mais robustas sobre a

mente, a linguagem e o conhecimento.

Além disso, o solipsismo influencia significativamente em áreas como a epistemologia e a metafísica. Ao postular que a única certeza é a própria existência da mente, ele força os pensadores a confrontar o quão frágeis são as suas sensações sobre o mundo externo. Isso é valioso não só para o debate filosófico, mas também no que implica a sua aplicação. Afinal, o estudo cuidadoso do solipsismo põe em dúvida não só o que constitui a existência de outras mentes e realidades mostradas pela experiência, mas os próprios fundamentos sobre os quais a comunicação e a interação social basearam a sua existência. Alguém que aceite o solipsismo da maneira a que foi descrita neste texto poderia argumentar que a única experiência que conta é a sua, tornando inútil a existência de outros no que concerne a tal pessoa.

O solipsismo, em sua dimensão filosófica, pode ser compreendido a partir de uma bifurcação conceitual fundamental que, embora nem sempre destacada nos manuais de filosofia, revela caminhos distintos e filosoficamente frutíferos. Por um lado, há o solipsismo metódico, que atua como uma estratégia dentro da tradição do ceticismo epistemológico. Por outro, encontra-se o solipsismo ontológico (ou absoluto), uma posição metafísica mais radical que afirma, ou pelo menos supõe, que apenas a própria mente pode ser conhecida com certeza — sendo o mundo externo, e mesmo outras mentes, completamente incognoscíveis ou inexistentes.

O solipsismo metódico não deve ser confundido com uma crença real na inexistência do mundo. Ele funciona como um instrumento filosófico que busca colocar em xeque todas as crenças e pressupostos não examinados sobre a realidade. Um dos principais representantes dessa abordagem é René Descartes, que, em suas *Meditações*, adota a dúvida radical como método. Ele parte do princípio de que tudo pode ser colocado em dúvida — as percepções sensoriais, os dados empíricos, a existência do corpo e até mesmo a validade da lógica. No entanto, mesmo diante dessa dúvida generalizada, ele encontra uma certeza indubitável: *cogito, ergo sum* — “penso, logo existo”. A existência do sujeito pensante, para Descartes, é a primeira verdade que resiste à dúvida, e a partir dela ele tenta reconstruir o edifício do conhecimento. Assim, o solipsismo metódico não afirma a inexistência do mundo, mas usa essa possibilidade como uma etapa crítica para fundamentar o saber de forma sólida. Seu valor está na função heurística: forçar a filosofia a identificar os alicerces seguros sobre os quais o conhecimento pode ser edificado.

Em contraste, o solipsismo ontológico propõe uma tese muito mais abrangente e problemática. Aqui, não estamos mais falando de um método, mas de uma postura metafísica que sustenta que tudo o que existe — ou tudo o que pode ser conhecido como existente — é a

própria mente do sujeito e suas experiências internas. O mundo externo, os objetos, e mesmo outras pessoas são considerados não apenas duvidosos, mas potencialmente inexistentes. Essa visão extrema é raramente sustentada seriamente, mas ela tem implicações filosóficas profundas. Ela questiona, por exemplo, a possibilidade da intersubjetividade, ou seja, da existência de experiências realmente compartilhadas entre diferentes consciências. Se apenas a minha mente é acessível a mim, como posso garantir que outras mentes existem? Ou que elas têm experiências semelhantes às minhas? Esse tipo de solipsismo desafia até mesmo a validade do conhecimento científico, que depende da objetividade e da replicabilidade — duas ideias que pressupõem um mundo comum acessível a vários sujeitos.

Apesar de suas diferenças, essas duas formas de solipsismo convergem em um ponto crucial: ambas colocam em evidência os limites do conhecimento humano e a vulnerabilidade de nossas certezas mais básicas. O solipsismo, seja como método ou como doutrina ontológica, nos força a enfrentar a pergunta fundamental: o que posso saber com absoluta certeza? Esse desafio continua a ressoar na filosofia contemporânea, influenciando discussões sobre consciência, linguagem, inteligência artificial e até mesmo realidades virtuais. Em um mundo onde nossas interações com a realidade são cada vez mais mediadas por tecnologias digitais, o solipsismo reaparece sob novas formas, questionando até onde vai a linha entre o real e o mental, o objetivo e o subjetivo.

O argumento por analogia constitui uma das principais tentativas clássicas de responder ao problema de outras mentes, especialmente no contexto do solipsismo conceitual, que questiona se é possível atribuir o conceito de “consciência” a alguém além de nós mesmos. De modo geral, esse argumento sustenta que, ao observarmos nos outros comportamentos, expressões e reações semelhantes aos nossos, inferimos, por analogia, que eles também possuem estados mentais análogos aos nossos.

O ponto de partida desse raciocínio é fenomenológico: temos acesso imediato e privilegiado à nossa própria consciência em primeira pessoa — ou seja, sabemos diretamente o que é estar consciente. No entanto, esse conhecimento não se estende de forma direta aos outros. Há, portanto, uma assimetria epistemológica fundamental entre o “eu”, cuja consciência é diretamente acessível, e os “outros”, cuja interioridade nos permanece opaca. É precisamente essa lacuna que o argumento por analogia busca preencher, ainda que não sem enfrentar críticas quanto à sua força justificatória e ao risco de circularidade.

O solipsismo, especialmente em sua vertente conceitual, sustenta que não há fundamento

seguro para afirmar que outros seres têm estados conscientes, pois só conhecemos os nossos. É nesse ponto que o argumento por analogia entra como uma possível resposta. Ele tenta superar essa lacuna epistêmica partindo da observação de que há correlações sistemáticas entre nossos estados de consciência e nossos comportamentos. Por exemplo, quando sentimos dor, choramos; quando estamos atentos, nossos olhos se fixam; quando nos frustramos, bufamos ou franzimos a testa.

A partir dessas correlações empíricas entre consciência e comportamento em nós mesmos, inferimos que comportamentos semelhantes em outros sujeitos indicam estados mentais semelhantes. Essa inferência é chamada de analogia porque usamos o modelo da nossa própria experiência como base comparativa para pensar na consciência alheia. A analogia funciona, então, como uma ponte conceitual entre o interior (a minha consciência) e o exterior (o comportamento dos outros).

Portanto, a relação entre o argumento por analogia e o solipsismo é clara: trata-se de uma tentativa de romper o isolamento epistemológico proposto pelo solipsismo, ao justificar conceitualmente a atribuição da consciência a outros sujeitos. Ao fazer isso, evita-se o colapso da intersubjetividade e da linguagem — pilares do mundo social e do conhecimento coletivo. Embora não ofereça uma prova conclusiva da existência da consciência em outros, o argumento por analogia permite sustentar de forma razoável a crença de que não estamos sozinhos em nossa experiência consciente.

2.4 *Qualia*

Para Dennett (1993), *qualia* são aspectos da nossa vida mental que cada um de nós reconhece a partir de suas próprias experiências, referindo-se à sensação única de ser um sujeito que vivencia. As qualidades específicas da experiência, como a sensação ao comer um pedaço de chocolate, a dor ao bater o pé ou a vivência de um nascer do sol, são exemplos de *qualia*. Além disso, emoções como medo, alegria e ciúmes também se enquadram nessa categoria. A formulação de Nagel sobre um estado de “como é” ajuda a esclarecer que, de alguma forma, sempre experimentamos um determinado estado emocional ou sensorial.

Por definição, os *qualia* são compreendidos como os aspectos qualitativos da experiência consciente, reconhecíveis e repetíveis, que se manifestam de forma imediata na percepção sensível, como ocorre, por exemplo, na vivência direta da cor vermelha. Essa definição busca destacar a natureza fenomenológica da experiência, abstraindo-se de sua interpretação conceitual

ou cognitiva. Segundo Chalmers (1997), os *qualia* constituem a essência da experiência subjetiva, pois representam “como é” estar em determinado estado consciente, o que torna esses conteúdos fundamentais para qualquer investigação sobre a mente e a consciência. Ressaltar o caráter qualitativo dos *qualia* permite compreender a riqueza do mundo interior do sujeito e a dimensão subjetiva da experiência, elementos que escapam a uma explicação puramente funcional ou física da mente.

Só podemos perceber o mundo ao nosso redor a partir de uma perspectiva subjetiva. Uma questão interessante que surge a partir disso é: se alguém nunca experimentou um determinado sentimento, como poderia compreendê-lo verdadeiramente? (p. ex. ciúmes), essa pessoa poderia entender esse sentimento após uma descrição detalhada? Nem mesmo se alguém sentir subjetivamente dessa maneira, pode qualquer pessoa concluir que ele/ela genuinamente experimenta ciúmes (ou pelo menos uma forma de *qualia*), que é inerentemente subjetivo e impossível de conceituar plenamente, como Nagel (1980) afirma.

E embora você possa falar sobre as qualidades de uma experiência — digamos, estar desesperado é como estar muito triste e não ver saída — essa comparação é novamente completamente diferente da sua experiência individual. Portanto, a qualidade subjetiva da experiência está intimamente ligada a uma perspectiva de primeira pessoa. A misteriosa privacidade do mental, descrita em detalhes por Chalmers (1997) em seu trabalho sobre consciência e *qualia*.

Por essa razão, *qualia* parecem ser, em termos apriorísticos definidos, inacessíveis e, portanto, inviáveis de serem explicadas pelas ciências naturais. Essa limitação se relaciona à complexidade da experiência humana e à dificuldade de descrever sentimentos e percepções em termos que façam outra da mesma pessoa sentir ou perceber da mesma maneira, como Dennett (1993) descreve de forma eloquente em seus exames sobre a consciência.

Qualia representam um dos desafios mais significativos para o fisicalismo, a visão de que todos os fenômenos mentais podem ser explicados em termos de processos físicos e funcionais. Como todos os *qualia* são experiências privadas e subjetivas, muitos filósofos argumentam que eles não podem ser completamente entendidos em termos de estados cerebrais.

Chalmers (1997) enfatiza que os *qualia* estão no centro do difícil problema da consciência, ou seja, a questão de por que alguns processos físicos no cérebro são acompanhados por experiências fenomenológicas. Nenhuma explicação puramente fisicalista poderia, explicar isso, ele argumenta, já que existe uma dimensão subjetiva da mente que não pode ser capturada apenas pela neurociência.

Em seu famoso ensaio *What is it like to be a bat?*, Thomas Nagel defende que a consciência representa o problema central do fisicalismo. Ele argumenta que as qualidades subjetivas da experiência são, em princípio, inacessíveis a uma abordagem científica objetiva. Para Nagel, o problema é singular. Se os processos mentais são de fato processos físicos, então deve haver algo inerente a eles que caracteriza o que é estar sujeito a certos processos físicos. O significado dessa condição, no entanto, permanece um mistério (Nagel, 1980).

Esse caráter experiencial, ou seja, as propriedades fenomenológicas de nossas experiências, são acessíveis exclusivamente de forma subjetiva, por meio da introspecção, enquanto os processos cerebrais podem ser observados objetivamente por meio de técnicas científicas. Ainda que seja possível descrever para outra pessoa as qualidades de uma experiência vivida em determinada situação e essa pessoa possa compreendê-las com base em suas próprias vivências, as sensações permanecem individuais e intrinsecamente ligadas à perspectiva da primeira pessoa.

O caráter fenomenal dos estados de consciência, segundo Nagel (1980), consiste no fato de que há uma maneira específica de se sentir ao estar nesses estados. Quanto mais diferente um outro ser é do observador, mais difícil se torna adotar essa outra perspectiva. Nagel ilustra isso com o exemplo do morcego. Mesmo que se soubesse tudo sobre os morcegos, ainda assim seria impossível saber como é ser um morcego, uma vez que esse conhecimento está atrelado à perspectiva do sujeito que está vivenciando, ou seja, não adianta imaginar que se tem membranas nas pernas que permitem voar ao entardecer e ao amanhecer, enquanto se captura insetos com a boca; que se teria uma visão fraca e que se passaria o dia pendurado de cabeça para baixo em um sótão. Se, com base nessa descrição, alguém tenta imaginar como é ser um morcego, essa pessoa acaba se imaginando como um morcego, mas a questão de como é para o morcego ser um morcego permanece sem resposta, e não conseguimos desenvolver uma ideia disso devido aos recursos limitados da nossa consciência (Nagel, 1980).

Nagel chega à conclusão de que apenas fenômenos que podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva objetiva são explicáveis de forma reducionista. A dificuldade reside no fato de que todos os fatos físicos são reconhecíveis objetivamente e, assim, as qualidades experienciadas puramente subjetivas estão além do limite de conhecimento das ciências naturais. Por essa razão, estados mentais subjetivos não podem ser explicados por meio de regularidades fisicalistas.

Nagel levanta, nesse contexto, a questão de se há uma diferença entre as coisas como realmente são e a maneira como aparecem. A suposição fundamental, portanto, é que existe uma

diferença entre a aparência subjetiva e o ser objetivo. Para também poder descrever experiências subjetivas de uma maneira objetiva, Nagel propõe um novo método: uma fenomenologia objetiva (Nagel, 1980). Através do desenvolvimento de novos conceitos, deve-se tornar possível descrever a experiência subjetiva com termos objetivos cada vez mais precisos, tornando-a assim mais acessível à ciência. Como tal método não existe (e também é questionável se algum dia poderá existir), não há conexão conhecida entre a perspectiva subjetiva e a perspectiva objetiva.

Nagel (1980) argumenta que o caráter subjetivo da experiência não pode ser totalmente compreendido a partir de uma única perspectiva. Ele sugere que, embora tentativas de se aproximar de uma explicação mais objetiva possam parecer promissoras, na verdade, elas nos afastam da verdadeira natureza do fenômeno da consciência. Assim, Nagel conclui que o programa reducionista do fisicalismo enfrenta um limite de conhecimento ao tentar explicar a consciência, não conseguindo oferecer uma explicação satisfatória para esse fenômeno. Nagel não exclui o fisicalismo de forma fundamental. Ele argumenta que é mais correto afirmar que o fisicalismo é uma posição que não se consegue entender, pois atualmente não se tem uma concepção de como essa posição poderia ser verdadeira.

2.5 Considerações finais

O problema das outras mentes permanece como um dos mais espinhosos na interseção entre ontologia e epistemologia, pois nos obriga a confrontar os limites do nosso acesso ao mental alheio e, com isso, a instabilidade do próprio conceito de mente quando deslocado do âmbito da experiência primeira. Ao longo deste capítulo, viu-se que o debate sobre a existência de outras mentes não é apenas uma questão periférica, mas central para a constituição da filosofia da mente, e por consequência, para os fundamentos teóricos da psicologia.

A investigação acerca do que é a mente revelou, desde os diálogos platônicos e a metafísica aristotélica da alma, uma oscilação entre o entendimento da mente como substância e como função. No modelo cartesiano, a mente é elevada à condição de substância pensante, dissociada do corpo, o que acirra a cisão entre o eu e o outro e culmina em um solipsismo metódico, que, embora pretendesse garantir a certeza, isolou o sujeito num reduto do qual não pode sair senão por analogias frágeis e inferências incertas. As respostas empiristas, como as de Hume, mantêm o problema, apenas o deslocando para os domínios da indução e da regularidade observável — incapazes, todavia, de fundar um conhecimento seguro sobre a interioridade alheia.

As tentativas de dissolver esse dilema via linguagem, como em Ryle, que recusa o “fan-

tasma na máquina” e propõe que os termos mentais sejam compreendidos a partir do uso público na linguagem ordinária, representam uma inflexão pragmática. No entanto, essa abordagem, embora útil para evitar os dualismos clássicos, não dissolve a inquietação fenomenológica: ainda que saibamos como usar as palavras “dor” ou “medo” em contextos sociais, resta sempre a pergunta — qual é a natureza da experiência referida? Essa é precisamente a questão que os *qualias* reintroduzem com força: a existência de conteúdos qualitativos da experiência que não são redutíveis nem a estruturas neurológicas, nem a expressões linguísticas, nem a padrões comportamentais. A radicalidade dos *qualia* consiste em mostrar que há um excedente da experiência que escapa a qualquer forma de objetivação.

A posição de Searle, ao retomar a intencionalidade e situá-la no campo das ciências naturais, busca restaurar a legitimidade da subjetividade dentro de um modelo fisicalista. Ainda assim, a sua concepção de consciência como um fenômeno de primeira pessoa irreduzível sugere que o enigma das outras mentes não é eliminável, mas apenas reposicionado no interior de um naturalismo mais sofisticado. Isso se evidencia nas discussões contemporâneas sobre autismo, empatia e cognição social, onde a atribuição de estados mentais a outros se torna uma prática inevitável, mas epistemicamente frágil.

Nesse sentido, a psicologia – tanto em sua vertente experimental quanto clínica – habita esse impasse: pretende compreender processos mentais a partir de dados empíricos que, no entanto, nunca acessam diretamente o que há de mais essencial na experiência subjetiva. A psicologia comportamental, por exemplo, opta por operacionalizar o mental em termos de padrões de comportamento observáveis e contingências ambientais, o que representa uma estratégia epistemológica, mas não uma solução ontológica. Já a psicologia cognitiva tenta modelar a mente como sistema de processamento de informação, sem, contudo, escapar das lacunas deixadas pela ausência de acesso direto à consciência alheia.

O problema das outras mentes, portanto, não é apenas uma curiosidade filosófica abstrata, mas um desafio fundamental para qualquer disciplina que pretenda compreender o humano em sua integralidade. Ele revela não apenas os limites do saber, mas a tensão constitutiva entre o que é experienciado e o que é comunicável, entre o que se sente e o que se expressa, entre o mundo privado e o mundo compartilhado. Aceitar esse problema não é abdicar da busca pelo conhecimento, mas reconhecer a finitude da perspectiva humana e, talvez, a necessidade de uma ética da alteridade que leve a sério o fato de que o outro, enquanto sujeito consciente, é sempre mais do que qualquer inferência possa captar.

Diante das dificuldades envolvidas na justificação da existência de outras mentes a partir de abordagens introspectivas, dualistas ou fenomenológicas, torna-se necessário considerar alternativas que reposicionem a própria forma de abordar o problema. É nesse contexto que o behaviorismo se destaca, não apenas como uma teoria psicológica, mas como uma proposta filosófica que reformula os critérios de inteligibilidade sobre a mente. Ao rejeitar a dependência de estados internos inacessíveis e privilegiar a observação do comportamento como principal fonte de dados para a compreensão da experiência, o behaviorismo propõe uma maneira distinta de lidar com o problema de outras mentes. No próximo capítulo, será discutido como o behaviorismo, em suas diferentes vertentes e desdobramentos, oferece uma resposta ao problema de outras mentes ao redefinir os termos da questão: da inferência subjetiva para a descrição pública de comportamentos.

3 FUNDAMENTOS DO BEHAVIORISMO

Em 1938 Skinner publicou seu primeiro trabalho, *The Behavior of Organisms*, no qual expõe as ideias que nortearão sua carreira. Nessa época, a psicologia era não só uma ciência nova, com apenas sessenta anos, mas também uma ciência dividida, tanto no nível das teorias quanto no dos métodos.

Por um lado, existe a psicologia tradicional, cujas origens remontam à filosofia grega antiga e que continuou sendo desenvolvida na filosofia moderna. Como Platão, Aristóteles, Descartes (conforme visto no capítulo anterior) e por Kant, os psicólogos tradicionais tomavam como objeto de estudo a *mente*, aqui entendida como uma entidade imaterial que é a fonte de vontade e sede de conhecimento. Para alcançar o estatuto de ciência, contudo, a psicologia deveria tornar-se mais empírica e metódica. Por assim dizer, era preciso “carregar” a *mente* para um laboratório para poder estudá-la de uma forma mais objetiva. Foi assim que em Leipzig, em 1879, um filósofo alemão, Wilhelm Wundt, criou o primeiro “laboratório de psicologia”. Wundt e seus colegas realizaram pesquisa utilizando o chamado método “introspectivo”.

Etimologicamente, “introspecção” significa “olhar para dentro”. Aplicado ao estudo do ser humano, a introspecção consiste em observar as próprias atividades mentais, em dedicar atenção especial às sensações e emoções, e depois tentar descrever precisamente o que foi “visto” (Schultz; Schultz, 2005).

A outra escola de pensamento, a chamada "naturalista", propunha que a psicologia tomasse como objeto de estudo apenas os fenômenos mensuráveis (portanto quantificáveis) dos seres humanos, nomeadamente as reações dos sistemas muscular e nervoso. Seria apenas em procedendo deste modo, que a psicologia poderia atingir o estatuto de ciência, equiparando-se a ciências naturais matematizadas, como física ou química.

A escola de psicologia naturalista ganhou forma no “behaviorismo”, criado por John B. Watson na década de 1920. Watson observou que havia discrepâncias na teoria e nas explicações entre proponentes da introspecção, uma vez que nenhum deles chegava ao mesmo resultado, e não havia nenhum acordo sobre os elementos que compunham o que esses “introspeccionistas” chamavam de "conhecimento". Watson concluiu que a introspecção era um método ineficaz (Birnbaum, 1955).

Ineficaz porque muito subjetivo: cada sujeito observa seus próprios processos cognitivos

que, obviamente, permanecem desconhecidos dos outros. Como pode o sujeito ter certeza do que ele observa, se ele é o único a “ver” seus estados internos? E como poderemos chegar a um consenso se o material para saber quais são os estados internos só pode ser “visto” apenas pelo sujeito.? O único dado público e objetivo que dispomos consiste na resposta do indivíduo ao estímulo ambiental. Este estímulo, bem como a resposta do o indivíduo, pode ser conhecido por meio de observações e experimentos sistemáticos.

Estímulos ambientais e respostas corporais são diferentes dos estados mentais, no que se refere ao acesso que se tem a eles, pois esses últimos são acessíveis apenas ao próprio sujeito e não diretamente observáveis por outros pesquisadores. A proposta de Watson é que seria possível alcançar um consenso entre os psicólogos, pois todos analisariam os mesmos eventos observáveis.

A principal ideia do behaviorismo, especialmente em sua vertente radical, é que conceitos como mente, consciência ou pensamento não são entidades independentes da observação comportamental, mas podem ser compreendidos como formas de comportamento, inclusive privado. A realidade humana não é determinada por abstrações inobserváveis, mas por interações comportamentais que podem ser adquiridas por meio do ambiente ou, em alguns casos, apresentar bases inatas. No entanto, capacidades complexas, como a razão, não são consideradas instintivas ou inatas, mas sim o resultado de um repertório aprendido ao longo do desenvolvimento do indivíduo, dependendo de sua história de reforçamento e interação com o meio.

É, portanto, nesta linha de pensamento, o behaviorismo, que Skinner se encontra. Embora ele não seja um defensor da psicologia estímulo-resposta nos moldes mecanicistas, optou, à semelhança de seu antecessor Watson, por uma ciência do comportamento que se restringe metodologicamente à observação e análise das interações entre o organismo e o ambiente. Ao longo de sua trajetória intelectual, Skinner empenhou-se na consolidação da análise experimental do comportamento como disciplina científica autônoma, posicionando-se de forma crítica tanto em relação à psicologia tradicional — entendida aqui como aquela de raízes filosóficas, marcada por concepções mentalistas — quanto ao modelo introspectivo herdado da psicologia de Wundt e Titchener, cuja ênfase recaía sobre a descrição subjetiva da experiência consciente. Além disso, Skinner se contrapôs às formulações teóricas da psicologia cognitiva e às abordagens computacionais da mente que ganharam destaque a partir da segunda metade do século XX.

Assim como Watson, que considerava a introspecção ineficaz para compreender e conhecer a ação humana, Skinner defendia que os problemas de comportamento não podem ser bem

resolvidos se o foco estiver nas cognições, emoções e pensamentos, pois estes não são as causas do comportamento. Sua mensagem, repetida em todos os seus artigos e livros, era clara: para ser eficaz, ou seja, conseguir prever e controlar o comportamento, a psicologia deve abandonar explicações de natureza mentalista (Skinner, 1965).

Segundo Skinner (1965), conceitos psicológicos tradicionais, como atitude, crença, desejo, vontade, etc., não explicam absolutamente nada, além de não terem suporte concreto como, por exemplo, suporte neurológico. Na melhor das hipóteses, são apenas “ficções explicativas”. Então, a psicologia deve abandonar o conceito de “vida interior” e avançar em direção às causas reais do comportamento, que são estímulos provenientes do ambiente. Como diz Skinner, os pensamentos ainda podem existir como comportamentos internos e privados, mas não têm status causal, ou seja, não causam o comportamento externo e público.

3.1 Condicionamento

A ideia principal do behaviorismo, compartilhada por todos os seus adeptos, é que apenas os comportamentos observáveis de um organismo são cientificamente relevantes e que estes são gerados pelas interações com o meio ambiente. Essa premissa central pode ser encontrada nos escritos de Watson (2017), que argumentava que a psicologia deveria se restringir ao estudo do comportamento e excluir processos internos não observáveis. Skinner (1965) ampliou essa visão ao afirmar que o comportamento é moldado por suas consequências, enfatizando o papel das contingências ambientais.

O behaviorismo é, portanto, principalmente uma teoria da aprendizagem, mesmo que os próprios behavioristas empreguem pouco o termo “aprendizagem”, preferindo o conceito de “condicionamento” (Pierce; Cheney, 2017). Um psicólogo tradicional pode dizer que o organismo aprendeu a realizar uma atividade, enquanto o behaviorista afirmará que ele foi condicionado pelo ambiente.

Tal como as doutrinas filosóficas, como o racionalismo, o empirismo, ou o existencialismo — que variam de acordo com seus principais pensadores (por exemplo, o existencialismo de Sartre difere do de Kierkegaard) —, o behaviorismo também apresenta variações entre seus expoentes (Chiesa, 1994). A principal diferença entre as abordagens behavioristas reside no mecanismo de condicionamento adotado. Existem, essencialmente, dois tipos: o “condicionamento respondente”, denominado “clássico” por Pavlov (2010), que enfatiza a associação entre estímulos, e o “condicionamento operante”, proposto por Skinner (1965), que destaca a influência

das consequências sobre o comportamento.

3.1.1 Condicionamento clássico

O condicionamento que chamamos de “clássico” baseia-se nos conceitos de “estímulo” e “resposta”. De acordo com esta abordagem, o comportamento do indivíduo é uma resposta, uma reação a um estímulo enviado pelo ambiente. O que é um estímulo? É um evento que ocorre no ambiente circundante e provoca uma sensação (por exemplo uma picada de inseto, um choque elétrico, uma emissão sonora mais ou menos elevada) ou que ocorre dentro do próprio corpo (por exemplo, a contração involuntária do estômago, um espasmo, a secreção de enzima).

O comportamento é uma interação entre organismo e ambiente. Estímulos ambientais podem provocar respostas do organismo, como alterações fisiológicas mediadas pelo sistema nervoso central. Por exemplo, estímulos específicos podem eliciar respostas emocionais ou ativar o sistema nervoso autônomo, resultando em salivação, sudorese ou aumento da frequência cardíaca.

No behaviorismo, uma resposta é definida como qualquer comportamento do organismo que ocorre em função de um estímulo. O objetivo da análise do comportamento é identificar as relações funcionais entre estímulos e respostas, permitindo a previsão e o controle do comportamento.

Nem todas as relações entre estímulo e resposta são inatas. Algumas são adquiridas por meio do condicionamento. No condicionamento respondente, um estímulo originalmente neutro pode passar a eliciar uma resposta devido a sua associação com um estímulo biologicamente relevante. No experimento de Pavlov, por exemplo, o som de um sino tornou-se capaz de eliciar salivação após ser repetidamente emparelhado com a apresentação de comida. Esse processo demonstra que as relações entre estímulos e respostas podem ser estabelecidas pela história de interação do organismo com o ambiente.

Foi por acidente que Pavlov descobriu o princípio do condicionamento clássico. No início do século XX, o fisiologista russo conduziu pesquisas com cães, focando principalmente nas glândulas salivares. Durante esses experimentos, ele percebeu que os animais salivavam ao ver a comida, o que inicialmente parecia ser um fenômeno comum (Pavlov, 2010). Esse tipo de resposta refletia uma reação fisiológica natural dos animais diante de um estímulo biológico (Bower, 1970).

No entanto, o que Pavlov notou posteriormente, e que é menos óbvio, foi que os cães não

apenas salivavam na presença da comida, mas também reagiam de maneira similar a estímulos que não estavam diretamente relacionados à nutrição. Por exemplo, eles salivavam ao ver o atendente que os alimentava, ao sentir seu odor corporal ou ao ouvir o som de sua voz (Pavlov, 2010; Skinner, 1965). Essa descoberta foi fundamental para o desenvolvimento da teoria do condicionamento clássico, uma das bases da psicologia comportamental (Watson, 1913).

Isso ocorre porque o estímulo inicial (a presença da comida) se associa a outros estímulos, criando uma resposta condicionada, mesmo na ausência do alimento (Pavlov, 2010). Essa associação de estímulos foi explicada por Pavlov como uma forma de aprendizagem adaptativa, em que estímulos neutros passam a evocar respostas automaticamente.

Por exemplo, no experimento clássico de Pavlov, o som de uma campainha, inicialmente neutro, passou a desencadear salivação nos cães após repetidas associações com a comida. Da mesma forma, a presença do atendente, que originalmente não causava nenhuma resposta específica, tornou-se um estímulo condicionado, pois os cães aprenderam a associá-la à oferta de alimento (Pavlov, 2010).

Pavlov tenta o experimento de condicionar um cachorro a salivar ao som de uma campainha: ele faz a campainha tocar na medida certa antes de dar comida ao animal. Depois de várias tentativas, o cachorro começa a salivar ao ouvir o som do sino. Aqui, a comida é um “estímulo incondicionado” (SI), a salivação é uma “resposta incondicionada” (RI) e o sino é um “estímulo neutro” (SN). SI causa RI, e depois, tendo apresentado o SI e o SN simultaneamente, o SN passa a provocar a mesma resposta que o SI, isto é, RI. Seguindo esta associação, o SN torna-se um “estímulo condicionado” (SC) e a salivação que se segue é uma “resposta condicionada” (RC).

Watson realizou uma experiência com uma criança de dois anos chamada Albert, com o objetivo de estudar o comportamento emocional. Inicialmente, Albert foi apresentado a um rato branco, um estímulo neutro (SN), com o qual ele se divertiu e não demonstrou medo, como Watson descreve em seus estudos sobre condicionamento emocional (Watson, 1913). O comportamento inicial de Albert não indicava qualquer medo do rato branco, que para ele era apenas um objeto neutro. No entanto, Watson queria associar o rato a uma resposta emocional, então fez um barulho alto e repentino, utilizando duas barras de ferro (estímulo incondicionado - SI), que causaram um medo (resposta incondicionada - RI) em Albert, o que corrobora a ideia de que estímulos intensos podem provocar respostas automáticas, como Watson defendeu em sua obra.

Após várias repetições dessa associação entre o barulho (SI) e o rato branco (SN), Albert

começou a demonstrar medo (resposta condicionada - RC) ao rato branco, mesmo sem o barulho ser apresentado. Esse processo é similar ao que Pavlov (2010) descreveu em sua teoria de condicionamento clássico, na qual um estímulo neutro, ao ser repetidamente associado a um estímulo incondicionado, passa a evocar uma resposta condicionada. No caso de Albert, o rato branco (SN) tornou-se um estímulo condicionado (SC) capaz de provocar uma resposta de medo (RC).

Esse fenômeno de aprendizagem por associação, conhecido como "condicionamento respondente", é uma das formas mais clássicas de aprendizagem comportamental, como Skinner (1957) explicou em *The Behavior of Organisms*. Para Skinner, esse tipo de condicionamento ocorre sem a necessidade de um controle consciente do organismo, visto que o comportamento respondente é uma reação automática a estímulos específicos. Assim, o comportamento de Albert ao se aproximar do rato branco pode ser explicado como uma resposta condicionada.

A generalização do medo de Albert, que se espalhou para outros estímulos semelhantes ao rato branco, como coelhos e até uma barba branca, também é um exemplo de um processo descrito por Watson e Rayner (1920). Eles observaram que, ao ser condicionado, o sujeito pode não apenas responder ao estímulo original, mas também a estímulos similares, o que é conhecido como generalização de resposta. Esse fenômeno é central no entendimento do condicionamento respondente e demonstra como respostas emocionais podem ser transferidas a estímulos relacionados.

Por fim, a análise de Skinner (1938) sobre o comportamento respondente ajuda a contextualizar o conceito de que o comportamento, nesse tipo de aprendizagem, é uma resposta a estímulos, em vez de uma ação deliberada ou planejada do organismo. Esse modelo de comportamento automatizado foi fundamental para o desenvolvimento da análise do comportamento, que, conforme Skinner (1965), oferece uma explicação detalhada dos processos que governam a aprendizagem.

3.1.2 Condicionamento operante

Skinner descreve outra forma de condicionamento. Enquanto aceitando as teses de Pavlov sobre o condicionamento respondente, ele desenvolveu um novo tipo de condicionamento, aquele descrito como "operante". Embora, para Pavlov, o comportamento de um organismo seja causado por um evento de estímulo que o precede, Skinner descobriu que este mesmo comportamento também pode ser realizado por um evento de estímulo que o sucede.

Esse processo ocorre por meio de dois princípios fundamentais: a lei do reforço, que determina que comportamentos seguidos por consequências reforçadoras tendem a se repetir, e a lei da extinção, que estabelece que comportamentos que deixam de ser reforçados tendem a desaparecer ao longo do tempo.

Quanto à ligação que existe entre um comportamento operante e sua consequência, Skinner chama-a de “contingência de reforço”. Na verdade, a psicologia skinneriana é quase inteiramente baseado na noção de contingência de reforço. O que significa “contingência”?

Para Skinner, a contingência refere-se à relação dependente entre dois eventos: a ocorrência de um comportamento e sua consequência. Em outras palavras, a contingência descreve como o comportamento de um organismo está condicionado pela relação com as consequências que se seguem. O reforço, por sua vez, é um tipo de estímulo que é adicionado ou removido após a emissão de um comportamento, com o objetivo de aumentar a probabilidade de ocorrência futura desse comportamento. Importante, o reforço não precisa ter uma relação funcional direta com o comportamento, mas é capaz de aumentar sua frequência. Quando um comportamento não está sob o controle de um estímulo prévio evidente (como no caso dos reflexos), ele é chamado de comportamento operante, pois depende da contingência entre a ação do organismo e as consequências que se seguem:

O procedimento experimental no condicionamento operante é simples. Arranjamos uma contingência de reforço e expomos um organismo a ela por um determinado período. Em seguida, explicamos a emissão frequente da resposta apontando para essa história. Mas que melhoria foi feita na previsão e controle do comportamento no futuro? Quais variáveis nos permitem prever se o organismo irá ou não responder? Quais variáveis devemos agora controlar para induzi-lo a responder? Temos experimentado com uma pomba com fome. Isso significa uma pomba que foi privada de comida por um certo período de tempo ou até que seu peso corporal usual tenha sido ligeiramente reduzido. Contrariamente ao que se poderia esperar, estudos experimentais mostraram que a magnitude do efeito reforçador da comida pode não depender do grau de tal privação (Skinner, 1965, p. 68).

Embora o condicionamento responsivo de Pavlov controle os comportamentos involuntários, como os reflexos, o condicionamento operante de Skinner é responsável pelo controle dos comportamentos voluntários, ou seja, aqueles que são mais “livres” e dependem das consequências. Para desenvolver sua teoria, Skinner se baseou na “Lei do Efeito” de Thorndike (1898), que afirma que, em situações de resolução de problemas, um indivíduo (ou animal) irá tentar diferentes respostas até encontrar a solução. Com isso, ele tende a repetir os comportamentos que foram seguidos por um efeito agradável ou que levaram à solução do problema, enquanto abandona os comportamentos que não resultaram em consequências positivas (ou seja, os “erros”).

A experiência de Thorndike consistia em colocar um gato faminto dentro de uma gaiola cuja porta podia ser aberta puxando-se uma corda que segurava o trinco. Do lado de fora da gaiola, era colocada comida, e o gato precisava primeiro abrir a porta para alcançá-la. Inicialmente, o gato tentava sair de qualquer maneira, realizando várias tentativas até conseguir e poder comer. No entanto, na continuação da experiência, Thorndike imediatamente colocava o gato de volta na gaiola, antes que ele pudesse satisfazer completamente seu apetite. Dessa vez, o número de tentativas era menor. O gato encontrava a solução mais rapidamente.

Thorndike repetia o procedimento várias vezes, recolocando o gato na gaiola até que ele executasse a ação correta logo na primeira tentativa. A cada ensaio, o número de tentativas diminuía. Por quê? Porque uma consequência agradável seguia a resposta do organismo, de modo que apenas a “resposta correta” era retida. A teoria do condicionamento operante pode ser mais complexa do que isso, mas a ideia fundamental da “lei do efeito” está presente: são as consequências de um comportamento que determinam se ele se repetirá em circunstâncias semelhantes. Em outras palavras, o comportamento de um organismo é determinado por suas consequências.

Thorndike tinha seus gatos, Pavlov tinha seus cães e Skinner terá seus ratos. Naquilo que é conhecido como a “Caixa de Skinner” (“*Skinner’s Box*”), um rato é colocado dentro. Essa “caixa” possui um dispositivo de distribuição de comida que funciona da seguinte maneira: o rato deve pressionar uma alavanca para ativar o distribuidor. Ao pressionar a alavanca, o rato recebe comida. O comportamento de “pressionar a alavanca” é, portanto, reforçado pela comida, o que aumenta sua probabilidade de ocorrência quando o rato está com fome. Esse comportamento, com o tempo, se tornará uma característica do animal, fazendo parte de sua natureza, assim como tocar piano faz parte da personalidade de um pianista.

Ainda que os métodos variem – Thorndike com seus gatos, Pavlov com seus cães e Skinner com seus ratos –, todos esses experimentos apontam para o princípio fundamental de que as consequências dos comportamentos são determinantes para sua recorrência (Skinner, 1938).

Segundo Skinner, o comportamento é função das consequências que produz no ambiente, e diferentes tipos de consequências exercem diferentes efeitos sobre sua probabilidade de ocorrência. No senso comum, costuma-se afirmar que um comportamento deve ser recompensado ou punido: a recompensa teria a função de aumentar a probabilidade de repetição do comportamento, enquanto a punição visaria reduzi-la. Skinner retoma esse raciocínio, mas o reformula de maneira mais precisa e sistemática, fundamentando sua análise em uma descrição funcional

das contingências. Nesse contexto, ele propõe quatro operações fundamentais de controle do comportamento: reforço positivo (R+), reforço negativo (R-), punição positiva (P+) e punição negativa (P-).

O “reforço positivo (R+)” ocorre quando um estímulo é apresentado após a emissão de um comportamento, aumentando a probabilidade de sua ocorrência futura. Para Skinner, o termo “reforço” refere-se a qualquer consequência que fortalece uma resposta, enquanto “positivo” indica a adição de um estímulo ao ambiente. Um exemplo clássico é o rato na “Caixa de Skinner”, cujo comportamento de pressionar a alavanca é reforçado pela apresentação de comida.

O segundo tipo, o “reforço negativo (R-)”, é frequentemente confundido com punição. No entanto, também se trata de um processo de fortalecimento do comportamento. Nesse caso, “negativo” indica a retirada de um estímulo aversivo após a resposta. Por exemplo, em uma situação experimental, o solo da “Caixa de Skinner” pode ser eletrificado, mas o rato é capaz de interromper a corrente ao pressionar uma alavanca. Assim, o comportamento de pressionar a alavanca é reforçado pela remoção da estimulação aversiva, aumentando sua probabilidade de ocorrência. Em humanos, comportamentos de esquiva ou evitação seguem a mesma lógica funcional. É importante distinguir esse processo da “punição positiva (P+)”: enquanto, no reforço negativo, a resposta produz a retirada de um estímulo aversivo, fortalecendo o comportamento, na punição positiva ocorre a apresentação de um estímulo aversivo após a resposta, com efeito de reduzir sua ocorrência.

A “punição positiva (P+)” consiste na apresentação de um estímulo aversivo após um comportamento, resultando na diminuição de sua probabilidade futura. Um exemplo seria a aplicação de uma consequência aversiva após um comportamento considerado inadequado.

Por fim, a “punição negativa (P-)” também tem como função reduzir a probabilidade de ocorrência de uma resposta, mas por meio da retirada de um estímulo apetitivo. Um exemplo seria o caso de um indivíduo que busca atenção ao falar em voz alta, mas não a obtém; a ausência de atenção pode levar à diminuição desse comportamento em situações futuras. Outro exemplo é a retirada de privilégios como consequência de um comportamento indesejado.

Além disso, segundo Skinner, é preferível condicionar os comportamentos desejados por meio do reforço positivo (a recompensa) em vez do reforço negativo (o castigo) ou da punição positiva para eliminar um comportamento indesejado. No livro *Beyond Freedom and Dignity*, Skinner *et al.* (1971) discute a ineficácia da punição.

A punição é ineficaz por duas razões. Primeiramente, ela pode gerar uma das três consequências negativas, tanto para o “controlador” quanto para o “controlado”. A primeira consequência é a revolta e o ataque do “controlado” contra o “controlador” (como a revolta do proletariado contra a classe dominante). A segunda é a fuga do “controlado” (como uma criança que foge de casa, deixando seus pais e familiares preocupados). Por fim, a terceira possibilidade é que o “controlado” pela punição se torne ansioso ou apático (como uma pessoa excessivamente repreendida e pouco encorajada, que desenvolve estresse ou simplesmente mergulha no desânimo).

Em segundo lugar, como menciona Skinner *et al.* (1971), a punição não consegue eliminar completamente um comportamento indesejado: o organismo que é punido por um comportamento delinquente pode se abster de repeti-lo na presença do agente punitivo, mas poderá retomá-lo assim que este estiver ausente. Se os métodos de reforço negativo e punição são tão amplamente utilizados, é porque eles são eficazes no curto prazo e constituem meios de controle fáceis de aplicar.

Para Skinner, a melhor maneira de controlar os comportamentos é reforçar positivamente aqueles considerados desejáveis, em vez de punir os que são julgados ruins, por duas razões. Primeiro, o reforço positivo não gera reações negativas. Em segundo lugar, enquanto a punição causa ansiedade no organismo punido e restringe sua sensação de liberdade, o reforço positivo dá ao indivíduo a impressão de estar livre.

Por quê? Porque a punição está frequentemente associada a condições de coerção, nas quais o comportamento é mantido pela apresentação ou ameaça de estímulos aversivos. Nessas condições, o indivíduo tende a comportar-se sob controle de contingências que restringem suas alternativas. Já o reforço positivo não envolve a imposição de estímulos aversivos, mas a apresentação de consequências que aumentam a probabilidade de respostas por seus efeitos reforçadores.

Vejamos um exemplo: para arrecadar recursos, um governo pode contar com pelo menos três fontes de financiamento — impostos sobre produtos e serviços, impostos sobre a renda e os lucros provenientes de loterias e cassinos. As duas primeiras fontes estão frequentemente sujeitas à evasão, pois podem ser percebidas como restrições à liberdade. Muitos cidadãos tentam evitá-las comprando produtos sem imposto no mercado informal ou fraudando o pagamento de tributos.

Em contraste, as loterias, que também podem resultar em perdas financeiras para os

participantes, tendem a atrair cada vez mais adeptos. Isso se explica pelo fato de que, além da possibilidade de obter um reforço significativo — o “grande prêmio” —, o indivíduo não é submetido a uma contingência coercitiva direta, o que contribui para a manutenção do comportamento.

Observando o sucesso das loterias e dos cassinos, Skinner (1977) desenvolveu a proposta de um sistema que substituiria impostos e taxas por mecanismos baseados em reforçamento positivo. Em seu artigo “*Freedom, at Last, From The Burden of Taxation*”, Skinner argumenta que, para implementar tal sistema, seria necessário estabelecer, desde a infância, contingências que favorecessem a participação em loterias, de modo que esse comportamento fosse mantido ao longo da vida adulta.

A sociedade perfeita descrita no romance utópico *Walden Two* é construída a partir do princípio de reforçar positivamente apenas os comportamentos desejáveis. Nesta comunidade “ideal”, nenhuma punição é aplicada a ninguém. São os quatro tipos de consequências já mencionados que selecionam os comportamentos do repertório de um organismo. No entanto, a força de um comportamento (sua probabilidade de ocorrência e sua resistência à extinção) pode ser determinada por outro fator: a frequência da distribuição dos reforços. A frequência dos reforços significa não apenas o número de vezes que um reforço é administrado, mas também em que ocasiões. Em outras palavras, o fato de dar o reforço em um momento em vez de outro pode influenciar a força do comportamento. Essa organização da distribuição de reforços é chamada de “programa de reforço”.

No seu trabalho escrito em colaboração, intitulado justamente “*Schedules of Reinforcement*”, Ferster e Skinner (1957) descrevem quatro programas de reforço.

No primeiro, o “programa de proporção fixa”, o reforço ocorre quando o organismo emite um número determinado de respostas. Na situação experimental do rato na “Caixa de Skinner”, a comida é fornecida apenas após o rato ter pressionado uma, duas, dez ou vinte vezes a alavanca, dependendo do reforço anterior. O rato pressiona um número X de vezes a alavanca e obtém sua comida. Em seguida, ele deve pressionar novamente o mesmo número de vezes para obter mais comida (X respostas – reforço; X respostas – reforço).

O segundo programa, chamado “programa de proporção variável”, estipula que os reforços sejam programados de acordo com um número variável de respostas. Na situação experimental, o rato obtém a comida após pressionar a alavanca um número X de vezes, mas, em seguida, deve pressionar a alavanca um número X-2 de vezes, depois um número X+10, depois

um número $X+1$, e assim por diante.

O terceiro, o “programa de intervalo fixo”, caracteriza-se pelo fato de que a primeira resposta emitida após um intervalo de tempo determinado, contado a partir do reforço anterior, é reforçada. Nesse caso, o rato deve aguardar um período específico antes que sua resposta volte a produzir alimento.

Por fim, o “programa de intervalo variável” estabelece que o intervalo de tempo entre os reforços varie de forma imprevisível. Assim, o organismo não pode antecipar com precisão quando sua resposta será reforçada.

Esses quatro programas são classificados por Skinner como esquemas de reforço “intermitente”, uma vez que o reforço não ocorre após todas as respostas. Em contraste, no esquema de reforço “contínuo”, cada resposta é seguida de reforço. Nesse caso, o rato recebe alimento toda vez que pressiona a alavanca. A principal vantagem desse esquema é a rápida aquisição do comportamento, devido à frequência com que a relação entre comportamento e consequência é estabelecida. No entanto, sua principal limitação é a baixa resistência à extinção: quando o reforço deixa de ocorrer, o comportamento tende a diminuir rapidamente. Já nos esquemas intermitentes, embora a aquisição seja mais lenta, os comportamentos tendem a ser mais resistentes à extinção.

Ao descrever sua teoria do “condicionamento operante”, Skinner estabelece uma analogia com a teoria da seleção natural de Darwin (2004). Nessa perspectiva, não é necessário recorrer a causas internas para explicar o comportamento; ao contrário, deve-se analisar as contingências ambientais que o selecionam. O ambiente não atua apenas como um antecedente que evoca respostas, mas como um sistema de seleção por consequências. Assim, diferentes comportamentos podem ser emitidos por um organismo, mas apenas aqueles que produzem consequências favoráveis tendem a ser mantidos ao longo do tempo.

Os comportamentos cuja consequência é reforçante (positivamente ou negativamente) são integrados ao repertório comportamental. Quanto àqueles que não têm essa consequência reforçante, ou que resultam em consequências aversivas (punição positiva ou punição negativa), eles não são integrados a esse repertório. Os comportamentos que “sobrevivem” são aqueles cujas consequências foram favoráveis. Uma consequência favorável pode assumir várias formas: a felicidade relacionada à sobrevivência do indivíduo, a eliminação de uma situação aversiva, a obtenção de um objeto desejado, etc. É assim que Skinner (1990) vê uma analogia entre a teoria da evolução das espécies de Darwin e sua própria teoria do condicionamento operante.

A primeira explica como uma espécie viva passa a possuir certos traços biológicos e genéticos, e a segunda explica como um membro da espécie pode ter à sua disposição um certo repertório de comportamentos. Essa analogia surge do fato de que ambas as teorias explicam a aquisição de características específicas pela influência do ambiente. Essa influência ocorre por meio da seleção pelas consequências. O ambiente não impulsiona os comportamentos, nem extrai os traços de um indivíduo ou de uma espécie; ele os seleciona.

3.2 O behaviorismo em Debate: Críticas e Contra-Argumentos

O behaviorismo de John B. Watson é chamado de “metodológico”, no sentido de que a preocupação desse psicólogo é, acima de tudo, desenvolver um método de investigação em psicologia, renunciando assim ao procedimento tradicional que é a introspecção. O método de Watson consiste em observar apenas os comportamentos públicos do sujeito, deixando de lado os fenômenos ditos “mentais” ou comportamentos privados. Embora Watson tenha afirmado de forma contundente que esses fenômenos e seu estudo não têm relevância para a psicologia que se pretende científica, ele foi muito mais discreto sobre a questão de saber se esses fenômenos existem ou não. Declarado adversário da introspecção e do estudo da vida interior, Watson, no entanto, tomava grande cuidado em evitar essa questão, adotando uma atitude “agnóstica”.

Mas, para Skinner, o behaviorismo metodológico de Watson é incompleto. Se a teoria do condicionamento operante de Skinner é uma teoria psicológica, seu behaviorismo radical é uma filosofia, uma filosofia da ciência, ou até mesmo uma filosofia da mente. Retomando os princípios metodológicos de Watson, Skinner foi muito mais longe, superando esse agnosticismo watsoniano. Segundo Skinner, a psicologia deve se concentrar nos comportamentos públicos. Além disso, ele considera que a vida mental, entendida como o conjunto das atividades cognitivas (pensamentos, representações mentais, atitudes e crenças interiores), não existe. No máximo, há fenômenos privados que ocorrem “sob a pele”, mas estes são, assim como os fenômenos públicos, fisiológicos (materiais) causados por estímulos externos. A diferença entre fenômenos privados (interiores e tradicionalmente considerados mentais ou cognitivos) e fenômenos públicos não é ontológica. Os primeiros são conhecidos apenas pelo indivíduo que os vive, enquanto os segundos são acessíveis a um observador externo.

Enquanto Watson, à semelhança do positivismo lógico, simplesmente evitou discutir a vida mental e privada em favor das variáveis ambientais, Skinner, por sua vez, tornou-se antimentalista, ou seja, ele se opõe ao mentalismo, negando que o ser humano possa ter dentro

de si crenças, ideias ou intuições que sejam as causas de suas ações. É por esse motivo que o behaviorismo skinneriano foi qualificado de radical, no sentido de que todos os fenômenos humanos, privados ou públicos, são de natureza material e funcionam segundo o mecanismo de contingências a três termos (estímulo discriminativo → comportamento operante → consequências). Mesmo o que chamamos de pensamentos” está sujeito ao condicionamento operante. Skinner faz essa distinção entre behaviorismo metodológico e behaviorismo radical em uma de suas obras fundamentais, *About Behaviorism* (Skinner, 2011).

Enquanto o cognitivismo (ou mentalismo) considera apenas a mente, negligenciando o ambiente, o behaviorismo metodológico de Watson faz o oposto, atribuindo grande importância aos comportamentos públicos, sem incluir quaisquer estados interiores em seu estudo (Skinner, 2011). Segundo Skinner, o behaviorismo radical constitui um meio-termo entre esses dois extremos: o objeto de estudo pode ser tanto o conjunto dos comportamentos públicos (aquilo que uma terceira pessoa pode observar em um sujeito) quanto o conjunto dos comportamentos privados (aquilo que apenas o próprio sujeito pode sentir e descrever). Esses dois tipos de comportamento são causados pelas contingências de reforço.

Mais tarde, em um artigo, Skinner retoma essa distinção: “os behavioristas metodológicos, assim como os positivistas lógicos, sustentam que a ciência deve se restringir a eventos que são observáveis por duas ou mais pessoas: a verdade se estabelece por um consenso unânime”. Esses behavioristas acreditam que existe um “[...] mundo privado contendo sentimentos e estados de espírito, mas que esse mundo é inacessível a uma terceira pessoa que observa e, portanto, inacessível à ciência”. O behaviorismo radical não segue esse caminho, concebendo as emoções e os sentimentos como respostas sensoriais, tal como a audição e a visão (Skinner, 1989, p. 147).

Skinner (1989) até afirma que como as pessoas se sentem é tão importante quanto o que elas fazem. Essa citação parece uma defesa em resposta às críticas que o acusam de negar a existência de pensamentos e emoções. Ele não apenas os aceita em sua doutrina, mas também lhes confere certa atenção científica. No entanto, o status atribuído a esses fenômenos internos é diferente daquele dado nas teorias cognitivistas e mentalistas.

Desde os anos 1960, a maioria dos campos relacionados à psicologia formula teorias que envolvem processos mentais que precedem o comportamento observável. Esse é o surgimento do cognitivismo, que afirma que o comportamento de um indivíduo depende de como ele representa a realidade. Por exemplo, na psicologia social, pesquisas abordam o "esquema de si", que se refere à maneira como um indivíduo se percebe, e essa percepção impacta as relações interpessoais. Na

terapia, o profissional tenta descobrir quais pensamentos do paciente são infundados e ansiosos, considerando que os atos e comportamentos desse paciente são justamente governados por esses pensamentos. Esses exemplos são suficientes para mostrar que a psicologia voltou a ser a ciência do mundo interior.

O behaviorismo radical, como filosofia da ciência e da mente, busca fazer da psicologia uma verdadeira ciência do comportamento, primeiro eliminando toda noção que faça referência a entidades imateriais dentro do ser, a fim de descrever o que acontece "sob a pele"; em seguida, considerando os fenômenos mentais como fenômenos materiais. Critica-se Skinner por ter transformado o ser humano em um animal que apenas age como uma marionete manipulada pelo ambiente, incapaz de refletir, ou então desacredita-se sua teoria do condicionamento operante sob a alegação de que ela não pode explicar os fenômenos mentais.

Vimos que, ao contrário do behaviorismo metodológico, o behaviorismo radical de Skinner não nega que o ser humano possa refletir e ter sentimentos. Em contrapartida, ele nega a natureza "metafísica" e o status ontológico tradicionalmente atribuídos aos conceitos de "pensamento" e "sentimento", entidades puramente atemporais que formariam o "espírito" em relação ao "corpo" em uma concepção dualista do ser humano. O mesmo se aplica à reflexão. Skinner nega que ela possa ser exclusiva do espírito. A reflexão seria, na verdade, uma atividade como "comer" e "beber", ou seja, um comportamento controlado pelas contingências de reforço. Segundo Skinner, não podemos nos enganar ao sentir algo dentro de nosso corpo, pois há de fato algo a sentir. No entanto, nos enganamos sobre o que vemos. Acreditamos ver as causas de nossos comportamentos, enquanto, na realidade, apenas sentimos estados fisiológicos, ou seja, atividades dentro do corpo (Skinner, 2011).

A crítica que Skinner faz ao mentalismo é a de manter o dualismo corpo-mente ao considerar que os fenômenos internos e privados, como pensamentos e opiniões, pertencem a um mundo diferente do corpo, um mundo espiritual em vez de material. Assim como o comportamento público, o comportamento privado tem uma base material e também faz parte desse corpo. Quando um sujeito observa o que se passa dentro de si mesmo por meio da introspecção, o que ele vê não são pensamentos nem opiniões, mas estados de seu corpo (Skinner, 2011). Além disso, esses estados corporais não são causas do comportamento público. Pelo contrário, são produtos colaterais desses comportamentos, sendo também causados pelas contingências de reforço. Em última análise, o que pensamos ser estados de nossa mente é, de fato, um conjunto de estados fisiológicos causados por estímulos provenientes do ambiente.

Outro ponto defendido pelos adeptos do mentalismo e pelos cognitivistas, e ao qual Skinner se opõe, é o fato de que os fenômenos internos e privados causam os comportamentos públicos, sendo esses fenômenos parte de um eu ("*originating self*"). Para o behaviorismo radical, as atividades que ocorrem dentro do corpo são comportamentos privados, é verdade, mas ainda assim são comportamentos. Assim como os comportamentos públicos, os comportamentos privados são produzidos pelas contingências de reforço, portanto, não podem ser a base da manifestação visível das atitudes.

Por que a psicologia “popular” manteve por tanto tempo a ideia de que haveria causas internas para os comportamentos? Segundo Skinner (1990), o que vemos pela introspecção e que tomamos como causas do comportamento são, na verdade, as primeiras etapas do próprio comportamento, etapas que ocorrem antes que ele comece a se manifestar sob a influência do ambiente. Skinner acrescenta que aquilo que os especialistas em introspecção observaram apareceu acidentalmente no tempo e no lugar exatos, sendo, por isso, confundido com a causa dos comportamentos. Daí decorre a suposição de um “eu-origem do comportamento” (Skinner, 1990).

3.2.1 Chomsky e a pobreza do estímulo

O livro *Verbal Behavior* Skinner (1957) é, na verdade, o reflexo de uma série de palestras que Skinner deu sobre comportamento verbal, incluindo para ele, na verdade, todos os comportamentos comunicativos possíveis, como, por exemplo, gestos com as mãos ou piscadelas. A obra é uma reflexão teórica na qual ele tenta entender o comportamento verbal dentro da estrutura de sua variante radical do behaviorismo. Nessa perspectiva, a noção de análise funcional desempenha um papel importante. A análise funcional, para Skinner, consiste em fornecer uma descrição precisa do comportamento e, a partir disso, buscar as variáveis que o controlam. Assim como qualquer comportamento, o comportamento verbal também surge, para Skinner, de uma interação entre o indivíduo que exhibe o comportamento e o ambiente.

No processo de aquisição da linguagem, também ocorrem diversas consequências do comportamento que podem fortalecer ou enfraquecer esse comportamento. Skinner tenta explicar o comportamento verbal levando em consideração as circunstâncias atuais, as condições de condicionamento e até a constituição genética do falante, como variáveis em uma análise funcional. Todos esses fatores podem ser descritos empiricamente, sem a necessidade de recorrer a processos cognitivos. Vemos aqui que o projeto é fiel ao núcleo fundamental do behaviorismo

radical.

Skinner (1957) destaca no início do livro o caráter especial do comportamento verbal. Esse caráter especial se refere à maneira como ele se conecta com o ambiente e com as consequências que dele resultam. Uma ação não verbal, como caminhar ou empurrar, está em contato direto com as consequências. Caminhar leva a uma mudança de lugar. Empurrar resulta em uma mudança em um objeto, como, por exemplo, na distância em relação àquele que está empurrando. No entanto, o comportamento verbal frequentemente não leva a uma mudança direta. Dizer que as janelas precisam ser limpas não resulta imediatamente em janelas limpas. Esse tipo de comportamento verbal só leva a consequências por meio da mediação de outros. A definição provisória de comportamento verbal é, portanto (Skinner, 1957, p. 2): "comportamento verbal é comportamento que é reforçado através da mediação de outro organismo", ao qual ele acrescenta mais tarde (Skinner, 1957, p. 225) que a resposta desse outro deve ser, por sua vez, condicionada para que, assim, o comportamento verbal do primeiro falante seja reforçado. O condicionamento do comportamento verbal por meio de consequências, portanto, requer a presença de outros, o que o torna uma forma de comportamento social.

Em 1959, Chomsky publica sua famosa resenha de *Verbal Behavior*, de Skinner. As críticas que ele faz nela (às vezes expressas de forma bastante agressiva) foram vistas por muitos como tão insuperáveis e fundamentais que todo o projeto behaviorista passou a ser questionado. Além disso, a resenha é considerada o ponto de partida da revolução cognitiva, um período em que, na explicação do comportamento, não apenas os fatores ambientais passaram a ser considerados importantes, mas também regras internas e mecanismos de processamento de informação.

Embora, desde então, tenha sido argumentado de forma convincente que a resenha não faz jus ao conteúdo de *Verbal Behavior* (MacCorquodale, 1970), o status dessa resenha como um ícone na história da psicologia permanece. É um dos raros casos em que uma resenha se tornou tão conhecida quanto — ou até rivaliza em notoriedade com — o próprio livro sobre o qual ela trata.

A resenha de Chomsky é bastante extensa. Uma parte substancial é dedicada a problematizar o aparato conceitual técnico de Skinner; o restante é uma crítica à aplicação concreta desse aparato na aquisição da linguagem humana. No que diz respeito a essa última parte, a linha geral é que os recursos do behaviorismo são, em princípio, insuficientes para explicar a aquisição da linguagem. Primeiro, vamos nos deter em alguns dos comentários de Chomsky sobre o aparato

conceitual.

Uma crítica importante de Chomsky é que muitos dos conceitos técnicos de Skinner têm origem em experimentos com animais e são extrapolados para os seres humanos sem qualquer ressalva. Segundo Chomsky, em seu significado original, esses conceitos se aplicam apenas a um repertório comportamental muito limitado e, quando aplicados a humanos, não representam uma melhoria significativa em relação aos termos mentais tradicionais. A extrapolação desses conceitos do laboratório para o comportamento humano é problemática, pois torna incerto como as unidades de comportamento devem ser definidas e medidas.

Tome-se como exemplo a unidade chamada “resposta”. Em um experimento skinneriano com animais, essa unidade comportamental pode ser definida de maneira simples, com base na estrutura do experimento. Uma resposta, por exemplo, pode ser simplesmente um apertar de botão. No entanto, quando aplicada ao comportamento verbal humano, a noção de “resposta” torna-se nebulosa. Se alguém recebe uma pergunta, essa pessoa pode responder de muitas maneiras diferentes (nem sempre verbalmente — uma sobrancelha levantada também pode ser uma resposta), de modo que a categoria “resposta” acaba se tornando praticamente inútil.

Outro exemplo é a ideia de que o comportamento verbal pode ser fortalecido ou enfraquecido — a chamada força da resposta (*response strength*), com a qual Skinner se refere à probabilidade de que um determinado comportamento ocorra em certas circunstâncias. Em um experimento com animais, podemos definir isso em termos de frequência: o número de vezes que um botão é pressionado em determinadas condições. No entanto, no caso do comportamento verbal, esse conceito é muito mais vago. Isso levanta a questão de como medir a intensidade de uma resposta. Skinner propõe algumas possíveis fontes de evidência para isso, como o nível de energia (intensidade ou ênfase), a altura do tom, a velocidade da fala etc. Todos esses fatores poderiam determinar a força da resposta.

Se alguém vê uma pintura e exclama “Lindo!”, a velocidade e a intensidade do tom não passarão despercebidas ao dono da obra. Mas, diz Chomsky, dizer “lindo” imediatamente e com ênfase é apenas uma das formas de transmitir a mensagem — e não necessariamente a mais eficaz. Talvez cause muito mais impacto ficar alguns segundos em silêncio e depois murmurar “lindo” em um tom suave. Altura do tom, velocidade e outros fatores podem variar independentemente uns dos outros, e por isso não são indicadores claros e consistentes da força da resposta. Então, ainda podemos dar algum sentido à noção skinneriana de probabilidade de ocorrência de um comportamento? Chomsky conclui:

Não é injusto [...] concluir que sua extrapolação da noção de probabilidade pode ser interpretada, na prática, como nada mais do que uma decisão de usar a palavra 'probabilidade', com suas conotações favoráveis de objetividade, como um termo guarda-chuva para reformular palavras de 'baixo status' como interesse, intenção, crença e semelhantes (Chomsky, 1959, p. 35).

A ideia central da crítica de Chomsky é que, por vezes, não há informação suficiente (entendida como uma história de consequências positivas e negativas do comportamento em determinadas circunstâncias) para explicar o comportamento. Com frequência, sabemos como reagir a certas situações, mesmo sem termos passado por experiências prévias de reforço ou punição. Um conceito como o de controle aversivo, por exemplo, é utilizado para explicar como emitimos respostas adequadas diante de ameaças: um falante reage de determinada maneira a uma ameaça porque possui um histórico de reforço apropriado. Isso significa que, no passado, o indivíduo percebeu que certas respostas resultaram em danos, enquanto outras levaram ao término da ameaça. O controle aversivo aumenta a probabilidade de que, sob circunstâncias ameaçadoras semelhantes, o indivíduo emita o comportamento que, anteriormente, pôs fim à ameaça. Chomsky, em sua crítica mordaz, conclui: “Parece, a partir dessa descrição, que um falante não responderá adequadamente a [...] “Sua grana ou sua vida”, a menos que tenha um histórico prévio de ter sido morto” (Chomsky, 1959, p. 46).

Chomsky trata assim de muitos outros conceitos de Skinner, mas, como já foi dito, a principal mensagem é que os estímulos frequentemente são muito pobres para explicar a enorme variação de nossas respostas a novas situações: o argumento da pobreza do estímulo. Esse argumento é melhor ilustrado por meio do fenômeno da aquisição da linguagem em crianças. As crianças desenvolvem, em um tempo limitado, a capacidade de produzir e compreender uma quantidade quase infinita de frases corretas, enquanto os estímulos que receberam até então são relativamente pobres.

Como podem as crianças dar uma resposta coerente a uma pergunta que nunca ouviram antes? Como é possível que elas construam frases gramaticalmente incorretas como 'eu andava para casa', se nunca ouviram essa conjugação errada de seus pais? Além disso, pesquisas mostram que a aquisição da linguagem ocorre em etapas identificáveis. Por exemplo, as construções passivas são aprendidas mais tarde do que as construções ativas, enquanto a entrada linguística não exibe uma fase semelhante. Quem se limita apenas à entrada e reforço da saída, dadas as consequências, segundo Chomsky, nunca poderá explicar esses fenômenos. Não podemos evitar postular uma capacidade inata de linguagem, composta por um número limitado de regras recursivas aplicadas a estruturas sintáticas, uma chamada gramática transformacional. Parece

que devemos concordar com Thagard, como citado anteriormente, quando ele afirma que uma limitação ao observável é indesejável. A ciência não pode se permitir essa limitação e, às vezes, deve postular processos ou entidades não observáveis para chegar a novos *insights* e previsões.

Em que medida a crítica de Chomsky é válida? Desde a década de 1970 (MacCorquodale, 1970), na literatura, foi de forma convincente argumentado que Chomsky entendeu pouco do trabalho que ele critica. Assim, Skinner nunca negou que extrapolava os conceitos técnicos de forma especulativa: *Verbal Behavior* foi pensado como um trabalho teórico, não como um relatório de experimentos realizados. Além disso, a noção de probabilidade contra a qual Chomsky dirige suas críticas não é de Skinner, mas sim do psicólogo comportamental americano Hull (1943).

Em outros momentos, parece que Chomsky atribui a Skinner afirmações de outros behavioristas sem a devida justificativa ou cita trechos fora de contexto. Em resumo, para alguns especialistas, a resenha de Chomsky é enganosa e não fiel ao livro de Skinner. No entanto, isso não parece ter influenciado sua recepção. A imagem que permanece para muitos é a de que a resenha de Chomsky representou o golpe de morte para o behaviorismo e marcou o início da virada cognitiva na psicologia: “A resenha de Chomsky sobre o livro de Skinner, talvez a resenha mais devastadora já escrita, não só soou como o sino da morte para o behaviorismo, mas também lançou as bases para a linguística atual e a ciência cognitiva de forma mais ampla” (Smith; Allott, 2016, p. 135).

Quando finalmente se libertaram das correntes do behaviorismo, estavam livres para seguir um novo e frutífero caminho. Podemos, então, com a crítica de Chomsky em mente, afirmar que o behaviorismo radical se tornou um programa de pesquisa degenerado?

3.2.2 Respostas behavioristas à crítica de Chomsky

A crítica de Noam Chomsky ao behaviorismo de B.F. Skinner, especificamente ao seu livro *Verbal Behavior* Skinner (1957), gerou um grande impacto na psicologia. Chomsky acusou Skinner de reduzir o comportamento humano, incluindo o comportamento verbal, a um conjunto simples de respostas a estímulos e reforços, ignorando a complexidade da linguagem. A crítica de Chomsky, particularmente sua argumentação sobre o *poverty of the stimulus* (pobreza do estímulo), sugeriu que a linguagem não podia ser explicada apenas por condicionamento operante, como proposto por Skinner. A resposta dos behavioristas a essa crítica foi multifacetada, envolvendo tanto uma defesa do comportamento como explicação científica quanto a adaptação

de algumas das ideias originais do behaviorismo.

Chomsky direcionou suas críticas ao behaviorismo principalmente no que diz respeito à explicação da aquisição de linguagem. Para ele, a teoria de Skinner era simplista e não conseguia dar conta da complexidade da linguagem humana. Ele baseou suas críticas em três pontos principais:

Pobreza do Estímulo (*Poverty of the Stimulus*): Chomsky argumentou que a quantidade e a qualidade do *input* linguístico que as crianças recebem são insuficientes para explicar a aquisição da linguagem. As crianças, segundo ele, conseguem aprender a falar e entender sentenças que nunca ouviram antes, o que indicaria a presença de um mecanismo inato para a aprendizagem linguística, algo que o behaviorismo não conseguia explicar (Chomsky, 1959).

Criatividade Verbal: Chomsky apresentou o fenômeno da criatividade verbal, argumentando que as crianças podem produzir frases gramaticais que nunca ouviram antes. Esse comportamento, que fogia à lógica do condicionamento operante, foi apontado como um claro exemplo de que a linguagem não poderia ser explicada apenas por reforço e imitação.

Gramaticalidade e imitação: Chomsky também argumentou que o behaviorismo não seria capaz de explicar a aquisição de regras gramaticais. A observação de que as crianças podem formar frases complexas — inclusive incorretas — com base em padrões gramaticais indica a necessidade de uma explicação mais robusta, uma vez que tais regras não são diretamente reforçadas nem simplesmente imitadas (Chomsky, 1959).

Os behavioristas não abandonaram suas concepções após as críticas de Chomsky; ao contrário, reformularam suas abordagens. A resposta behaviorista pode ser compreendida em três frentes principais: a defesa do behaviorismo enquanto um programa de pesquisa científica coerente e produtivo, a reformulação de explicações para acomodar novas descobertas empíricas, e a incorporação seletiva de temas tradicionalmente considerados cognitivos — como atenção, memória e linguagem — reinterpretados sob a ótica dos princípios do behaviorismo radical, sem recorrer a explicações mentalistas.

Os behavioristas continuaram a sustentar que a psicologia deveria se concentrar no comportamento observável, argumentando que a psicologia deveria ser uma ciência empírica, livre de postulações não observáveis, como as estruturas mentais inatas sugeridas por Chomsky. Skinner, em particular, via qualquer tentativa de incluir processos mentais internos ou universais como desnecessária e especulativa. Para Skinner e seus seguidores, qualquer explicação de comportamento humano deveria ser ancorada na análise dos reforços, estímulos e respostas

observáveis (Skinner, 1957).

Embora o conceito de criatividade verbal fosse um ponto central da crítica de Chomsky, os behavioristas refutaram a necessidade de uma explicação inata, argumentando que a generalização e a discriminação poderiam explicar a produção de sentenças novas. A ideia era que as crianças poderiam aprender a linguagem, não apenas imitando frases ou palavras que ouviram, mas generalizando regras linguísticas que haviam sido reforçadas em outros contextos (Ferster, 1966).

Apesar de o behaviorismo ter sofrido uma queda de popularidade após as críticas de Chomsky, muitos dos princípios do behaviorismo radical continuam sendo amplamente aplicados em psicologia, especialmente em terapias comportamentais. A análise do comportamento é uma abordagem central dentro das ciências do comportamento e da psicologia aplicada, com ampla utilização em contextos clínicos, educacionais e organizacionais. Trata-se de um processo sistemático voltado à compreensão das relações funcionais entre o comportamento de um indivíduo e os contextos nos quais ele ocorre. Ao identificar variáveis antecedentes e consequentes que influenciam a ocorrência e a manutenção de comportamentos específicos, a análise do comportamento oferece uma base empírica para intervenções eficazes (Skinner, 1965).

O termo “análise do comportamento” pode ser compreendido de diferentes formas, dependendo da abordagem adotada. Em modelos baseados na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), frequentemente discutidos por autores como Cooper, Heron, Heward *et al.* (2007), ela é tratada como parte de um processo mais amplo de avaliação funcional, que também inclui a definição precisa do comportamento-alvo e a análise das condições contextuais em que ele ocorre.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma abordagem científica comportamental que visa observar os comportamentos humanos e compreender suas causas. O objetivo é identificar as diferentes variáveis ambientais (antecedentes e consequências) que podem influenciar o surgimento de um comportamento (Cooper; Heron; Heward *et al.*, 2007).

Nas ciências do comportamento, o desenvolvimento é visto como uma cadeia de mudanças progressivas nas interações entre comportamento e ambiente. Aqui, o surgimento de novos comportamentos não está ligado a um processo de maturação do desenvolvimento, mas sim ao contexto no qual o indivíduo está inserido. Esse contexto é considerado funcional e favorece as aprendizagens.

Essa noção de aprendizagem está no centro da Análise do Comportamento Aplicada.

Segundo essa teoria, toda aprendizagem é afetada pelos eventos que precedem (antecedentes) ou seguem (consequências) determinados comportamentos. Assim, um comportamento que não é reforçado por uma consequência que permita sua manutenção não é adquirido e acaba desaparecendo (Leaf; McEachin; Taubman, 2008). As aprendizagens, portanto, são responsáveis pelas mudanças comportamentais observáveis ao longo do desenvolvimento e as tornam permanentes (se um comportamento não se mantém ao longo do tempo, é porque não foi adquirido e, portanto, a aprendizagem não foi concluída).

Na fase de análise funcional, busca-se identificar contingências de reforçamento que mantêm o comportamento-problema. Isso envolve uma investigação sistemática das condições antecedentes (o que ocorre antes do comportamento) e consequentes (o que ocorre depois), conforme defendido por Bailey e Burch (2022). O objetivo é construir um modelo hipotético que permita compreender por que o comportamento persiste e como pode ser modificado.

Duas estratégias de aprendizagem estão comumente associadas à ABA. A primeira é o condicionamento respondente, destacado por Pavlov (2010). Trata-se de manipular os antecedentes a fim de modificar a taxa de ocorrência futura do comportamento. A segunda é o condicionamento operante de Skinner (1965). Aqui, são as consequências que são manipuladas, com o mesmo objetivo. No entanto, na prática, pode ser utópico opor essas duas abordagens, pois um comportamento é frequentemente condicionado tanto pelo que o antecede quanto pelo que o segue. Por isso, a análise do comportamento aplicada introduz a noção de contingência a três termos.

Um princípio fundamental é a contingência a três termos. Essa contingência a três termos é a unidade básica na ABA. Ela pode ser modelada da seguinte forma: Antecedente → Comportamento → Consequência. Foi criada para expor e organizar as relações temporais e funcionais que ocorrem entre os diferentes elementos que a compõem (Cooper; Heron; Heward *et al.*, 2007).

A avaliação funcional serve para identificar as relações funcionais entre um comportamento específico e seu ambiente. Trata-se, portanto, por meio de diferentes meios de análise, de compreender a contingência efetiva entre os três termos do paradigma comportamental vistos anteriormente, a saber: antecedente, comportamento e consequência. Para isso, a avaliação funcional utilizará três ferramentas principais: a coleta de informações, a observação direta e a análise funcional.

Uma das etapas da avaliação funcional é a observação indireta da criança (Cooper; Heron;

Heward *et al.*, 2007), que não requer nenhum contato direto com ela. Para isso, são utilizados questionários, entrevistas e escalas de avaliação (Durand, 1990). O objetivo é reunir o máximo de informações possível sobre o paciente para formar uma visão geral de suas competências. Esses diferentes instrumentos são, na maioria das vezes, aplicados aos pais, mas também a um círculo mais amplo (familiar, educacional, paramédico) para coletar os pontos de vista do maior número possível de pessoas que conhecem a criança.

A observação direta continua sendo a base da abordagem funcional (Cooper; Heron; Heward *et al.*, 2007). Ela pode ser realizada em qualquer um dos ambientes nos quais a criança costuma interagir (escola, creche, casa, durante as sessões com os profissionais de saúde, etc.). Dois tipos de análise direta são os mais utilizados:

- A grade de observação "**scatter plot**", que permite, por meio de observações precisas e regulares ao longo de vários dias, avaliar o momento mais adequado do dia em que o comportamento alvo tem mais chances de aparecer.
- A grade de observação ABC (para Antecedente, Comportamento, Consequência), que permite registrar objetivamente todos os comportamentos observados, assim como os antecedentes e as consequências envolvidos.

As metodologias de observação direta e indireta fazem ambas parte do que é chamado de análise descritiva. No entanto, para confirmar todas as hipóteses funcionais derivadas dessas observações, é necessário recorrer à análise funcional (Haynes; O'Brien, 1990). A análise funcional é o método utilizado para a análise experimental do comportamento. Seu objetivo é prever os comportamentos futuros por meio da análise de certos elementos do ambiente (Cooper; Heron; Heward *et al.*, 2007). Trata-se, portanto, de manipular as variáveis independentes, ou seja, o que controlamos (antecedentes e/ou consequências) e observar a relação funcional que elas mantêm com a variável dependente, o comportamento alvo. Na análise funcional, não é suficiente levar em consideração apenas a estrutura do comportamento sob a qual ele será observável (sua topografia), mas também sua função.

Na ciência do comportamento, o termo 'comportamento' é frequentemente utilizado de forma intercambiável com 'resposta'. Uma resposta é considerada uma manifestação comportamental funcionalmente relacionada a eventos ambientais. Assim, gritar e tapar os ouvidos são comportamentos em si. No entanto, quando sua ocorrência está funcionalmente relacionada a

condições ambientais específicas (como um som muito alto), tais comportamentos passam a ser considerados respostas.

São considerados como classe de respostas todos os comportamentos que possuem uma estrutura diferente, mas uma função semelhante. Por exemplo, gritar, chorar ou fazer birra são comportamentos diferentes, mas possivelmente utilizados por uma criança com o mesmo objetivo: obter um objeto desejado. Essas classes permitirão a criação de repertórios comportamentais. O objetivo da ABA é aumentar esses repertórios comportamentais para permitir que a criança use um comportamento considerado aceitável em uma situação dada.

Essa noção de classe também pode ser aplicada aos estímulos ambientais (antecedentes e consequências). Assim como para o comportamento, conhecer a função de um estímulo permitirá que o pesquisador ou terapeuta modifique o ambiente funcional da criança, a fim de alcançar o aprendizado do comportamento desejado.

Tudo isso exige, portanto, uma observação rigorosa e estruturada da criança para chegar à classificação mais precisa possível das classes e funções observadas. Ao final dessa avaliação funcional, o terapeuta terá à sua disposição várias ferramentas que possibilitarão a formulação de uma ou mais hipóteses de trabalho. Elas permitem que os comportamentos a serem trabalhados sejam identificados e direcionam para procedimentos de aprendizagem adequados.

Pudemos observar que a escolha das estratégias de aprendizagem não é uma tarefa fácil e depende da consideração de uma série de critérios (Hanley; Iwata; McCord, 2003).

Primeiramente, o perfil da criança e os diferentes ambientes nos quais ela interage terão um papel importante nessa escolha. De fato, a estratégia adotada deve ser a mais adequada às suas competências, bem como à sua personalidade. Ela também deve ser a mais ecológica possível. Esses critérios permitirão que a criança mantenha e generalize os aprendizados nos diferentes ambientes em que vive.

Além disso, a natureza do comportamento-alvo desempenha um papel importante na adoção de um procedimento de aprendizagem. Trata-se de verificar se o comportamento já está presente no repertório da criança e se se refere a um comportamento 'positivo', a ser mantido, ou 'negativo', a ser reduzido e substituído por um comportamento alternativo. É importante ter em mente que, na ciência do comportamento, a noção de comportamento 'aceitável' não constitui uma decisão unilateral do terapeuta, mas resulta de uma concertação entre os diferentes profissionais envolvidos e os responsáveis pela criança.

Neste contexto de intervenção clínica, a procedura de reforço (positivo ou negativo)

será a mais relevante. Aqui, não se trata de aprender uma nova habilidade, mas de aumentar a frequência de um comportamento já presente no repertório da criança e considerado adequado (Cooper; Heron; Heward *et al.*, 2007). A frequência do comportamento vai aumentar com a apresentação (reforço positivo) ou com a retirada (reforço negativo) do agente reforçador (AR) após a resposta. Exemplo: a criança guarda o brinquedo depois de usá-lo, a mãe a elogia e a abraça.

Apesar das críticas de Chomsky, que questionaram a validade do behaviorismo ao enfatizar a importância da cognição e da linguagem na formação do comportamento, tanto o behaviorismo quanto a análise do comportamento permaneceram firmes e fortes ao longo dos anos. O campo evoluiu e se expandiu, oferecendo abordagens eficazes no tratamento de diversos comportamentos, particularmente em contextos como o ABA (Análise Comportamental Aplicada) e a avaliação funcional.

A Análise Comportamental Aplicada (ABA), como vimos, tem se mostrado uma abordagem valiosa no tratamento de crianças com autismo, promovendo mudanças comportamentais positivas e duradouras. A avaliação funcional, por sua vez, permite compreender melhor as relações entre o comportamento e os fatores ambientais, ajudando a identificar intervenções mais precisas e eficazes.

Além disso, existem várias variantes da terapia analítico-comportamental que surgiram a partir dos trabalhos de B.F. Skinner e têm demonstrado eficácia em diferentes tratamentos. Entre essas variantes, podemos citar a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e a Terapia Comportamental Dialética (DBT). Essas abordagens têm se mostrado eficazes em tratar uma ampla gama de condições e têm se mostrado fundamentais no desenvolvimento de tratamentos baseados em evidências, refletindo a continuidade e a relevância da análise do comportamento na psicologia contemporânea.

3.3 Tornar a psicologia uma ciência

Com a fundação do behaviorismo, Watson elaborou uma proposta epistemológica nova, aplicada ao campo da psicologia, que buscava responder às críticas que ele dirigia à psicologia de sua época. Ele afirmava que, no momento em que redigia seu manifesto behaviorista, a psicologia havia fracassado, ao longo de seus cinquenta anos de existência, em se estabelecer como uma ciência natural reconhecida.

Harzem (2004) resume a reflexão de Watson em cinco ideias principais:

- a psicologia deve ser uma ciência;
- um princípio fundamental da ciência é que seus dados devem derivar de fenômenos observáveis publicamente;
- o que é considerado como objeto de estudo da psicologia — ou seja, a consciência — não satisfaz a esse princípio, pois não pode ser observado publicamente;
- os métodos que a psicologia utiliza para estudar a consciência não são métodos científicos;
- portanto, a psicologia, por enquanto, não é uma ciência.

Essa descrição do pensamento de Watson tem a vantagem de fornecer uma exposição sintética das características do behaviorismo em seu surgimento. Destacam-se principalmente: a vontade de tornar a psicologia científica, uma posição epistemológica sobre os processos de aquisição do conhecimento científico, bem como um julgamento da psicologia de sua época como não científica.

Com base nessa reflexão, a formulação dos princípios fundamentais do behaviorismo foi motivada pela intenção de consolidar a autonomia da psicologia em relação à filosofia, estabelecendo-a como uma disciplina científica plena. Watson buscava integrar completamente a psicologia às ciências naturais, pois considerava que a psicologia não deveria apresentar nenhuma especificidade particular em razão de seu objeto de estudo. Nesse sentido, Watson (1913) recomendava:

Segundo Watson, a psicologia, tal como vista pelo behaviorista, é um ramo puramente objetivo das ciências naturais. Seu objetivo teórico é a previsão e o controle do comportamento. A introspecção não faz parte de seus métodos essenciais, e o valor científico de seus dados não depende de quão passíveis eles são de interpretação em termos de consciência. O behaviorista, em seus esforços para alcançar um esquema unitário de resposta animal, não reconhece uma linha separando o homem do animal. O comportamento humano, com todos os seus refinamentos e complexidade, representa apenas uma parte do esquema global de investigação do behaviorista (Watson, 1913, p. 158).

Uma das características essenciais do pensamento do primeiro behaviorista estava na importância atribuída à objetividade, por meio da observabilidade dos eventos estudados por uma ciência natural. Uma das principais teses defendidas por Watson dizia respeito ao método que a psicologia deveria adotar para se tornar uma ciência natural. Segundo ele, a psicologia científica não deveria usar um método próprio, específico da disciplina, mas sim empregar o mesmo método das demais ciências naturais: o método experimental.

Watson considerava que o método amplamente usado na época em psicologia, a introspecção (por exemplo, Wundt, 1832-1920), não permitia a objetividade exigida por uma ciência natural. Ele argumentava a favor do uso, na psicologia, de situações experimentais nas quais todos os fatores que poderiam influenciar o comportamento fossem mantidos constantes, exceto um, manipulado intencionalmente pelo experimentador para se observar seus efeitos sobre o comportamento.

Dentro dessa perspectiva, Watson acreditava que fenômenos mentais como a consciência ou os estados mentais não poderiam constituir o objeto da psicologia. Para ele, o fato de o psicólogo, assim como o químico ou o físico, utilizar o que normalmente se entende por “consciência” ou “processos mentais” não justificava uma atenção especial a essas atividades. Ao contrário, saber se o pesquisador está ou não utilizando corretamente seus “estados de consciência” não deveria ser mais relevante para a psicologia do que para a física ou a química, que também fazem uso não-reflexivo ou ingênuo desses processos. Watson concluía, portanto, que entidades internas, na medida em que não pudessem ser objetivadas, deveriam ser excluídas do campo de investigação da psicologia. O estudo de tais entidades, segundo ele, pertenceria mais à filosofia do que a uma ciência natural.

Sua proposta fundamental consistia, assim, em redefinir o objeto de estudo da psicologia para atender ao critério de objetividade que, em sua visão, toda disciplina científica deveria respeitar. Ele propunha que o objeto da psicologia não fosse mais pensado em termos de consciência ou estados mentais, mas sim em termos de comportamento. Dessa forma, dados comportamentais (ocorrência, ausência, latência, duração etc.) passavam a ter valor próprio, e não mais apenas como instrumentos para compreender fenômenos de consciência concebidos como fim.

Watson se opunha, portanto, ao imperativo da época de teorizar todos os dados comportamentais em termos de “consciência” ou “processos mentais” para que fossem relevantes em psicologia. Dentro desse contexto, ele também ampliava o campo de investigação da psicologia para incluir o estudo do comportamento animal, adotando uma visão contínua dos comportamentos além das divisões entre espécies.

Além disso, a busca pela objetividade na psicologia estendia-se a todas as variáveis consideradas pelo behaviorismo. O comportamento precisava ser estudado em relação a variáveis que também fossem observáveis. O objetivo do behaviorismo era estabelecer relações entre o comportamento (humano e animal) e os estímulos do ambiente, a fim de descobrir as leis que

regem essas interações.

3.4 Considerações finais

Este capítulo explorou os fundamentos centrais do behaviorismo, com ênfase nos conceitos de condicionamento clássico e operante, que formam a base das explicações behavioristas para o comportamento humano. Ao focar em uma análise objetiva e observável, o behaviorismo propôs uma revolução no entendimento do comportamento, desafiando as abordagens introspectivas e especulativas das escolas anteriores da psicologia. Essa perspectiva empírica permitiu a construção de modelos de intervenção terapêutica baseados na modificação do comportamento por meio da manipulação de variáveis ambientais e da utilização de reforços e punições.

Entretanto, ao longo do tempo, o behaviorismo enfrentou críticas substanciais, sendo a mais significativa a apresentada por Noam Chomsky, que contestou a ideia de que a aquisição da linguagem poderia ser explicada apenas por processos de reforçamento. A crítica de Chomsky, centrada na “pobreza do estímulo”, sugeriu que a complexidade da linguagem humana não poderia ser explicada por um modelo simples de estímulo-resposta, implicando a necessidade de fatores internos e inatos. Esse desafio, longe de enfraquecer o behaviorismo, gerou uma reflexão crítica que levou à expansão da teoria, à inclusão de novas abordagens e ao refinamento das técnicas terapêuticas derivadas do modelo behaviorista.

Entre as respostas behavioristas mais notáveis estão as terapias baseadas em evidências, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e a Terapia Comportamental Dialética (DBT). Cada uma dessas abordagens, embora mantendo a ênfase nos princípios do behaviorismo, trouxe novas dimensões ao tratamento de questões psicológicas e comportamentais.

A ABA (Análise do Comportamento Aplicada), em particular, é uma das abordagens mais emblemáticas que emergiram do behaviorismo. Através de um processo estruturado de modificação comportamental, a ABA tem se mostrado altamente eficaz no tratamento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), utilizando intervenções baseadas em reforço positivo para ensinar habilidades e reduzir comportamentos indesejáveis. Sua aplicação clínica é fundamentada em análises funcionais detalhadas do comportamento e no monitoramento contínuo dos progressos dos pacientes, o que proporciona uma abordagem altamente personalizada e orientada por dados. O sucesso da ABA em contextos educacionais e terapêuticos confirma a robustez dos princípios behavioristas quando aplicados de forma sistemática e estruturada,

provando que o modelo continua a ser um dos mais eficazes em termos de evidência científica.

A ACT (Terapia de Aceitação e Compromisso), embora se baseie nos princípios do behaviorismo, se distingue ao incorporar aspectos da aceitação e do *mindfulness* (nas terapias de terceira onda, é uma prática central que envolve a atenção plena e consciente ao momento presente, sem julgamentos. Essa abordagem enfatiza a aceitação e a observação dos pensamentos, emoções e sensações corporais conforme eles surgem, ao invés de tentar controlá-los ou evitá-los). Essa terapia propõe que o sofrimento humano é frequentemente resultado da tentativa de evitar ou controlar pensamentos e sentimentos indesejáveis, em vez de enfrentá-los de forma aberta e flexível. A ACT enfoca a promoção da flexibilidade psicológica, ou seja, a capacidade do indivíduo de agir de acordo com seus valores, independentemente das dificuldades internas que possa estar enfrentando. A ACT tem demonstrado eficácia em uma ampla gama de condições, incluindo transtornos de ansiedade, depressão e transtornos obsessivo-compulsivos, ampliando o escopo da psicologia comportamental e integrando componentes que permitem uma abordagem mais holística do comportamento humano.

A Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), por sua vez, aplica os princípios do behaviorismo à dinâmica da relação terapêutica. Focada na análise funcional dos comportamentos que ocorrem entre o terapeuta e o cliente, a FAP visa utilizar a própria relação terapêutica como um espaço para reforçar e modificar comportamentos disfuncionais. Através dessa interação direta, o terapeuta oferece *feedback* em tempo real, promovendo mudanças comportamentais que se refletem nas interações do cliente fora do consultório. A eficácia da FAP foi demonstrada em intervenções para transtornos de personalidade, dificuldades emocionais e questões de regulação emocional, evidenciando a aplicação do comportamento como um processo dinâmico e relacional.

A Terapia Comportamental Dialética (DBT), desenvolvida por Marsha Linehan, combina estratégias de modificação comportamental com técnicas de aceitação e *mindfulness*. A DBT foi inicialmente criada para tratar transtornos de personalidade *borderline*, mas sua aplicação se expandiu para o tratamento de comportamentos suicidas, autolesão e dificuldades de regulação emocional. A DBT enfatiza a importância de equilibrar a aceitação das experiências internas com a mudança comportamental, propondo que a aceitação de sentimentos e pensamentos difíceis não é um sinal de passividade, mas sim um ponto de partida para a ação positiva e a transformação. Sua eficácia em situações de crise e em contextos onde a regulação emocional é crítica torna-a uma das abordagens mais valiosas dentro da psicoterapia moderna.

Essas terapias, embora evoluídas a partir da análise do comportamento, representam uma ampliação da visão behaviorista tradicional. Elas integraram novos conceitos que envolvem aspectos emocionais, cognitivos e contextuais do comportamento, mantendo, no entanto, a análise funcional e o foco na mudança de comportamentos observáveis. A resposta behaviorista às críticas, portanto, não apenas conservou os fundamentos da análise do comportamento, mas também os expandiu para lidar com a complexidade do ser humano, incorporando novas perspectivas e metodologias que têm se mostrado eficazes em uma gama crescente de transtornos psicológicos.

Portanto, o behaviorismo, longe de ser uma abordagem ultrapassada ou limitada, continua a ser uma das mais importantes correntes da psicologia contemporânea. Suas práticas, como demonstrado nas intervenções da ABA, ACT, FAP e DBT, não apenas respondem às críticas que surgiram, mas se renovam continuamente, provando sua relevância e eficácia em contextos clínicos e terapêuticos modernos. Ao integrar novas perspectivas e refinar seus modelos de intervenção, o behaviorismo mantém seu papel central na psicologia científica e na prática terapêutica, oferecendo soluções baseadas em evidências para os desafios comportamentais mais complexos.

4 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E CIENTÍFICOS DA PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL

Desde seus primórdios, a Psicologia buscou se estabelecer como uma disciplina científica autônoma, situada entre as ciências naturais e as ciências humanas. No entanto, esse projeto enfrentou dificuldades significativas ao longo de sua consolidação, sobretudo em função da centralidade atribuída ao estudo da consciência e ao uso da introspecção como método privilegiado de investigação. A dependência de fenômenos privados, inacessíveis à observação pública direta, suscitou questionamentos persistentes acerca da objetividade, da replicabilidade e do próprio estatuto científico dos conhecimentos produzidos pela Psicologia, alimentando debates epistemológicos que atravessam a história da disciplina. Nesse cenário de tensões teóricas e metodológicas, a Análise do Comportamento, inspirada no behaviorismo radical de B. F. Skinner, propôs uma redefinição profunda do objeto da Psicologia, bem como de sua função social e de seus métodos de investigação científica.

Esse capítulo tem como objetivo discutir as implicações filosóficas e científicas dessa abordagem, tomando como referência três eixos analíticos centrais. Em primeiro lugar, examina-se de que modo a Análise do Comportamento redefine o objeto da Psicologia, deslocando o foco explicativo da mente e dos estados internos hipotéticos para o comportamento em interação funcional com o ambiente, sem, contudo, negar a relevância dos eventos privados enquanto fenômenos comportamentais sujeitos às mesmas leis que os eventos públicos. Em segundo lugar, analisa-se a viabilidade de uma Psicologia empírica e pragmática, fundamentada no naturalismo e no contextualismo funcional, em contraste com modelos mentalistas, dualistas ou essencialistas que historicamente dificultaram a construção de explicações científicas consistentes no campo psicológico. Por fim, exploram-se as consequências dessa perspectiva para três dimensões centrais da disciplina: a prática clínica, a pesquisa científica e o ensino de Psicologia.

O capítulo busca demonstrar que a abordagem analítico-comportamental, ao mesmo tempo em que promove uma revisão crítica dos fundamentos filosóficos da Psicologia, oferece meios conceituais e metodológicos concretos para a construção de uma ciência psicológica consistente, cumulativa e socialmente relevante. Para tanto, serão mobilizadas contribuições clássicas e contemporâneas da Análise do Comportamento, da filosofia da ciência e da epistemologia da Psicologia, com ênfase nos trabalhos de Skinner e de autores analítico-comportamentais que aprofundaram o debate sobre cientificidade, explicação e prática psicológica.

4.1 Terapias comportamentais e cognitivas

A evolução das perspectivas terapêuticas trouxe mudanças em relação ao que se praticava até então na análise do comportamento. Enquanto o ajuste das contingências de reforço estava no cerne das práticas do modelo tradicional, surgiram novas possibilidades de ação terapêutica no contexto de uma terapia por meio da fala (Hayes, 2004). Essa terapia, denominada Terapia de Aceitação e Compromisso (*Acceptance and Commitment Therapy – ACT*), se insere no campo das terapias comportamentais e cognitivas (TCC) chamadas de terceira geração. Essa terceira geração das TCC sucede uma primeira geração essencialmente comportamental e uma segunda geração de dominância cognitiva. Para situar as propostas terapêuticas que apresentaremos a seguir, vale a pena parar por um momento nas práticas derivadas das gerações sucessivas geradas pelo paradigma behaviorista.

No âmbito da história das terapias cognitivas e comportamentais, usualmente organizadas em termos de “primeira”, “segunda” e “terceira geração”, as aplicações terapêuticas derivadas do arcabouço teórico inicial da Análise do Comportamento são tradicionalmente afiliadas à primeira dessas gerações. Essas intervenções caracterizam-se por uma ênfase na aplicação direta dos princípios oriundos do estudo do condicionamento respondente e operante, bem como na modificação sistemática de contingências ambientais responsáveis pela aquisição, manutenção e extinção de padrões comportamentais. Tal perspectiva encontra-se em coerência com o postulado skinneriano de unificação dos comportamentos públicos e privados sob uma mesma categoria conceitual, rejeitando explicações dualistas e mentalistas e compreendendo eventos privados como comportamentos passíveis de análise científica, ainda que acessíveis de modo indireto.

A segunda geração das terapias cognitivas e comportamentais propõe uma inflexão relevante em relação às abordagens estritamente comportamentais, ao desenvolver uma concepção distinta dos eventos internos, em consonância com os pressupostos teóricos que emergiram no contexto da chamada revolução cognitiva. Inspiradas principalmente pelos trabalhos de Aaron T. Beck e Albert Ellis, essas terapias passaram a ocupar lugar de destaque a partir da segunda metade do século XX, ao introduzirem construtos cognitivos como crenças, esquemas e pensamentos automáticos como variáveis centrais para a compreensão e a intervenção clínica. Nessa perspectiva, os eventos internos deixam de ser tratados apenas como comportamentos a serem explicados funcionalmente e passam a ser concebidos como mediadores causais entre estímulos e respostas. Assim, as terapias cognitivas enfatizam o papel dos pensamentos na determinação das emoções e dos comportamentos, propondo procedimentos sistemáticos para a identificação,

avaliação e modificação de padrões de pensamento considerados disfuncionais, com vistas à redução do sofrimento psicológico e à promoção de mudanças comportamentais duradouras (Beck, 1979).

De acordo com Beck (1979), as terapias cognitivas baseiam-se na noção de esquemas cognitivos, que representam o conjunto de crenças e convicções pessoais de cada indivíduo. Tais esquemas são formados a partir de experiências precoces, regras familiares e eventos traumáticos, podendo gerar interpretações distorcidas da realidade e, conseqüentemente, comportamentos desadaptativos.

No processo terapêutico, o foco recai sobre as cognições automáticas, entendidas como pensamentos espontâneos e imediatos que emergem em resposta às situações do cotidiano. O trabalho clínico consiste em auxiliar o paciente a identificar, examinar criticamente e reformular tais pensamentos, avaliando sua coerência lógica, validade empírica e utilidade funcional. A partir desse procedimento, busca-se promover modificações progressivas nas crenças intermediárias e nas crenças centrais, consideradas estruturas cognitivas mais amplas e estáveis, o que resulta em melhorias no funcionamento emocional e comportamental, bem como em maior flexibilidade na forma como o indivíduo interpreta e responde às demandas do ambiente (Beck, 2020; Beck; Dozois, 2011).

As técnicas cognitivas englobam um conjunto amplo e sistematizado de estratégias terapêuticas destinadas a intervir diretamente sobre os processos cognitivos considerados centrais para a manutenção do sofrimento psicológico. Entre essas estratégias, destacam-se o registro de pensamentos automáticos, que visa tornar explícitas as interpretações e avaliações espontâneas emitidas pelo indivíduo diante de situações específicas; a reestruturação cognitiva, cujo objetivo é questionar, testar e modificar padrões de pensamento disfuncionais por meio de procedimentos como o exame de evidências, a identificação de distorções cognitivas e a formulação de interpretações alternativas mais funcionais. Além disso, incluem-se o treinamento de habilidades de enfrentamento, voltado ao desenvolvimento de repertórios cognitivos e comportamentais que favoreçam respostas mais adaptativas a situações estressoras, bem como as estratégias de prevenção de recaídas, que buscam consolidar as mudanças alcançadas ao longo do tratamento, promovendo a identificação de situações de risco, o monitoramento contínuo das cognições e a aplicação autônoma das técnicas aprendidas. Em conjunto, essas intervenções refletem a concepção cognitiva de que a modificação sistemática dos padrões de pensamento constitui um mecanismo central para a mudança emocional e comportamental (Beck, 1979; Dobson; Dozois,

2021).

É importante destacar que, embora as terapias de primeira geração estejam historicamente situadas antes do surgimento das terapias cognitivas, seus defensores não consideram que seus princípios tenham sido superados ou substituídos por uma abordagem cognitivista. Ao contrário, autores vinculados a esse movimento — atualmente conhecido como Análise do Comportamento — sustentam que os fenômenos tradicionalmente denominados “cognitivos” podem ser compreendidos a partir das mesmas leis que governam o comportamento observável. Nessa perspectiva, as chamadas técnicas cognitivas seriam entendidas como extensões das leis do condicionamento, aplicadas a eventos privados, como pensamentos, imagens e regras verbais, sem a necessidade de recorrer a explicações mentalistas.

Sob a perspectiva do behaviorismo radical, conforme abordado no Capítulo 3 e proposto por B. F. Skinner, os eventos privados (como pensamentos e emoções) são considerados comportamentos que obedecem aos mesmos princípios de controle e contingência que os comportamentos observáveis (Skinner, 1957; Skinner, 1965). Assim, o comportamento humano é compreendido de forma unitária, sem distinção categórica entre o interno e o externo, mas apenas em termos de acessibilidade à observação.

No campo das psicoterapias, observa-se que as abordagens comportamentais e cognitivas frequentemente utilizam ferramentas semelhantes. Os terapeutas tendem a adotar uma perspectiva cognitiva quando se interessam pelos pensamentos do paciente, especialmente aqueles associados à autocrítica ou à desvalorização pessoal.

Do ponto de vista comportamental, esses pensamentos podem ser compreendidos como respostas aprendidas que ocorrem sob determinadas condições ambientais e são mantidas por contingências de reforço. Assim, processos como pensar ou refletir são considerados formas de comportamento, ainda que privadas e não observáveis diretamente, seguindo a concepção proposta no behaviorismo radical (Skinner, 1957; Skinner, 1965). Ao mesmo tempo, a integração entre a análise funcional do comportamento e a reestruturação cognitiva reflete a evolução das terapias cognitivo-comportamentais, que buscam compreender a interação entre pensamentos, emoções e ações (Beck; Dozois, 2011).

Dessa forma, a dimensão cognitiva das terapias de segunda geração passa a ser reinterpretada sob uma perspectiva comportamental, de acordo com o postulado skinneriano de que os comportamentos públicos e privados pertencem à mesma categoria funcional. Esse princípio, formulado no contexto do behaviorismo radical, sustenta que processos como pensar, lembrar

ou imaginar são formas de comportamento, ainda que ocorram em nível privado e sejam menos acessíveis à observação direta.

Com base nesse pressuposto, surge a Terapia de Aceitação e Compromisso (*Acceptance and Commitment Therapy* – ACT), desenvolvida por Steven C. Hayes, Kelly Wilson e Kirk Strosahl, e fundamentada na Teoria das Molduras Relacionais (*Relational Frame Theory* – RFT).

O modelo teórico subjacente à ACT, de matriz pós-skinneriana, apoia-se em um amplo programa de pesquisa sobre a linguagem e os chamados processos cognitivos, sistematizado na *Relational Frame Theory* (RFT), traduzida para o português como Teoria das Molduras Relacionais (Haynes; O'Brien, 1990; Hayes; Strosahl; Wilson, 2011).

A Teoria das Molduras Relacionais (*Relational Frame Theory* – RFT), desenvolvida por Steven C. Hayes e colaboradores, constitui um dos mais sofisticados desdobramentos contemporâneos da tradição analítico-comportamental iniciada por B. F. Skinner. Inserida em uma matriz pós-skinneriana, a RFT surge como um programa experimental de pesquisa destinado a oferecer uma explicação funcional da linguagem e dos chamados processos cognitivos sem recorrer a pressupostos mentalistas. Diferentemente das abordagens cognitivistas tradicionais, que tendem a postular estruturas ou representações internas como causas do comportamento, a RFT mantém o compromisso com uma ontologia comportamental: aquilo que se denomina cognição é compreendido como comportamento, ainda que de natureza relacional complexa.

O ponto de partida da teoria consiste na identificação de um tipo específico de operante generalizado denominado *arbitrarily applicable relational responding*. Enquanto organismos não humanos podem aprender discriminações baseadas em propriedades físicas dos estímulos, o repertório humano distingue-se pela capacidade de estabelecer relações entre eventos com base em convenções sociais e históricas, independentemente de suas características formais. Assim, uma criança aprende que a palavra “maior” estabelece uma relação comparativa que pode ser aplicada a quaisquer estímulos, não apenas àqueles diretamente treinados. Esse aprendizado não se limita a casos particulares, mas torna-se um padrão generalizado sob controle contextual.

Três propriedades definem esse tipo de responder: a implicação mútua, a implicação combinatória e a transformação de função. Se um indivíduo aprende que A é maior que B, pode derivar que B é menor que A sem treino direto; se aprende que A é maior que B e B é maior que C, pode derivar que A é maior que C. Observa-se aqui uma semelhança estrutural com certos princípios da lógica formal, especialmente com relações transitivas. No entanto, essa semelhança não deve ser confundida com identidade conceitual. A lógica constitui um sistema

normativo que estabelece critérios de validade inferencial independentes da história individual de aprendizagem. A RFT, ao contrário, descreve processos comportamentais cuja ocorrência depende de contingências históricas específicas. A transitividade, na lógica, é uma propriedade formal; na RFT, é um padrão comportamental derivado sob controle contextual.

A distinção é fundamental. A lógica pergunta se uma inferência é válida segundo regras formais; a RFT pergunta como um organismo aprende a produzir inferências. A primeira opera no plano da normatividade abstrata; a segunda, no plano da análise funcional. Assim, embora a RFT permita compreender como comportamentos inferenciais se organizam de modo sistemático, ela não pretende oferecer um sistema formal de dedução, nem reduzir o pensamento humano a regras proposicionais explícitas. O que está em jogo é a explicação da emergência e da generalização de repertórios relacionais em um organismo histórico e situado.

É nesse ponto que emerge uma das contribuições mais relevantes da RFT para a compreensão do sofrimento humano. A propriedade de transformação de função implica que, ao se estabelecer uma relação entre estímulos, as funções psicológicas de um podem alterar-se em virtude do outro. Se um evento é diretamente aversivo e está relacionalmente coordenado com outro evento, este pode adquirir função aversiva mesmo na ausência de contato direto. Tal mecanismo explica como palavras, memórias ou pensamentos podem evocar respostas emocionais intensas. Diferentemente da lógica, que não atribui função afetiva às proposições, a RFT enfatiza que relações verbais transformam funções comportamentais.

A elevada resistência à mudança dessas redes relacionais constitui outro aspecto crucial. Tentativas diretas de supressão verbal — como instruções do tipo “não pense em X” — frequentemente aumentam a probabilidade de evocação de X. Isso ocorre porque a própria instrução estabelece ou reforça a moldura relacional que torna o evento psicologicamente presente. O paradoxo não decorre de falhas racionais, mas do funcionamento normal do comportamento relacional. A lógica formal não prevê tal efeito, pois não se ocupa das contingências que mantêm o comportamento; a RFT, ao contrário, explica por que a negação pode fortalecer aquilo que se pretende eliminar.

Essa concepção tem implicações clínicas diretas, especialmente no contexto da *Acceptance and Commitment Therapy (ACT)*, também desenvolvida por Hayes e colaboradores. Em vez de disputar o conteúdo dos pensamentos em termos de verdade ou falsidade — estratégia frequentemente alinhada a modelos mais cognitivistas — a ACT busca alterar o contexto funcional das relações verbais. O objetivo não é substituir proposições “irracionais” por proposições

“racionais”, mas modificar a função que essas proposições exercem sobre o comportamento. Assim, a intervenção desloca-se do nível lógico-proposicional para o nível contextual-funcional.

Do ponto de vista epistemológico, a RFT reforça a tese de que processos tradicionalmente classificados como mentais podem ser analisados como comportamento sob controle de contingências complexas. Inferir, julgar, categorizar e avaliar não requerem a postulação de entidades internas autônomas; podem ser compreendidos como padrões de responder relacional historicamente estabelecidos. Essa abordagem preserva o compromisso científico da Análise do Comportamento ao mesmo tempo em que amplia sua capacidade explicativa para fenômenos linguísticos sofisticados.

Importa reiterar que a analogia com a lógica é limitada e metodologicamente prudente. A RFT reconhece que o comportamento humano frequentemente assume formas estruturalmente organizadas, mas essa organização não deriva de leis formais *a priori*, e sim de histórias de reforçamento. Se a lógica opera com validade necessária, a RFT opera com probabilidade funcional; se a lógica é independente do organismo, a RFT é inseparável dele. A semelhança estrutural não implica equivalência ontológica.

A Teoria das Molduras Relacionais representa uma tentativa rigorosa de explicar a linguagem e a cognição dentro de um paradigma científico não mentalista. Ao descrever como redes relacionais se formam, se expandem e transformam funções psicológicas, a teoria oferece uma base robusta para compreender tanto a complexidade do pensamento humano quanto os mecanismos do sofrimento psicológico. Sua leve aproximação com certos aspectos da lógica reside na estrutura relacional e na possibilidade de derivação sistemática; sua originalidade, contudo, está em tratar tais fenômenos como comportamento funcionalmente analisável. Dessa forma, a RFT não é uma lógica do pensamento, mas uma ciência do comportamento relacional que torna o pensamento explicável dentro de uma Psicologia comprometida com critérios empíricos e conceituais rigorosos.

Sob essa perspectiva, o pensamento verbal humano não é concebido como uma representação interna da realidade, mas como um comportamento aprendido, moldado por contextos históricos e contingências de reforço simbólico. Essa formulação permite à ACT integrar princípios da Análise do Comportamento com uma análise funcional da linguagem, tendo como objetivo central a promoção da flexibilidade psicológica, por meio da ampliação do contato com a experiência presente, da aceitação dos eventos privados e do comprometimento com ações orientadas por valores pessoalmente significativos (Haynes; O'Brien, 1990; Hayes; Barnes-Holmes;

Wilson, 2012).

4.2 Terapia de Aceitação e Compromisso

A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) pode ser compreendida como uma reaproximação contemporânea aos fundamentos do behaviorismo radical, especialmente em contraste com as terapias cognitivas tradicionais. Seus princípios teóricos estão diretamente vinculados à obra de B. F. Skinner, na medida em que preserva o condicionamento operante como eixo explicativo central do comportamento humano. Diferentemente das abordagens cognitivas mediacionais, a ACT compreende pensamentos, emoções e demais eventos privados como comportamentos passíveis de análise funcional, enfatizando o papel do contexto e das contingências na determinação da ação, em consonância com a perspectiva skinneriana.

A ideia fundamental consiste em reconhecer que as características específicas do funcionamento humano, decorrentes de suas capacidades linguísticas e simbólicas, implicam inevitavelmente um nível elevado de sofrimento psicológico em uma ampla variedade de situações.

De acordo com a Teoria dos Quadros Relacionais, embora o uso da linguagem constitua um mecanismo de sobrevivência altamente eficaz, suas propriedades fundamentais também acarretam efeitos colaterais significativos. O ser humano, ao relacionar arbitrariamente palavras, eventos e experiências, tende a generalizar o sofrimento e a reexperimentar emoções negativas por meio da linguagem e da memória verbal — fenômenos que contribuem para processos como evitação experiencial e fusão cognitiva.

Assim, a ACT busca promover flexibilidade psicológica, incentivando a aceitação das experiências internas e o comprometimento com ações guiadas por valores pessoais, em vez de tentar eliminar ou controlar o sofrimento inevitável que acompanha a condição humana (Hayes; Barnes-Holmes; Wilson, 2012).

Objetos e conceitos ausentes podem provocar condicionamento aversivo em seres humanos. Diferentemente de animais, que reagem principalmente a estímulos presentes, os seres humanos têm a capacidade de estender respostas a eventos ausentes ou simbólicos, de modo que pensamentos, emoções e sensações corporais também podem gerar respostas aversivas. Esse fenômeno, chamado de transformação de funções na Teoria dos Quadros Relacionais, demonstra como a linguagem e o pensamento humano podem intensificar o sofrimento ao generalizar experiências negativas para situações abstratas ou hipotéticas (Hayes; Strosahl; Wilson, 2011).

Segundo Hayes, Barnes-Holmes e Wilson (2012), essa habilidade única de relacionar

arbitrariamente estímulos e experiências é central para compreender a flexibilidade e a rigidez psicológica e fundamenta as intervenções terapêuticas da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), que visa promover aceitação das experiências internas e ações coerentes com valores pessoais, em vez de tentar eliminar o sofrimento inevitável.

Dessa forma, a linguagem, devido à sua capacidade de adquirir funções comportamentais de estímulos por meio de quadros relacionais, coloca o ser humano em uma situação contínua de contato com estímulos aversivos. A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) concentra sua intervenção na ideia de que existe uma relação estreita entre os transtornos psicológicos e a tendência a evitar o contato com estímulos aversivos associados a eventos privados, como pensamentos, emoções e sensações corporais.

Na ACT, o paciente é visto como envolvido em uma luta contra esses eventos psicológicos difíceis, procurando evitar experiências emocionais desconfortáveis. O transtorno psicológico, portanto, não é definido pela presença desses eventos internos, mas sim pela resistência e esforço para não experimentá-los, o que mantém ou intensifica o sofrimento psicológico.

Os eventos vivenciados pelas pessoas podem gerar frustração, raiva, tristeza, medo, culpa, entre outras emoções. No entanto, os transtornos psicológicos surgem principalmente quando o foco do indivíduo passa a ser não experimentar essas emoções, em detrimento de ações que poderiam enriquecer a vida. Na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), uma vez que a pessoa desenvolve a habilidade de não lutar contra eventos psicológicos indesejados, o risco de sofrimento psicológico diminui significativamente. Assim, os evitamentos experiencial são considerados alvo central da intervenção terapêutica, sendo o ponto focal para promover flexibilidade psicológica e ação guiada por valores (Hayes; Barnes-Holmes; Wilson, 2012).

A expressão “evitamento experiencial” é utilizada para descrever a atividade consistente em tentar escapar de experiências psicológicas desagradáveis, como pensamentos, emoções e sensações físicas. Por exemplo, um paciente que procura evitar pensar em problemas relacionados ao trabalho e as emoções negativas associadas pode adotar estratégias como: instruir-se a não pensar mais sobre o assunto, tentar afastar os pensamentos quando eles surgem, evitar encontrar um colega e amigo por medo de que ele mencione questões do trabalho, manter objetos de trabalho fora de sua visão em casa, desligar a televisão ao ouvir falar do trabalho ou ficar irritado quando sua parceira tenta abordar o tema. Esses comportamentos têm como objetivo principal evitar pensamentos e emoções negativas, reforçando padrões de evitação experiencial que contribuem para a manutenção do sofrimento psicológico (Hayes; Barnes-Holmes; Wilson,

2012).

Por meio desse mecanismo, até mesmo os pensamentos, que por si só não representam perigo físico, podem ser percebidos como ameaças e tornam-se alvos de fuga e evitamento. Assim, os indivíduos procuram, de todas as formas, não pensar em algo doloroso, mesmo que o pensamento em si não possua a mesma periculosidade do evento ou objeto ao qual se refere (Hayes; Strosahl; Wilson, 2011).

A evitação experiencial é considerada como possuindo duas características importantes. A primeira refere-se à sua ineficácia — e, muitas vezes, à sua contraproducência — em alcançar o objetivo para o qual é realizada, ou seja, afastar eventos psicológicos indesejados. A segunda, provavelmente a mais significativa, diz respeito ao fato de que esses comportamentos interferem na realização de outras ações importantes, limitando a participação plena do indivíduo em atividades que poderiam enriquecer sua vida.

Como consequência, a Terapia de Aceitação e Compromisso (*Acceptance and Commitment Therapy* – ACT) focaliza a relação que o paciente estabelece com seus eventos privados, com o objetivo de permitir que ele se engaje em comportamentos mais funcionais. Os dois pilares indissociáveis da terapia são a aceitação das cognições e o engajamento em ações guiadas por valores.

O primeiro objetivo consiste em modificar a forma como o paciente se relaciona com suas emoções e pensamentos, promovendo o desenvolvimento de flexibilidade psicológica. O paciente é incentivado a identificar seus padrões de evitação experiencial e a reconhecer a ineficácia da luta contra eventos internos, adotando uma postura de aceitação em relação a eles. O conceito de defusão cognitiva é utilizado para descrever o distanciamento em relação aos próprios eventos internos.

As técnicas da ACT não visam modificar as cognições, como ocorre nas terapias cognitivas, mas sim neutralizar seus efeitos sobre o comportamento do paciente — por exemplo, não evitar mais colegas ou amigos, não esconder objetos de trabalho, não desligar a televisão ao ouvir falar de trabalho ou não se irritar com a parceira. A aceitação dos eventos psicológicos serve principalmente para iniciar uma dinâmica de mudança comportamental.

Tomar consciência da inutilidade da evitação experiencial permite que o paciente se engaje em comportamentos que promovam uma relação renovada com seu ambiente. Para que o paciente se engaje em ações alinhadas a seus valores, ele é treinado, por meio de exercícios e metáforas, a se distanciar de seus pensamentos, reduzindo sua influência sobre suas ações. O

engajamento em outros comportamentos ocorre por meio da reflexão sobre os valores, definidos como aquilo que confere sentido à existência ou, mais tecnicamente, como fontes inesgotáveis de reforço.

Enquanto algumas abordagens cognitivas buscam questionar a veracidade ou a racionalidade dos pensamentos do paciente, a Terapia de Aceitação e Compromisso (*Acceptance and Commitment Therapy* – ACT) propõe reconhecê-los simplesmente como pensamentos, sem lhes atribuir valor adicional, e promover o distanciamento em relação a eles, avaliando se o comportamento orientado por tais pensamentos contribui para o avanço em direção ao que é considerado importante pelo indivíduo. Embora a influência da ACT não seja uniforme em toda a área da análise do comportamento, suas propostas terapêuticas têm obtido crescente reconhecimento.

Além disso, a ACT distingue-se por sua sólida base empírica: suas intervenções são sustentadas por pesquisas que demonstram eficácia em diversas condições psicológicas, incluindo transtornos de ansiedade, depressão, estresse e dor crônica. Dessa forma, a abordagem não apenas oferece um modelo conceitual inovador, mas também se apoia em evidências robustas que sustentam sua aplicação clínica.

4.3 Aceitação da experiência

O primeiro elemento central da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) é o conceito de aceitação, formulado de modo consistente com os pressupostos do behaviorismo radical, especialmente no que se refere ao estatuto funcional dos eventos privados. Diferentemente das abordagens humanistas clássicas, como a Terapia Centrada na Pessoa de Carl Rogers, que compreendiam a aceitação sobretudo como uma atitude relacional do terapeuta, a ACT a define como um processo comportamental do próprio cliente, analisável em termos de função e contexto.

Na perspectiva rogeriana, a aceitação positiva incondicional descreve uma postura do terapeuta caracterizada por acolhimento empático e ausência de julgamento, visando à criação de um clima facilitador do crescimento psicológico. Embora a ACT reconheça o valor desse contexto relacional, ela o compreende como condição necessária, mas não suficiente, deslocando o foco da atitude do terapeuta para os repertórios do cliente diante de seus próprios eventos privados.

Em consonância com o behaviorismo radical de B. F. Skinner, a ACT rejeita explicações mentalistas e compreende pensamentos, sentimentos e sensações como comportamentos —

ainda que privados — sujeitos às mesmas leis que o comportamento público. Assim, aceitar não significa resignar-se a estados internos, mas alterar a relação funcional do indivíduo com esses eventos, reduzindo o controle aversivo exercido por regras verbais e contingências de esquivas.

Nesse sentido, a aceitação na ACT não é um fim em si mesma, nem uma experiência subjetiva valorizada por seu conteúdo, mas uma estratégia comportamental funcionalmente orientada, cujo objetivo é ampliar a sensibilidade do organismo às contingências ambientais relevantes. O foco terapêutico não recai sobre a modificação direta do conteúdo dos eventos privados, mas sobre sua função no controle do comportamento, em clara oposição às propostas cognitivistas tradicionais.

O processo terapêutico da ACT pode ser descrito como cíclico, contextual e funcional, alinhando-se à análise skinneriana do comportamento operante. Inicialmente, são identificados padrões de fusão cognitiva e esquivas experienciais, compreendidos como repertórios verbais governados por regras que produzem consequências reforçadoras imediatas (alívio, redução de ansiedade), mas custosas a longo prazo. Em seguida, intervém-se sobre o contexto em que esses eventos privados ocorrem, promovendo processos de defusão e aceitação, de modo a alterar sua função discriminativa e motivacional.

A defusão cognitiva, nesse enquadramento, não busca corrigir pensamentos “distorcidos”, mas enfraquecer relações verbais rígidas que passaram a controlar o comportamento de forma inflexível. A partir da Teoria das Molduras Relacionais (RFT), os pensamentos são compreendidos como produtos de relações arbitrariamente aplicáveis que, em determinados contextos, passam a funcionar como se fossem eventos literais. Assim, um pensamento como “sou um fracassado” pode exercer controle semelhante ao de um estímulo aversivo real, restringindo o repertório comportamental do indivíduo.

Diferentemente da Terapia Cognitivo-Comportamental tradicional, que se concentra na avaliação da veracidade ou racionalidade do conteúdo cognitivo, a ACT propõe modificar o contexto funcional no qual esses eventos verbais ocorrem. Técnicas de defusão, como a repetição rápida de palavras ou a observação deliberada do pensamento enquanto evento transitório, têm como objetivo produzir uma transformação funcional do estímulo, reduzindo seu poder de controle sobre o comportamento.

A necessidade de um “lugar seguro” para o contato com eventos privados aversivos é explicada, no behaviorismo radical, não por estruturas intrapsíquicas, mas pela ampliação do repertório de respostas de observação. O desenvolvimento do *self as context* — ou *self*

observador — pode ser compreendido como um conjunto de repertórios verbais que permite ao indivíduo responder aos próprios comportamentos privados sem que estes exerçam controle aversivo excessivo. Trata-se, portanto, de um fenômeno comportamental, e não de uma instância metafísica do eu.

Outro elemento distintivo da ACT, plenamente compatível com o behaviorismo radical, é a ênfase nos valores pessoais. Diferentemente de metas ou objetivos específicos, os valores são definidos como qualidades da ação, ou seja, padrões comportamentais que orientam a seleção de respostas ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, os valores funcionam como operações motivacionais verbais, organizando a ação sem se confundirem com consequências imediatas.

A aceitação, nesse contexto, implica também um processo de exposição funcional, embora distinta daquela utilizada em terapias baseadas exclusivamente na redução de respostas emocionais. Na ACT, o objetivo da exposição não é a habituação ou o controle direto das emoções, mas o fortalecimento de repertórios comportamentais amplos e flexíveis na presença de eventos privados aversivos. Trata-se de aumentar a variabilidade comportamental e reduzir o controle rígido exercido por contingências de esquiva.

Dessa forma, a ACT pode ser compreendida como uma abordagem simultaneamente orientada à aceitação e à mudança, sem incorrer em contradição teórica. A mudança visada não é a eliminação do sofrimento, mas a reorganização funcional do comportamento em direção a padrões consistentes com os valores do indivíduo. Ao rejeitar explicações mentalistas e tratar eventos privados como comportamento, a ACT se insere de maneira coerente no projeto científico do behaviorismo radical, oferecendo uma tecnologia clínica sofisticada para lidar com fenômenos tradicionalmente considerados “internos” ou inacessíveis à análise funcional.

4.4 Evidência científica

Considerando a base teórica e filosófica que sustenta a ACT, é natural que os primeiros transtornos investigados estivessem relacionados à ansiedade. Em um estudo, Zettle (2003) acompanhou durante seis semanas um grupo de 24 estudantes universitários que apresentavam ansiedade em disciplinas de matemática e ansiedade diante de provas. Os participantes foram tratados com dessensibilização sistemática ou com um protocolo baseado na ACT. Os resultados mostraram uma redução estatística e clinicamente significativa dos sintomas em ambos os grupos, mantida também no acompanhamento realizado dois meses depois. A melhora foi semelhante independentemente do tipo de tratamento aplicado.

Campbell-Sills, Barlow, Brown e Hofmann (2006) conduziram um estudo com um amplo grupo (N = 60) de pacientes atendidos no Centro de Transtornos de Ansiedade da Universidade de Boston. Especificamente, os autores queriam comparar os efeitos psicofisiológicos da supressão emocional e da aceitação em uma amostra diagnosticada com transtorno de ansiedade (principalmente fobia social e transtorno de ansiedade generalizada).

Os participantes foram aleatoriamente distribuídos em dois grupos. O primeiro grupo participou de uma série de encontros sobre como suprimir suas reações emocionais, enquanto o segundo grupo focou em como aceitar suas respostas emocionais. Em seguida, foram apresentados aos participantes curtas-metragens com alto conteúdo emocional, solicitando que seguissem as instruções fornecidas.

As medições psicofisiológicas mostraram níveis semelhantes de ativação durante e após a visualização dos filmes. O grupo que recebeu instruções sobre estratégias de aceitação relatou um menor número de emoções negativas durante o período subsequente à exibição do filme. Não houve diferenças em relação à condutância da pele ou à arritmia respiratória.

Este estudo demonstra que a supressão da resposta emocional não reduz o nível de sofrimento experimentado pelo indivíduo e, portanto, não se mostra eficaz. Pelo contrário, a supressão tende a prolongar os efeitos negativos produzidos por estímulos ansiogênicos. Em contrapartida, embora o estudo não forneça suporte direto às estratégias baseadas na aceitação, estas também não se mostraram menos eficazes do que as estratégias baseadas na supressão.

Um estudo subsequente conduzido por Forman *et al.* (2007) analisou uma amostra composta por 101 indivíduos submetidos a tratamento para transtornos de ansiedade, depressão, distímia e baixa qualidade de vida.

O estudo randomizado e controlado comparou a terapia cognitivo-comportamental (TCC) tradicional com a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). Os autores relatam melhorias substancialmente equivalentes na sintomatologia em ambos os grupos e destacam diferenças nos mecanismos mediadores do resultado.

Especificamente, as experiências subjetivas foram mediadas pelas ações de “observar” e “descrever” para os pacientes do grupo TCC; enquanto para os pacientes do grupo ACT, as experiências são conceitualizadas como “evitar a experiência”, “agir com atenção plena” e “aceitar”.

Os autores do estudo concluem que a ACT é um tratamento válido que pode ser legitimamente considerado, já que sua eficácia se mostra equivalente à de outros protocolos de

TCC.

Em uma revisão bibliográfica, Roemer e Orsillo (2002) demonstram como é possível integrar tratamentos cognitivo-comportamentais (TCC) para o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e para preocupações crônicas com técnicas provenientes de protocolos baseados na aceitação, com o objetivo de ampliar a eficácia e a relevância clínica dessas intervenções.

Em particular, os autores, com base na literatura, conceitualizam as preocupações menos como comportamentos discretos e mais como formas de evitação experiencial, envolvendo estratégias tanto supersticiosas quanto de esquiva da própria experiência. As preocupações funcionariam, portanto, como estratégias de evitação de sofrimento interno.

Os autores reconhecem que, embora existam experiências clínicas limitadas relacionadas ao tratamento do TAG utilizando o protocolo ACT, é possível reconhecer a plausibilidade teórica da ACT para o tratamento do TAG. Essa plausibilidade é sustentada tanto ao demonstrar como as preocupações podem ser abordadas com estratégias de aceitação quanto ao mostrar como várias técnicas propostas pela ACT são reformulações de estratégias já bem conhecidas da TCC.

Os autores consideram que o protocolo terapêutico proposto pela ACT permite reduzir o uso de estratégias voltadas para evitar o enfrentamento de eventos pessoais, diminuir as respostas automáticas a pensamentos disfuncionais, aumentar as habilidades do cliente para assumir compromissos de mudança comportamental, tudo isso incentivando o cliente a se deslocar do esforço de controlar os eventos pessoais para trabalhar em direção à mudança comportamental.

A eficácia dos tratamentos cognitivo-comportamentais (TCC) para o tratamento da fobia social (FS) já está consolidada. No entanto, alguns indivíduos não respondem ao tratamento ou continuam a apresentar sintomas residuais e limitações comportamentais após a intervenção (Dalrymple; Herbert, 2007). A literatura aponta evidências iniciais de que abordagens terapêuticas baseadas na aceitação podem contribuir para aumentar a eficácia no tratamento da FS, sobretudo por meio de estratégias fundamentadas na exposição ao evento evitado.

O estudo conduzido por Ossman, Wilson, Storaasli e McNeill (2006) investigou o impacto de um protocolo baseado na ACT em um tratamento em grupo para indivíduos com FS (N = 22). O protocolo consistiu em 10 sessões. As medições realizadas ao final do tratamento e no *follow-up* revelaram uma redução significativa da fobia social e dos comportamentos de evitação experiencial (*effect size* no *follow-up*: 0,83 e 1,71, respectivamente).

O estudo também indica que a satisfação com a qualidade de vida, especialmente no que se refere às relações sociais, aumentou significativamente. Observou-se ainda redução dos

sintomas, mesmo não sendo este um dos objetivos primários do tratamento.

Os resultados sugerem que a melhora sintomatológica pode decorrer da maior disponibilidade do indivíduo para experienciar tanto as situações temidas quanto as emoções associadas, favorecendo mudanças comportamentais significativas.

As mudanças observadas incluem tanto maior disposição para experienciar emoções aversivas quanto maior engajamento em comportamentos sociais coerentes com valores pessoais — comportamentos que anteriormente eram evitados.

Um estudo posterior de Dalrymple e Herbert (2007), embora sem grupo de controle, investigou um tratamento individual com 12 sessões, utilizando um protocolo que integrava técnicas de TCC baseadas em exposição com estratégias da ACT. As medições de *follow-up* realizadas com os participantes (N = 19) revelaram redução significativa dos sintomas de ansiedade social e melhora geral na qualidade de vida. Os resultados indicam ainda que mudanças iniciais na evitação experiencial podem prever reduções subsequentes na gravidade dos sintomas.

Os estudos apresentados constituem investigações piloto que fornecem evidências clínicas do fundamento empírico da ACT como estratégia complementar aos protocolos de TCC baseados em exposição, sugerindo que essa integração pode aumentar a eficácia dos tratamentos para fobia social.

A literatura científica reconhece que a exposição com prevenção de resposta (*exposure and response prevention* – ERP) é a técnica mais eficaz para o tratamento do transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). Um limite dessa abordagem é que alguns indivíduos recusam o tratamento por não o considerarem aceitável ou tolerável. Por esse motivo, a ERP é frequentemente integrada a intervenções cognitivas, que parecem reduzir as taxas de abandono (Twohig; Hayes; Masuda, 2006a).

Twohig, Hayes e Masuda (2006a) propuseram a utilização da ACT no tratamento do TOC, destacando especialmente os processos de aceitação e defusão cognitiva. Indivíduos com TOC tendem a focar de maneira disfuncional em pensamentos obsessivos e a engajar-se em comportamentos de fuga ou evitação.

Os resultados sugerem que a Terapia de Aceitação e Compromisso (*Acceptance and Commitment Therapy* – ACT) pode desempenhar um papel relevante como abordagem complementar no tratamento do TOC, especialmente quando integrada a protocolos tradicionais como a ERP. A redução consistente dos escores em instrumentos de avaliação, bem como as mudanças positivas

em sintomas ansiosos e depressivos, indicam que a ACT contribui para ampliar a flexibilidade psicológica, promovendo uma relação menos rígida e evitativa com pensamentos, emoções e impulsos aversivos.

A partir desses achados, os autores defendem a viabilidade de uma integração sistemática entre ACT e ERP, não como substituição dos procedimentos comportamentais clássicos, mas como um refinamento conceitual e funcional das intervenções, especialmente no que diz respeito ao manejo da evitação experiencial e à relação do indivíduo com seus eventos privados. Tal proposta reforça a compreensão de que processos tradicionalmente considerados “internos” podem ser abordados de maneira funcional, sem recorrer a explicações mentalistas.

Contudo, embora os resultados sejam promissores, o delineamento dos estudos — com amostras reduzidas e duração limitada — aponta para a necessidade de investigações adicionais que explorem, de modo mais aprofundado, os mecanismos envolvidos no processo terapêutico. Em especial, permanece em aberto a questão de como mudanças clínicas significativas emergem na interação entre terapeuta e cliente, isto é, no contexto intersubjetivo da prática clínica.

É nesse ponto que se torna pertinente avançar para a discussão da Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP). Diferentemente de abordagens centradas em protocolos estruturados, a FAP coloca a relação terapêutica no centro da análise funcional, compreendendo-a como um contexto privilegiado de produção e modificação do comportamento. Ao fazê-lo, essa abordagem oferece uma contribuição relevante para o debate sobre a intersubjetividade, ao tratar fenômenos como vínculo, empatia e responsividade não como estados mentais privados, mas como padrões de interação observáveis e funcionalmente analisáveis.

Dessa forma, na próxima seção, será discutida a Psicoterapia Analítico-Funcional e o problema da intersubjetividade, examinando em que medida essa abordagem sustenta a tese central deste trabalho: a de que a Psicologia pode preservar sua cientificidade ao lidar com fenômenos tradicionalmente associados à interioridade sem recorrer a pressupostos mentalistas.

4.5 A Psicoterapia Analítico-Funcional e o problema da intersubjetividade

A análise desenvolvida até este ponto mostrou que a Análise do Comportamento, ao redefinir o objeto da Psicologia como comportamento — entendido como relação funcional entre organismo e ambiente —, oferece uma alternativa conceitual às dificuldades epistemológicas tradicionalmente associadas à noção de mente como entidade privada (Skinner, 1965). Entre essas dificuldades, destaca-se o problema das outras mentes, isto é, a questão de como é possível

conhecer, explicar e intervir sobre o comportamento do outro sem recorrer a um acesso privilegiado à sua experiência subjetiva, tal como pressuposto pelo dualismo cartesiano (Descartes, 2000).

Nesse contexto, a Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP) apresenta-se como um desdobramento particularmente relevante do behaviorismo radical, ao explicitar, no âmbito da prática clínica, o estatuto funcional das interações interpessoais, deslocando o foco da análise de entidades mentais hipotéticas para padrões relacionais observáveis (Twohig; Hayes; Masuda, 2006b; Tsai *et al.*, 2009).

A FAP emerge no interior da tradição inaugurada por B. F. Skinner, sendo posteriormente sistematizada no campo clínico por Robert Kohlenberg e Mavis Tsai. Diferentemente de abordagens que tratam a relação terapêutica como um meio instrumental para a aplicação de técnicas previamente definidas, a FAP toma essa relação como um contexto funcional privilegiado, no qual padrões comportamentais clinicamente relevantes emergem, são observados e modificados em tempo real (Twohig; Hayes; Masuda, 2006b).

Na perspectiva analítico-comportamental, a relação entre terapeuta e cliente não é concebida como um encontro entre duas interioridades inacessíveis, mas como uma interação comportamental historicamente moldada, regulada por contingências sociais, verbais e culturais (Skinner, 1957; Skinner, 1974). A FAP sistematiza essa compreensão ao tratar os comportamentos emitidos pelo cliente durante a sessão — especialmente aqueles que reproduzem dificuldades presentes em outros contextos de sua vida — como dados centrais para a análise funcional (Twohig; Hayes; Masuda, 2006b).

Esses comportamentos, frequentemente denominados comportamentos clinicamente relevantes, não são inferidos a partir de supostos estados mentais internos, mas identificados diretamente na interação terapêutica, a partir de sua função no contexto relacional. Assim, aquilo que tradicionalmente seria atribuído à “experiência subjetiva” do cliente passa a ser compreendido como um conjunto de padrões comportamentais observáveis, situados em contingências específicas (Tsai *et al.*, 2009). A relação terapêutica, nesse sentido, não constitui um pano de fundo neutro, mas o próprio ambiente no qual o comportamento se organiza.

Essa concepção permite tratar a intersubjetividade de modo compatível com os critérios epistemológicos da ciência, na medida em que dispensa o recurso a entidades privadas inacessíveis à observação pública (Bunge, 1987a). Em vez de pressupor que compreender o outro exige acesso direto à sua mente, a FAP sustenta que aquilo que se denomina “experiência do outro”

manifesta-se publicamente por meio de ações, verbalizações, silêncios, aproximações e esquivas, todos passíveis de descrição funcional.

O problema das outras mentes ganha força a partir da suposição de que conhecer o outro implica acessar seus estados internos, suposição herdada do dualismo cartesiano e amplamente criticada na filosofia contemporânea (Descartes, 2000; Ryle, 1949). Tal pressuposto impõe à Psicologia uma exigência epistemológica insustentável: a observação direta da experiência subjetiva alheia. A Psicoterapia Analítico-Funcional, ao operar exclusivamente no nível da interação comportamental, rejeita essa exigência e propõe uma alternativa conceitual coerente com o naturalismo científico (Skinner, 1974).

Na prática clínica analítico-funcional, o terapeuta não busca inferir o que o cliente “realmente sente” em um sentido metafísico, mas observar como determinados padrões comportamentais emergem e se mantêm na relação terapêutica (Twohig; Hayes; Masuda, 2006b). A intersubjetividade, nesse modelo, não é concebida como um domínio oculto, mas como um processo relacional que se atualiza continuamente na interação. O sofrimento do outro não precisa ser postulado como estado interno para ser reconhecido; ele se manifesta funcionalmente nas contingências que organizam o comportamento no contexto da sessão.

Essa posição encontra respaldo em críticas filosóficas ao modelo da mente privada, particularmente nas formulações de Ludwig Wittgenstein e Gilbert Ryle, segundo as quais o significado de conceitos psicológicos emerge do uso público da linguagem e das práticas sociais, e não de referências a entidades internas inacessíveis (Wittgenstein, 2009a; Ryle, 1949). De modo análogo, a FAP compreende que emoções, intenções e vínculos tornam-se relevantes para a Psicologia apenas na medida em que participam de padrões relacionais observáveis.

Termos como empatia, vínculo e conexão terapêutica costumam ser tratados, em outras abordagens, como estados mentais internos ou disposições subjetivas. A FAP, contudo, propõe uma leitura funcional desses fenômenos, compreendendo-os como padrões de interação verbal e não verbal, moldados por contingências sociais e historicamente selecionados (Tsai *et al.*, 2009).

Sob essa perspectiva, empatia não designa um sentimento interno inacessível, mas um conjunto de respostas do terapeuta que produz efeitos específicos no comportamento do cliente, como a redução de esquivas, o aumento da variabilidade comportamental ou o fortalecimento de repertórios sociais (Twohig; Hayes; Masuda, 2006b). O vínculo terapêutico, por sua vez, deixa de ser uma variável explicativa obscura e passa a ser compreendido como um produto das contingências que operam na relação terapêutica.

Essa reconceitualização possui implicações epistemológicas relevantes, pois permite que fenômenos tradicionalmente associados à interioridade sejam tratados como eventos públicos, compatíveis com os critérios de observabilidade e análise funcional exigidos pela ciência (Bunge, 1987a). Desse modo, a Psicologia preserva sua cientificidade ao lidar com relações interpessoais complexas sem recorrer a explicações mentalistas.

Ao tomar a relação terapêutica como contexto funcional, a Psicoterapia Analítico-Funcional oferece um exemplo concreto de como a Psicologia pode operar cientificamente mesmo diante de fenômenos intersubjetivos. A FAP não pretende resolver o problema das outras mentes em um sentido metafísico, mas, assim como o behaviorismo radical, remove sua centralidade metodológica, ao demonstrar que a prática psicológica não depende do acesso privilegiado à interioridade do outro (Skinner, 1974).

Essa abordagem reforça a tese central deste trabalho: a de que a cientificidade da Psicologia não está condicionada à solução de dilemas filosóficos insolúveis, mas à adoção de um modelo conceitual coerente com seus critérios metodológicos. Ao tratar a intersubjetividade como um fenômeno relacional e funcional, a FAP demonstra que é possível investigar, explicar e intervir sobre o comportamento humano de modo rigoroso, sem abandonar os fundamentos epistemológicos da Análise do Comportamento.

Nesse sentido, a Psicoterapia Analítico-Funcional não representa uma ruptura com o behaviorismo radical, mas um de seus desdobramentos clínicos mais consistentes, ao tornar explícito o estatuto funcional das interações interpessoais (Twohig; Hayes; Masuda, 2006b; Tsai *et al.*, 2009). Ao articular linguagem, relação e contingências sociais, essa abordagem contribui para o amadurecimento epistemológico da Psicologia, evidenciando que a análise do comportamento é capaz de lidar com fenômenos intersubjetivos complexos sem comprometer sua pretensão científica.

4.6 Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo discutir as implicações filosóficas e epistemológicas da abordagem analítico-comportamental para a prática psicológica, tomando como pano de fundo os desafios tradicionais relacionados à cientificidade da Psicologia e, em particular, o problema da intersubjetividade. Ao longo de sua exposição, não se pretendeu oferecer uma análise exaustiva de abordagens clínicas específicas, mas examinar de que modo diferentes desdobramentos contemporâneos da Análise do Comportamento ilustram a viabilidade de uma

Psicologia científica comprometida com critérios não mentalistas.

Inicialmente, o capítulo situou a emergência das terapias comportamentais e cognitivas no contexto mais amplo da história da Psicologia científica, destacando os esforços de ampliação do escopo da Análise do Comportamento diante de fenômenos tradicionalmente classificados como “internos”. Nesse percurso, discutiu-se como determinadas práticas clínicas buscaram responder às limitações percebidas nos modelos estritamente operantes, sem, contudo, abandonar completamente o compromisso com a observação, a análise funcional e o controle de variáveis.

A Terapia de Aceitação e Compromisso foi analisada como um exemplo paradigmático dessa ampliação conceitual. Ao enfatizar processos como aceitação, desfusão e ação orientada por valores, a ACT demonstra que eventos privados podem ser abordados funcionalmente, sem que isso implique sua elevação ao estatuto de causas internas do comportamento. Nesse sentido, a ACT foi discutida não como uma ruptura com o behaviorismo radical, mas como um de seus desdobramentos contemporâneos, voltado à análise do comportamento verbal e das contingências que mantêm padrões de esquiva experiencial.

Em seguida, a Psicoterapia Analítico-Funcional permitiu aprofundar a discussão ao deslocar o foco da análise clínica para a dimensão relacional da prática terapêutica. Ao tratar a interação entre terapeuta e cliente como um contexto funcional privilegiado, a FAP oferece um exemplo particularmente elucidativo de como a intersubjetividade pode ser compreendida em termos comportamentais, isto é, como um conjunto de padrões de interação observáveis e historicamente moldados. Com isso, a intersubjetividade deixa de ser concebida como um problema epistemológico insolúvel e passa a ser tratada como um fenômeno legítimo da investigação psicológica.

Consideradas em conjunto, as abordagens discutidas ao longo do capítulo reforçam a tese de que a Psicologia pode lidar com fenômenos complexos — como sofrimento psíquico, linguagem, eventos privados e relações interpessoais — sem recorrer a pressupostos mentalistas ou à exigência de acesso privilegiado à experiência subjetiva do outro. Embora o problema das outras mentes permaneça filosoficamente em aberto, ele perde sua centralidade metodológica quando o foco da investigação recai sobre regularidades funcionais observáveis no comportamento e na interação.

Dessa forma, o capítulo contribui para o argumento geral da dissertação ao mostrar que a cientificidade da Psicologia não depende da resolução definitiva de dilemas metafísicos clássicos, mas da adoção de um modelo conceitual coerente com seus critérios explicativos. A

Análise do Comportamento, em seus fundamentos teóricos e em seus desdobramentos clínicos contemporâneos, apresenta-se, assim, como uma alternativa epistemologicamente consistente para a constituição de uma Psicologia científica, capaz de enfrentar os desafios da subjetividade e da intersubjetividade sem abdicar do rigor metodológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo central analisar o problema da cientificidade da Psicologia, tomando como eixo principal as dificuldades epistemológicas que historicamente atravessam esse campo de saber e comprometem sua consolidação enquanto ciência empírica. Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que tais dificuldades não decorrem apenas de limitações metodológicas pontuais, mas estão profundamente enraizadas em concepções filosóficas acerca da mente, do conhecimento e do próprio estatuto do objeto psicológico. Em especial, argumentou-se que a herança mentalista e dualista, oriunda da tradição cartesiana, constitui um dos principais entraves para a construção de uma Psicologia cientificamente rigorosa.

Desde sua institucionalização no final do século XIX, a Psicologia oscilou entre diferentes tentativas de legitimação científica. Em alguns momentos, aproximou-se das ciências naturais por meio de métodos experimentais e quantitativos; em outros, recorreu à introspecção, à fenomenologia ou à hermenêutica como estratégias para lidar com a subjetividade. Essa oscilação, longe de representar apenas pluralidade teórica, revela uma tensão epistemológica persistente: a dificuldade de conciliar o estudo de fenômenos tradicionalmente concebidos como internos, privados e subjetivos com critérios científicos como objetividade, verificabilidade, replicabilidade e controle.

Nesse contexto, o problema da cientificidade da Psicologia mostrou-se indissociável do modo como a mente foi historicamente concebida. Ao longo da dissertação, foi possível observar que grande parte das abordagens psicológicas pressupõe, de maneira explícita ou implícita, uma ontologia mentalista, segundo a qual pensamentos, sentimentos e intenções são entidades internas que causam o comportamento. Tal pressuposição conduz inevitavelmente ao problema das outras mentes, isto é, à dificuldade de justificar epistemologicamente o conhecimento científico sobre estados mentais alheios, uma vez que esses estados seriam acessíveis apenas em primeira pessoa.

O exame do problema das outras mentes, desenvolvido sobretudo no segundo capítulo, não teve como finalidade resolvê-lo em termos metafísicos definitivos, mas evidenciar suas implicações epistemológicas para a Psicologia enquanto ciência. Mostrou-se que, se o objeto da Psicologia for definido como um domínio privado e inacessível, a disciplina se vê condenada a operar por inferências indiretas, analogias frágeis e interpretações não plenamente testáveis. Nesse cenário, a Psicologia corre o risco de afastar-se dos critérios que tradicionalmente ca-

racterizam o conhecimento científico, aproximando-se de formas de explicação que escapam à verificação intersubjetiva.

É precisamente diante desse impasse que a abordagem analítico-comportamental se apresenta como uma alternativa epistemológica relevante. Ao longo do terceiro capítulo, argumentou-se que o behaviorismo radical, especialmente na formulação proposta por B. F. Skinner, não consiste em uma simples negação da vida mental, mas em uma reformulação profunda do objeto da Psicologia. Ao substituir a mente enquanto entidade causal pelo comportamento entendido como interação funcional entre organismo e ambiente, o behaviorismo radical desloca o foco da investigação psicológica para fenômenos observáveis, analisáveis e passíveis de controle experimental.

Essa redefinição do objeto da Psicologia possui consequências decisivas para sua cientificidade. Em primeiro lugar, ela permite que a disciplina se alinhe a uma epistemologia naturalista, na qual o comportamento é tratado como um fenômeno natural, sujeito a regularidades e leis funcionais. Em segundo lugar, elimina a dependência metodológica de inferências sobre estados mentais privados como fundamento explicativo. Em terceiro lugar, possibilita a construção de um corpo de conhecimento baseado em relações funcionais, previsão e intervenção, critérios compatíveis com o modelo das ciências empíricas.

Importa ressaltar que o behaviorismo radical não nega a existência de eventos privados, como pensamentos e sentimentos, mas recusa seu estatuto privilegiado enquanto causas internas do comportamento. Esses eventos são compreendidos como comportamentos encobertos, submetidos às mesmas contingências ambientais e históricas que os comportamentos públicos. Tal concepção permite tratar eventos tradicionalmente considerados subjetivos sem recorrer a explicações mentalistas, preservando, ao mesmo tempo, o rigor metodológico exigido pela ciência.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o behaviorismo radical não resolve o problema das outras mentes em termos ontológicos ou metafísicos, mas o contorna metodologicamente. Ao deslocar a investigação científica da interioridade inacessível para padrões públicos de comportamento e linguagem, a Psicologia torna-se capaz de produzir conhecimento objetivo e intersubjetivamente validável, independentemente da solução definitiva desse dilema filosófico. Esse deslocamento representa uma mudança de paradigma no modo de conceber o que significa explicar cientificamente o comportamento humano.

As implicações dessa reformulação não se restringem ao plano teórico, estendendo-se

de maneira significativa à prática clínica. Conforme discutido no quarto capítulo, a Terapia Analítico-Comportamental e as chamadas terapias contextuais — como a Terapia de Aceitação e Compromisso e a Psicoterapia Analítico-Funcional — demonstram que é possível intervir eficazmente em fenômenos tradicionalmente descritos em termos mentais sem abandonar os fundamentos epistemológicos do behaviorismo radical. Essas abordagens mostram que aceitação, valores, linguagem e relações interpessoais podem ser compreendidos e trabalhados a partir de uma análise funcional do comportamento, sem recorrer a explicações internalistas.

A incorporação desses modelos clínicos evidencia que a Análise do Comportamento não constitui uma abordagem restritiva ou empobrecida, como frequentemente caricaturada por seus críticos, mas um sistema teórico capaz de se expandir e dialogar com problemas complexos da experiência humana. Ao manter o compromisso com uma epistemologia empírica e pragmática, essas práticas clínicas reforçam a tese central da dissertação: a Psicologia pode ser científica sem depender de entidades mentais privadas como fundamentos explicativos.

Do ponto de vista filosófico, o percurso desenvolvido ao longo deste trabalho permite sustentar que o problema da cientificidade da Psicologia não reside na impossibilidade de estudar fenômenos humanos complexos, mas na escolha do modelo conceitual que orienta essa investigação. Quando a Psicologia se ancora em pressupostos dualistas e mentalistas, sua cientificidade torna-se frágil e contestável. Quando, porém, redefine seu objeto de maneira funcional e naturalista, como propõe o behaviorismo radical, ela se aproxima de um modelo científico robusto, comparável ao das demais ciências empíricas.

É importante reconhecer, contudo, que essa defesa da cientificidade da Psicologia não implica a eliminação de todas as questões filosóficas que atravessam o campo. Problemas como a natureza da consciência, a experiência subjetiva e os limites da explicação científica permanecem abertos e legítimos no âmbito da filosofia. O que se defende aqui não é a dissolução desses problemas, mas a possibilidade de uma Psicologia científica que não dependa da sua resolução para operar de maneira rigorosa e eficaz.

Dessa forma, a principal contribuição desta dissertação consiste em mostrar que a cientificidade da Psicologia pode ser sustentada a partir de uma reformulação epistemológica de seu objeto e de seus métodos. Ao adotar a perspectiva analítico-comportamental, a Psicologia deixa de buscar fundamentos em entidades internas inacessíveis e passa a operar com relações funcionais observáveis, previsíveis e controláveis. Essa mudança não empobrece o campo, mas o fortalece, ao fornecer uma base conceitual sólida para a pesquisa, a prática clínica e o ensino.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o debate contemporâneo sobre o estatuto epistemológico da Psicologia, especialmente no contexto das ciências humanas e da filosofia da ciência. Ao articular de maneira sistemática o problema da cientificidade da Psicologia, o problema das outras mentes e a proposta do behaviorismo radical, a dissertação busca oferecer não apenas uma defesa teórica, mas um convite à reflexão crítica sobre os fundamentos que orientam a prática psicológica. Em um campo marcado pela pluralidade teórica, a clareza epistemológica não é um luxo, mas uma condição necessária para o avanço científico.

REFERÊNCIAS

- BAILEY, J.; BURCH, M. R. **How to Think Like a Behavior Analyst: Understanding the Science That Can Change Your Life**. London: Routledge, 2022.
- BECK, A. T. **Cognitive Therapy and the Emotional Disorders**. New York: Penguin, 1979.
- BECK, A. T.; DOZOIS, D. J. A. Cognitive therapy: Current status and future directions. **Annual Review of Medicine**, v. 62, n. 1, p. 397–409, 2011.
- BECK, J. S. **Cognitive Behavior Therapy: Basics and Beyond**. New York: Guilford Publications, 2020.
- BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre o significado do cômico**. São Paulo: Edipro, 2020.
- BERKELEY, G. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano**. Joinville, SC: Clube de Autores, 2020.
- BIRNBAUM, L. C. Behaviorism in the 1920's. **American Quarterly**, v. 7, n. 1, p. 15–30, 1955.
- BOWER, G. H. Organizational factors in memory. **Cognitive psychology**, Elsevier, v. 1, n. 1, p. 18–46, 1970.
- BUNGE, M. **Scientific Realism: Selected Essays of Mario Bunge**. Amherst, NY: Prometheus Books, 1987. ISBN 9780879753879.
- BUNGE, M. A. Epistemologia: curso de atualização. In: **Epistemologia: curso de atualização**. [S.l.: s.n.], 1987. p. 246–246.
- BURNET, J. **Early greek philosophy**. London: A. & C. Black, 1908.
- BURNYEAT, M.; SEDLEY, D. (Ed.). **The Skeptical Tradition**. Berkeley: University of California Press, 1983.
- CAMPBELL-SILLS, L.; BARLOW, D. H.; BROWN, T. A.; HOFMANN, S. G. Effects of suppression and acceptance on emotional responses of individuals with anxiety and mood disorders. **Behaviour Research and Therapy**, v. 44, n. 9, p. 1251–1263, 2006.
- CHALMERS, A. F. **O Que é Ciência Afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- CHALMERS, D. J. **The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CHIESA, M. **Radical Behaviorism: The Philosophy and the Science**. Boston: Authors Cooperative, 1994.
- CHOMSKY, N. Review of bf skinner, verbal behavior. **Language**, v. 35, n. 1, p. 26–58, 1959.
- COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. *et al.* **Applied behavior analysis**. Pearson/Merrill-Prentice Hall Upper Saddle River, NJ, 2007.

- COUTINHO, J. Tomás de aquino, suma teológica, vol. i: Parte i, questões 1-43 (teologia-deus-trindade); vol. ii: Parte i, questões 44-119 (a criação-o anjo-o homem); op. edições loyola, são paulo, 2001, isbn geral: 85-15-02314-8. **Theologica**, Universidade Católica Portuguesa, Braga, v. 37, n. 2, p. 395–396, 2002.
- DALRYMPLE, K. L.; HERBERT, J. D. Acceptance and commitment therapy for generalized social anxiety disorder: A pilot study. **Behavior Modification**, Sage Publications, v. 31, n. 5, p. 543–568, 2007.
- DARWIN, C. **On the Origin of Species**. London: Routledge, 2004.
- DENNETT, D. C. **Consciousness Explained**. London: Penguin Books, 1993.
- DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (Os Pensadores).
- DOBSON, K. S.; DOZOIS, D. J. A. **Handbook of Cognitive-Behavioral Therapies**. New York: Guilford Publications, 2021.
- DURAND, V. M. **Severe behavior problems: A functional communication training approach**. New York: Guilford Press, 1990.
- FERREIRA, V. D. A posição da imaginação na epistemologia aristotélica. **Revista Filoteológica**, Faculdade Católica de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brazil, v. 1, n. 1, p. 87–103, 2021.
- FERSTER, C. B. The psychobiological investigation of the development of new verbal behavior. final technical report. ERIC, 1966.
- FERSTER, C. B.; SKINNER, B. F. Schedules of reinforcement. Appleton-Century-Crofts, 1957.
- FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FORMAN, E. M.; HERBERT, J. D.; MOITRA, E.; YEOMANS, P. D.; GELLER, P. A. A randomized controlled effectiveness trial of acceptance and commitment therapy and cognitive therapy for anxiety and depression. **Behavior Modification**, Sage Publications, v. 31, n. 6, p. 772–799, 2007.
- GONÇALVES, J. W. Paidéia e politéia em aristóteles. **Biblos**, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, v. 16, p. 167–175, 2004.
- GUTHRIE, W. K. C. **Socrates**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. v. 2.
- HANLEY, G. P.; IWATA, B. A.; MCCORD, B. E. Functional analysis of problem behavior: A review. **Journal of applied behavior analysis**, Wiley Online Library, v. 36, n. 2, p. 147–185, 2003.
- HARZEM, P. Behaviorism for new psychology: What was wrong with behaviorism and what is wrong with it now. **Behavior and Philosophy**, JSTOR, p. 5–12, 2004.
- HAYES, S. C. Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. **Behavior therapy**, Elsevier, v. 35, n. 4, p. 639–665, 2004.
- HAYES, S. C.; BARNES-HOLMES, D.; WILSON, K. G. Contextual behavioral science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. **Journal of Contextual Behavioral Science**, Elsevier, v. 1, n. 1-2, p. 1–16, 2012.

HAYES, S. C.; STROSAHL, K. D.; WILSON, K. G. **Acceptance and Commitment Therapy: The Process and Practice of Mindful Change**. New York: Guilford Press, 2011.

HAYNES, S. N.; O'BRIEN, W. H. Functional analysis in behavior therapy. **Clinical Psychology Review**, Elsevier, v. 10, n. 6, p. 649–668, 1990.

HULL, C. L. **Principles of Behavior: An Introduction to Behavior Theory**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1943.

HUME, D. **Investigação acerca do entendimento humano**. Norderstedt: BoD-Books on Demand, 2024.

ISKANDAR, J. I. O de anima de aristóteles e a concepção das faculdades da alma no kitáb al-nafs (livro da alma, de anima) de ibn sina (avicena). **Trans/Form/Ação**, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, SP, v. 34, p. 41–49, 2011.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2020.

LAKATOS, I. Uma metodologia dos programas de pesquisa científica. In: **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento: Quarto Volume das Atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência**. Londres, UK: [s.n.], 1965.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório: A Produção dos Fatos Científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEAF, R.; MCEACHIN, J.; TAUBMAN, M. Sense and nonsense in the behavioral treatment of autism: It has to be said. **(No Title)**, 2008.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores).

MACCORQUODALE, K. On chomsky's review of skinner's verbal behavior. **Journal of the experimental analysis of behavior**, v. 13, n. 1, p. 83, 1970.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: **The Language and Thought Series**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980. p. 159–168.

OSSMAN, W. A.; WILSON, K. G.; STORAASLI, R. D.; MCNEILL, J. W. A randomized controlled effectiveness trial of acceptance and commitment therapy for social anxiety disorder. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, American Psychological Association, v. 74, n. 6, p. 1184–1193, 2006.

PAVLOV, P. I. Conditioned reflexes: an investigation of the physiological activity of the cerebral cortex. **Annals of neurosciences**, v. 17, n. 3, p. 136, 2010.

PIERCE, W. D.; CHENEY, C. D. **Behavior Analysis and Learning: A Biobehavioral Approach**. New York: Routledge, 2017.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

POPPER, K. R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

PUTNAM, H. **Realism with a Human Face**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

- ROEMER, L.; ORSILLO, S. M. Expanding our conceptualization of and treatment for generalized anxiety disorder: Integrating mindfulness/acceptance-based approaches with existing cognitive-behavioral models. **Clinical Psychology: Science and Practice**, Oxford University Press, v. 9, n. 1, p. 54–68, 2002.
- RYLE, G. **The Concept of Mind**. London: Hutchinson, 1949.
- SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
- SEARLE, J. R. **Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. **The Rediscovery of the Mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- _____. **Mind: A Brief Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- _____. **Seeing Things as They Are: A Theory of Perception**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SKINNER, B. Freedom, at last, from the burden of taxation. **New York Times**, v. 26, 1977.
- SKINNER, B. F. **The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.
- _____. **Verbal Behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.
- _____. **Science and Human Behavior**. New York: Simon & Schuster, 1965.
- _____. **About Behaviorism**. New York: Alfred A. Knopf, 1974.
- _____. Recent issues in the analysis of behavior. (**No Title**), 1989.
- _____. Can psychology be a science of mind? **American psychologist**, American Psychological Association, v. 45, n. 11, p. 1206, 1990.
- _____. **About Behaviorism**. New York: Vintage Books, 2011.
- SKINNER, B. F.; SKINNER, B. F.; PSYCHOLOGUE, E.-U.; SKINNER, B. F.; SKINNER, B. F. **Beyond freedom and dignity**. Knopf New York, 1971.
- SKIRRY, J. **Descartes and the Metaphysics of Human Nature**. London: A&C Black, 2005.
- SMITH, N.; ALLOTT, N. **Chomsky: Ideas and ideals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- STROUD, B. **The Significance of Philosophical Scepticism**. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- TAYLOR, C. C. W. **Socrates: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- THORNDIKE, E. L. Animal intelligence: An experimental study of the associative processes in animals. **The Psychological Review: Monograph Supplements**, The Macmillan Company, v. 2, n. 4, p. i, 1898.

TSAI, L. Y. *et al.* Functional analysis and treatment of aggression in children with autism spectrum disorders. **Journal of Applied Behavior Analysis**, Wiley, v. 42, n. 3, p. 585–589, 2009.

TWOHIG, M. P.; HAYES, S. C.; MASUDA, A. A preliminary investigation of acceptance and commitment therapy as a treatment for chronic obsessive-compulsive disorder. **Behaviour Research and Therapy**, Elsevier, v. 44, n. 9, p. 1513–1525, 2006.

_____. A preliminary investigation of acceptance and commitment therapy as a treatment for chronic obsessive-compulsive disorder. **Behaviour Research and Therapy**, Elsevier, v. 44, n. 9, p. 1513–1525, 2006.

WATSON, J. B. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, v. 20, n. 2, p. 158–177, 1913.

_____. **Behaviorism**. London: Routledge, 2017.

WATSON, J. B.; RAYNER, R. Conditioned emotional reactions. **Journal of experimental psychology**, Psychological Review Company, v. 3, n. 1, p. 1, 1920.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. ISBN 9788532637283.

_____. **Philosophical Investigations**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2009.

ZETTLE, R. D. Acceptance and commitment therapy (act) vs. systematic desensitization in treatment of mathematics anxiety. **The psychological record**, Springer, v. 53, n. 2, p. 197–215, 2003.